

mosaico

ISSN: 2176-8943

Vol. 4 | n.º 6 | 2013

6

Revista Discente
Programa de Pós-Graduação em História,
Política e Bens Culturais (PPHPBC)
CPDOC | FGV

Sumário

Apresentação	02
Artigos	
As dimensões das comissões de fábrica na história do sindicalismo brasileiro: um estudo de caso sobre a democracia operária na ASAMA Josué Medeiros	04
Sociabilidades operárias na Primeira República: o círculo de trabalhadores e operários católicos São José e a construção do “divertimento lícito” em Fortaleza Ana Cristina Pereira Lima	25
A trouxa de D. Izaura: o viver no interior da Vila Operária de Luiz Tarquínio na cidade de Salvador/Bahia Marilécia Oliveira Santos	42
Leituras brasileiras sobre a Nova Ordem Internacional (1989-1991) Andrea Ribeiro	56
Entrevista	82
Flavia Veras; Felipe Ribeiro; Luciana Wollmann e Lucina Matos entrevistam John French	
Resenha	
Canção Popular Brasileira e Ensino de História: palavras, sons e tantos sentidos Samuel Silva Rodrigues de Oliveira	109

Apresentação

Depois de um período de reorganização, a Revista Mosaico traz a público seu sexto número. Com essa edição, esperamos contribuir para um diálogo plural dentro das áreas de história e ciências sociais, através de artigos de profissionais e de estudantes. Com esse espírito interdisciplinar, que é a marca de nosso programa de pós-graduação, a Mosaico apresenta, nesse número, o dossiê **Mundos do Trabalho**, bem como os artigos e resenhas recebidas em fluxo contínuo.

O dossiê ressalta a diversidade das relações de classe constitutivas da formação da classe trabalhadora no Brasil. Na entrevista concedida por John French especialmente para este número da revista, o eminente historiador “brasilianista”, com vasta e qualificada produção acerca da história social do trabalho, ressaltou que “é difícil fazer generalizações sobre países grandes como México e Brasil”. Talvez por isso, a pluralidade que nossa revista propõe, sempre pensando a realidade a partir de mosaicos interpretativos, seja um espaço profícuo para abordagens férteis e criativas. A entrevista com French foi realizada durante sua participação no *II Seminário Internacional Mundos do Trabalho*, ocorrido no CPDOC/FGV. O historiador aborda a sua formação acadêmica, o interesse pelo estudo dos movimentos operários, as diferenças no processo de formação da classe trabalhadora em países latino americanos e o fenômeno do lulismo.

No artigo *Sociabilidade Operária na Primeira República*, Ana Cristina Pereira Lima interpreta a atuação do Círculo de Trabalhadores e Operários Católicos de São José em Fortaleza. Fundado em 1915, a organização disputou a educação da classe operária, criando um tempo festivo e uma socialidade que ocupava o espaço público da cidade. As formas de lazer e ocupação do tempo livre estavam no cerne das disputas para a educação da classe operária.

Em *A trouxa de D. Izaura*, Marilécia Oliveira dos Santos analisou o cotidiano da Vila Operária da Companhia Empório Industrial do Norte (CEIN). Longe da imagem idílica de paz e harmonia projetada pela memória oficial da vila operária criada por Tarquínio de Souza, o cotidiano estava repleto de conflitos e tensões. Entre 1949 e 1960, Dona Izaura Meireles sofreu um processo crime, sendo acusada de roubar uma trouxa de tecidos da fábrica. A partir da análise dos testemunhos prestados à justiça, a autora discute as relações sociais no espaço de moradia.

Em *As dimensões das comissões de fábrica na história do sindicalismo brasileiro*, Josué Medeiros analisa as relações de classe na fábrica ASAMA Indústria de Máquinas S/A – a indústria era localizada na zona oeste do município de São Paulo e atuava no setor metalúrgico. O autor situa as contribuições da experiência da Comissão de Fábrica da ASAMA para a discussão historiográfica sobre o *novo sindicalismo*. Para tanto, faz importante revisão bibliográfica sobre o tema, apresentando o estado da arte sobre esse campo de estudo.

As dimensões das comissões de fábrica na história do sindicalismo brasileiro: um estudo de caso sobre a democracia operária na ASAMA

Josué Medeiros¹

¹Doutorando em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
E-mail: josuedsrj@gmail.com.

Resumo:

Este artigo faz um estudo de caso da comissão de fábrica da ASAMA Indústria de Máquinas S/A, empresa da metalurgia criada pelos trabalhadores desta empresa na capital paulista no ano de 1982, e que atuou até 1986, formando um poder operário dentro da fábrica. Este estudo de caso se fará em diálogo crítico com a bibliografia especializada sobre o tema, em especial com a obra de Iran Jacomé Rodrigues intitulada "Comissão de Fábrica de trabalhadores na indústria".

Palavras-chave: Sindicalismo, comissão de fábrica, poder operário.

Abstract:

This article is a case study about the Factory Commission called ASAMA Indústria de Máquinas S/A, created in 1982 by the workers of this company in the city of São Paulo and acted until 1986, forming a workers' power inside the factory. This case study will be done in critical dialogue with specialized literature on the subject, especially with the the Iran Jacome Rodrigues production entitled "Commission Factory workers in the industry. "

Keywords: trade unions, commission factory, workers' power

1 - Introdução

A questão do trabalho em geral e do sindicalismo em particular tiveram, em todo o século XX, importância decisiva na história do Brasil, protagonizando transformações e eventos relevantes da vida republicana brasileira. Esta centralidade vem desde a República Velha, quando o movimento sindical foi ator fundamental de questionamento das estruturas oligárquicas erguidas a partir da Constituição de 1891.

Outro momento deste papel destacado do mundo do trabalho vem com Getúlio Vargas, que ao construir o novo regime a partir de 1930, elencou o tema do trabalho como estratégico da nova ordem, buscando erguer um edifício institucional que permitisse a colaboração entre o capital e o trabalho, sob a mediação do Estado, para com isso construir um projeto nacional.

O movimento sindical manteve seu protagonismo na primeira experiência democrática brasileira, entre os anos de 1946 e 1964, quando, mesmo com a manutenção da estrutura sindical varguista - que permaneceu de pé no fundamental - solapou os mecanismos de controle operário através de um processo de mobilizações populares tão vigoroso que mereceu, das elites assustadas, o apelido de “república dos sindicalistas”.

O golpe militar de 1964 foi dado contra este movimento popular virtuoso, com ênfase especial na perseguição ao sindicalismo de luta, tanto que um dos primeiros atos dos militares foi a cassação de todas as diretoriais sindicais combativas, fazendo com que, uma vez mais na história nacional, a repressão ao movimento sindical assumisse lugar estratégico no projeto das elites dominantes, como havia ocorrido no Estado Novo e na República Velha.

Por fim, o processo de redemocratização iniciado em fins dos anos 1970 teve papel decisivo do movimento sindical, que realizou ondas sucessivas de greves entre 1978 e 1988, construiu um partido de esquerda de massa, o Partido dos Trabalhadores (PT), e assim como a primeira central sindical brasileira, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), cujas marcas são visíveis na Constituição de 1988 e, mais recentemente, na eleição do primeiro operário presidente da república em 2002.

Uma construção política, social e cultural deste porte, como foi a ação coletiva dos trabalhadores na luta pelos seus direitos e pelos seus projetos políticos, abre um amplo leque de entradas, de objetos de pesquisa, de possibilidades de investigação. O objetivo deste artigo é apresentar a discussão de um desses aspectos, qual seja, o das comissões de fábrica. Uma comissão de fábrica é uma organização que os trabalhadores fazem no próprio local de trabalho, com o objetivo de envolver o maior número possível de operários na luta direta por direitos, e também com o intuito de forjar a consciência política mais ampla dos trabalhadores que participam deste tipo de organismo.

Aqui será privilegiado um caso específico de comissão de fábrica, aquela que foi construída na ASAMA Indústria de Máquinas S/A, que funcionou durante os anos de 1970 e

6 As dimensões das comissões de fábrica na história do sindicalismo brasileiro: um estudo de caso sobre a democracia operária na ASAMA

1980 no município de São Paulo. A partir deste estudo de caso o presente trabalho tentará fazer algumas reflexões sobre estrutura sindical e democracia operária na história do sindicalismo brasileiro².

O percurso deste texto será o seguinte: primeiro, uma pequena discussão bibliográfica sobre as comissões de fábrica, suas definições, a relação com a estrutura sindical, etc. em seguida, a apresentação da comissão de fábrica da ASAMA, sua cronologia, suas concepções, suas realizações; por fim, uma pequena conclusão que busque juntar as duas pontas, pensar a comissão de fábrica da ASAMA no contexto do debate mais geral sobre estrutura sindical e democracia operária. Toda a discussão feita neste artigo será referenciada em um diálogo crítico com o clássico trabalho de Iran Jácome Rodrigues intitulado “Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria”, de 1990. As conclusões e hipóteses deste estudo são a principal referência para a presente análise da comissão de fábrica da ASAMA.

2 – As Comissões de Fábrica: história, estrutura, dimensões

A pesquisa levada a cabo por Rodrigues teve como foco duas das diversas comissões de fábrica criadas em São Paulo após o ressurgimento do movimento sindical naquele estado, com as greves dos metalúrgicos do ABC e da capital paulista em 1978, no fenômeno que ficou conhecido como “novo sindicalismo”. (RODRIGUES, 1990: p.40-41). As duas foram criadas por operários metalúrgicos, uma em São Bernardo do Campo e a outra na cidade de São Paulo. Esta com 3.500 trabalhadores, aquela com cerca de 13 mil. (RODRIGUES, 1990: p. 14). Em ambos os casos se tratavam de plantas industriais da Ford.

A escolha dos metalúrgicos não foi acidental. Trata-se da categoria que liderou a retomada do movimento sindical no final dos anos 1970, fazendo explodir a série de greves que depois se espalhou pelo país, e que levou os trabalhadores a serem protagonistas da transição democrática, com a criação do PT. Ademais, trata-se de um setor estratégico para a economia brasileira, um dos símbolos do “milagre econômico” promovido pela ditadura. E, por fim, os metalúrgicos têm um significativo histórico de lutas sindicais no país, desde antes

² As fontes usadas foram obtidas a partir da pesquisa realizada pela organização de memória operária de São Paulo chamada Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisa (IIEP), que resultaram na confecção de uma revista especial sobre a comissão de fábrica da ASAMA. Todo o material usado neste artigo foi coletado e organizado pela entidade. Aos companheiros e companheiras do IIEP registro meus sinceros agradecimentos, pois sem esta contribuição este estudo não seria possível. A página na internet do IIEP é www.iiep.org.br

da Ditadura Militar, como demonstram os trabalhos de Murilo Leal (2011) e Marcelo Badaró Mattos (1998).

Outro recorte feito por Rodrigues que não foi aleatório é o geográfico. Sequer pode ser explicado apenas pela alta concentração de operários metalúrgicos nesta região do ABC e da capital paulista. O que ocorre é que os metalúrgicos de São Paulo e de São Bernardo vivem em realidades sindicais distintas, o que têm implicações decisivas para o estudo de caso aqui apresentado.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, os metalúrgicos de São Paulo configuravam-se como “a maior concentração de trabalhadores de um mesmo ramo em toda a América Latina”, com cerca de 400 mil trabalhadores. Não obstante, tal concentração se encontrava “dispersa por mais de 13 mil empresas de tamanhos diversos e características técnicas diferenciadas” sendo que “mais de 10 mil empresas metalúrgicas da capital possuem menos de 100 operários”. (RODRIGUES, 1990:p. 14). Na mesma época, “em São Bernardo, ao contrário, há uma concentração muito grande do operariado em poucas empresas. Cerca de 60% dos 135 mil trabalhadores estão concentrados nas seis principais empresas aí instaladas.”, sendo 50% deste montante, segundo Rodrigues, “estão representados por comissões de fábrica” (RODRIGUES, 1990: p. 15).

A este dado sociológico se soma uma questão política fundamental. O sindicato dos metalúrgicos do ABC apoiou, desde o início, a construção das comissões de fábrica, tendo atuação cotidiana nas empresas da região, inclusive naquela estudada por Rodrigues. Isso porque este sindicato seguiu sendo dirigido por sindicalistas ligados à tradição da esquerda operária brasileira. Já o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo sempre se opôs às organizações por local de trabalho. Trata-se de uma entidade controlada desde 1964 pelos interventores nomeados pelo regime militar, que combatiam toda e qualquer ação autônoma dos trabalhadores, inclusive denunciando os operários mais combativos para a repressão. O trabalho de politização e de organização das comissões de fábrica ficou a cargo da militância que se organizou, desde 1964, na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. (RODRIGUES, 1990: 51-66).

Não obstante, é importante registrar que a criação das comissões de fábrica não é um privilégio dos metalúrgicos, tampouco é exclusividade deste período histórico marcado pela emergência do “novo sindicalismo”. Diversos trabalhos demonstram que a “a trajetória do movimento operário em nosso país tem-se caracterizado, em momento da sua história, pela tentativa de organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho”. (RODRIGUES,

1990111). Vito Gianotti registra que em 1906, quando foi criada a Confederação Operária Brasileira (COB), “uma espécie de central sindical”, composta por “grupos operários locais, sindicatos e até seções isoladas das fábricas” (2007: 73. Grifos nossos). A fala de Marcelo Badaró é bastante ilustrativa da presença de organizações por local de trabalho na estrutura organizativa do sindicalismo brasileiro.

Ainda mais significativa era a existência de organizações sindicais nos locais de trabalho, direta ou indiretamente conectadas às direções dos sindicatos. Tais organizações, embora não previstas pela legislação, existiam em alguns sindicatos cariocas desde os anos 1930. Entre os bancários, por exemplo, quando da greve de 1934, as “comissões sindicais” apareciam como instrumento fundamental de organização e mobilização. No sindicato dos metalúrgicos, o primeiro “conselho sindical” surge em 1933. (p. 126).

Murilo Leal é outro autor a fazer coro a esta constatação de que as comissões de fábrica estão presentes no movimento sindical do Brasil bem antes do surgimento do “novo sindicalismo.”. Diz ele, sobre as campanhas salariais dos operários têxteis e metalúrgicos de São Paulo no pré-1964, que

A leitura atenta das atas das assembleias gerais, têxteis e metalúrgicas, revelou que em todas as campanhas salariais, até 1964, de ambas as categorias, foram eleitas nas assembleias comissões de salário para “apoiar” as diretorias. Na verdade, essas comissões exerciam um controle das bases sobre os próprios diretores e canalizavam, de maneira provavelmente mais ágil e efetiva, as inúmeras iniciativas surgidas no decorrer das lutas. (p. 323).

Enfim, outros autores e outros exemplos poderiam ser mobilizados para reforçar o ponto de que a classe trabalhadora brasileira, em sua história de lutas, fez das organizações por local de trabalho – sejam comissões de fábrica, comissões salariais, conselhos sindicais – um eixo estratégico da sua ação coletiva.

E isto apesar da estrutura sindical oficial, que proibia tal prática. Neste sentido, cabe aqui um pequeno histórico desta tensa e muitas vezes conflituosa relação entre a estrutura sindical oficial, que atrelava o sindicato ao Estado, e as tentativas dos trabalhadores de organizarem sua luta de forma autônoma. Novamente Vito Gianotti é quem melhor resume as origens e os fundamentos deste processo. Segundo ele, Vargas chega ao poder em 1930, e em 1934 uma nova constituição é promulgada, com:

(...) Várias mudanças importantes que são introduzidas na vida dos trabalhadores. Especificamente em relação à vida sindical, a nova Constituição cria a Justiça do Trabalho. Sobre a organização dos sindicatos,

assegura a pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos, e não estabelece qualquer disposição sobre um sindicato único. Durante o Estado Novo, a partir de 1937, novos decretos da ditadura Vargas modificarão, por completo, a organização da estrutura sindical. Passa a ser imposto um sindicato único e a vigorar a proibição de sindicatos à margem do sistema oficial. Estes mesmos decretos tornam obrigatórios, para os sindicatos, os serviços assistenciais, como cooperativas de consumo e crédito, assistência jurídica, hospitalar, escolas profissionais, etc. (...). Em 1/5/1940: decreto sobre o salário mínimo. Em 8/7/1940: criação do imposto sindical. Em 9/7/1940: criação do enquadramento sindical. Em 1º de Maio de 1943, Vargas completou sua obra de legislação trabalhista com a promulgação, isto é, com a publicação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). (GIANOTTI, 2007: p. 120 e 124-125)

Nesta passagem Vito resume todo o arcabouço criado por Vargas para exercer “o controle da classe operária” (GIANOTTI, 2007: p. 129), ou, na visão consagrada elaborada por Angela de Castro Gomes, a arquitetura político-institucional que viabilizou “a invenção do trabalhismo”. (GOMES, 2005). Neste livro, referência obrigatória para os estudos sobre o mundo do trabalho no Brasil, a autora apresenta uma visão complementar a que foi apresentada acima por Gianotti.

A autora argumenta que, no início do século XX, “a classe trabalhadora ganhou o status de ator político influente na vida institucional” do Brasil, em um “processo histórico” dividido “em dois tempos”: uma primeira etapa que vai até 1935, no qual “a direção do processo esteve com os trabalhadores. A ‘palavra operária’, sob controle de lideranças diferentes, operou buscando criar as bases para uma nova identidade de classe como fundamento para a sua ação política” (GOMES, 2005: p. 299); e um segundo momento em que “a ‘palavra’ não estava mais com os trabalhadores, “(...) quando o acesso à cidadania por parte dos setores populares se deu sob nítida intervenção estatal (...)” e que teve como “pontos essenciais” fenômenos tais como “a invenção do trabalhismo e a montagem do sindicalismo corporativista, complementados pela criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)” (GOMES, 2005: p. 300). Desta forma, novamente segundo Gomes, o Estado operou:

uma ressignificação de todo um elenco de demandas e de toda uma tradição cultural e política centrada no valor do trabalho e da dignidade do trabalhador. (...) Tal processo, portanto, tornou o Estado mediador por excelência de todos os interesses corporativamente organizados em sindicatos e politicamente representados em partidos. (p. 301).

A partir desta dupla dimensão evidenciada pelas abordagens de Gianotti e Gomes, isto é, da dimensão do controle operário como parte complementar do processo de

ressignificação de direitos e da identidade política do trabalhador, é possível enxergar com mais clareza as complexidades da relação entre sindicalismo e estrutura sindical no Brasil após a redemocratização de 1946, quando a vida política no país foi retomada com alguma liberdade. E, com isso, fugir da imagem da manipulação da classe pelas lideranças e pelo Estado, consagrada pela “teoria do populismo”, tal como esta se apresenta na obra de Francisco Weffort:

É a partir dos anos 50, portanto, que se podem perceber mais claramente suas características: no plano da orientação, subordina-se à ideologia nacionalista e se volta para uma política de reformas e de colaboração de classes; no plano da organização, caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas ‘organizações paralelas’ formadas por iniciativas da esquerda, passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial, inspirada no corporativismo fascista como um apêndice da estrutura do Estado; no plano político, subordina-se às vicissitudes da aliança formada pela esquerda com Goulart e outros políticos fiéis à tradição de Vargas. O sindicalismo populista atingirá o ponto máximo de seu desenvolvimento nos anos 60 na linha de uma aproximação e subordinação crescentes ao regime populista. Em 1964, este sindicalismo entra em crise para finalmente desaparecer com o regime político ao qual associara seu destino. (1973: 67)

Em Murilo Leal encontra-se uma passagem bem expressiva da visão mais complexa, que busca problematizar a questão do populismo, e a qual este artigo procura se filiar. De acordo com o Leal:

Duas conclusões são possíveis: a primeira é que se constituiu, nos anos 1950, um sistema de relações industriais de fato, no qual o poder de barganha dos trabalhadores era maior do que se pode inferir, examinando-se a legislação trabalhista e sindical e deduzindo, a partir daí, o atrelamento do movimento operário ao Estado. A segunda, necessariamente decorrente da primeira, é que é preciso reconsiderar a ideia tradicional do ‘pacto populista’, uma vez que os pressupostos desta é o controle do Movimento Operário pelo Ministério do Trabalho, permitindo sua incorporação política e social em apoio ao governo e ao regime. (p. 459).

Novamente, um segundo exemplo a ser mobilizado está no trabalho de Marcelo Badaró, em especial porque ele aponta continuidades entre as práticas sindicais do “novo sindicalismo” e aquelas do chamado “sindicalismo populista” e que é fundamental, para este texto, tendo em vista que a comissão de fábrica da ASAMA foi criada no contexto da retomada das mobilizações operárias no pós 1978. E o mais interessante é que estas continuidades se apresentam tanto no sentido de identificar no sindicalismo pré-1964 práticas e concepções sindicais tidas como positivas nos estudos acadêmicos quanto

encontrar limites e tensões atribuídas ao “sindicalismo populista” também no “novo sindicalismo”. Para Badaró, “o balanço dos anos 1980 constatava um exagero (...). Não se concretizara uma ruptura com o passado sindical brasileiro. (...). Tal balanço apontou muitas continuidades, onde antes se vislumbravam mudanças radicais.” (BADARÓ,1998: p. 217).

Uma vez feito este resgate, qual seja, de que as comissões de fábrica fizeram parte da história do movimento sindical brasileiro desde o início das lutas operárias, cabe agora registrar as dimensões que estas organizações por local de trabalho assumiram após a retomada da vida sindical brasileira em fins de 1970. De acordo Rodrigues, a comissão de fábrica “se vincula essencialmente a todas as demais transformações que estão ocorrendo no interior do movimento operário. As comissões de fábrica podem ser vistas como um termômetro do que se passa na classe trabalhadora” (1990: 14).

Continuando na pista do argumento do autor, as comissões de fábrica são um importante objeto de estudo porque, a partir delas, é possível compreender “as formas de coerção que são exercidas sobre a força de trabalho e resistência e/ou integração dos trabalhadores ao controle capitalista” e da mesma forma “o movimento da classe, suas formas de organização, tanto formais quanto informais, e observando como realmente se dá o conflito nos locais de trabalho” (RODRIGUES, 1990: p. 15).

Este artigo se alinhará ao trabalho de Rodrigues outra vez naquilo que ele chamou de hipótese básica para o estudo das comissões de fábrica:

a luta dos trabalhadores para se organizarem em seus locais de trabalho é uma forma de adquirir algum poder de controle sobre as condições de trabalho e constitui expressão de uma resistência recorrente à organização capitalista do trabalho, resistência essa que chegou, em alguns momentos da história, a propor de forma concreta a gestão da produção. (p. 37, grifos do autor).

Em outras palavras, a investigação sobre a comissão de fábrica da ASAMA buscará testar a idéia de que os trabalhadores buscaram construir um contra poder ao domínio dos patrões, em uma dicotomia que Rodrigues chamou de “poder operário” e “poder do capital” (1990: p. 101), argumentando que “à medida que se desenvolve a organização operária no interior da empresa, os conflitos tendem a se expressar de forma mais organizada, criando uma conflituosidade explícita permanente” (1990: p. 85, destaque do autor).

A perspectiva de construção deste poder operário se articula com outra possibilidade levantada por Rodrigues, a de que “a comissão, como desaguadouro das

12 As dimensões das comissões de fábrica na história do sindicalismo brasileiro: um estudo de caso sobre a democracia operária na ASAMA

demandas trabalhistas dentro da empresa resgatou, no espaço fabril, um pedaço da cidadania perdida pelos trabalhadores no local de produção” (1990: p. 85, grifos do autor). Por suposto, este ponto será abordado com relação à comissão de fábrica da ASAMA.

Outra hipótese importante levantada pelo autor e que será considerada neste artigo é a da dupla dimensão das comissões de fábrica: uma que é “a expressão organizada da resistência dos trabalhadores frente à organização capitalista do trabalho” em paralelo à outra que significa “a expressão da necessidade de um instrumento que seja um canal permanente e institucionalizado dos conflitos que permeiam o dia a dia da fábrica” (RODRIGUES, 1990: p. 42). Prossegue Rodrigues afirmando que:

Se para os trabalhadores ela representa a forma institucionalizada de fazer expressar suas reivindicações e significa uma real diminuição do poder gerencial, aumentando o poder de controle dos trabalhadores sobre as condições de trabalho, para os empregadores, no entanto, as comissões de fábrica significam, principalmente, a tentativa de antecipação e controle dos conflitos no cotidiano da produção. Essa tensão e ambiguidade caracterizam os organismos de representação dos trabalhadores nos locais de trabalho na indústria contemporânea, em contraste com órgãos tipo “soviets”, e é particularmente clara nas indústrias estudadas, nos anos 1980. (1990: p. 42, destaques do autor).

Rodrigues frisa ainda que, na hipótese de prevalecer o significado mais adequado para os empresários, as comissões de fábrica representam uma democratização das relações de trabalho. Esta afirmação se articula com a terceira hipótese levantada pelo autor, a de que a experiência das comissões de fábrica se generalizaria no Brasil (1990: p. 95), ponto este que será discutido na conclusão do presente artigo.

3 – A comissão de fábrica da ASAMA

Entre os anos de 1982 e 1986 os operários da Fábrica ASAMA, na cidade de São Paulo, criaram uma comissão de fábrica. A ASAMA era uma empresa metalúrgica da região oeste de São Paulo, em um cinturão industrial, sem casas, apenas fábricas, que somavam 20 mil operários. Seu capital era francês, e produzia equipamentos e peças sob encomenda. A sua produção não era seriada, não havia linha de montagem, e era controlada e cronometrada pelos chefes, na base do tempo para cada tipo de peça. Quando a Comissão de Fábrica foi formada a ASAMA tinha 280 empregados, entre produção e escritório. Na produção, a maioria dos operários são profissionais. Vários trabalhadores vinham das

grandes empresas da região do ABC e já tinham, portanto, a experiência das greves dos anos anteriores.

Como já foi dito, o ano de 1978 foi um marco para a retomada da atividade sindical, incluindo a criação das comissões de fábrica, que surgiram em dezenas de indústrias, especialmente entre os metalúrgicos do ABC e da cidade de São Paulo, nas empresas que contavam com a militância da Oposição Sindical Metalúrgica. Estas comissões eram responsáveis pela organização das greves, pela luta a favor da manutenção do emprego, contra a repressão dos patrões ou dos militares. Na capital paulista havia ainda o enfrentamento contra os interventores, os chamados de “pelegos”, indicados pela ditadura militar após o golpe de 1964, que denunciavam para a polícia os operários combativos.

Em novembro 1979 os metalúrgicos de São Paulo fazem uma greve unificada, a qual os operários da ASAMA aderem. A fábrica fica parada por 15 dias, em uma greve espontânea, sem piquetes ou preparação prévia. Nessa paralização, os patrões da ASAMA ficaram em situação difícil. Havia muito serviço acumulado e eles ficaram preocupados em impedir atrasos na produção para garantir os prazos das encomendas e por isso, desde o início, quiseram negociar em separado com os operários. Mas não tinham com quem negociar: não havia nenhum grupo, ou comissão organizada ou algum delegado dos trabalhadores.

Quando a greve terminou, a empresa tomou a iniciativa de organizar alguma forma de comunicação com os trabalhadores e negociou a criação de uma comissão de fábrica. Esta primeira comissão era um instrumento de controle sobre os operários, sempre aceitando os interesses dos patrões. A comissão se desgastou por conta disso, tanto que, em 1981, quando foi convocada uma nova eleição para renovação da comissão, ninguém se inscreveu como candidato.

Neste ano os militantes da Oposição Sindical articularam um grupo de fábrica clandestino, E atuavam no dia a dia, a partir dos problemas que surgiam na fábrica, como acidentes, pressão das chefias, repressão interna, más condições de trabalho. O depoimento de um membro é ilustrativo desta ação clandestina.

Os grupos de fábrica tiveram uma grande importância para enraizar a nossa organização de luta, levar a consciência aos trabalhadores, organizar e fazer a defesa dos seus direitos dentro da fábrica. Quando se criava uma comissão de fábrica era porque a luta e o trabalho na fábrica já estavam com um nível elevado de organização, isto é, já tinha tido um processo de conscientização, organização e defesa dos trabalhadores no seu dia a dia, e não apenas genericamente, isto é, nas bandeiras das lutas gerais. Por isso

14 | As dimensões das comissões de fábrica na história do sindicalismo brasileiro: um estudo de caso sobre a democracia operária na ASAMA

usávamos de muitos instrumentos de comunicação. Foi uma época muito importante da resistência dos trabalhadores. (Zé Pedro, ex-membro do grupo de Fábrica.)

Em 1982, surgiu uma situação de conflito que possibilitou ao grupo clandestino se apresentar para toda a empresa, incluindo aí os patrões. No verão as chuvas provocaram uma grande enchente na região da fábrica. A maioria dos trabalhadores não conseguiu chegar à empresa para trabalhar. A comissão oficial aceitou que os trabalhadores tivessem o dia descontado. O grupo de fábrica clandestino não. A proposta do boicote ganhou a empresa. O conflito instalado levou a direção da ASAMA a aceitar uma nova eleição para a comissão de fábrica, na qual a estabilidade dos membros estaria garantida. As eleições aconteceram. E os membros do grupo clandestino que se candidataram, foram eleitos. Nascia a Comissão de Fábrica da ASAMA.

Rodrigues demonstrou (1990: p. 43) que um processo similar ocorreu nas duas indústrias que ele estudou. As comissões de fábrica são aceitas pelos patrões na expectativa de que vai ser possível institucionalizar, antecipar e controlar os conflitos e a ação operária. Todavia, a dinâmica de resistência se impôs, do mesmo modo que ocorreu na ASAMA. Com isso é possível passar para a análise da hipótese do “poder operário”.

Assim como nos dois casos estudados por Rodrigues, a construção do controle operário sobre a produção e os conflitos abertos entre o poder do capital e o poder operário se deram em torno das questões das condições de trabalho - máquinas com falta de proteção, sujeira no local de trabalho, ferramentas sujas e desgastadas, falta de higiene nos banheiros, alimentação escassa e de má qualidade – o tema das horas extras e da pressão da empresa para que os operários trabalhassem fora do expediente e, por fim, a algo que estava estritamente ligado a esta pressão, o autoritarismo das chefias, que aumentavam o ritmo de produção, que puniam os trabalhadores de forma arbitrária com advertências e multas.

O autor demonstra como, em todos estes casos, as comissões de fábrica lograram conquistas significativas que implicaram em um aumento do controle operário sobre o processo de produção que significou a recuperação da cidadania dos trabalhadores no local de trabalho. Nas palavras do autor:

(...) A afirmação operária no local de produção passa pela demanda pelo aumento do controle sobre as condições de trabalho, pela diminuição do poder da hierarquia no interior da fábrica, em particular a supervisão intermediária, e pela conquista de novos direitos no mundo do trabalho. (1990: p. 94).

Não foi diferente na experiência da comissão de fábrica da ASAMA. Logo no primeiro ano de existência, em 1982, ela se deparou com o tema das condições de trabalho. Afinal, como diz Rodrigues “as demandas no interior das empresas se relacionam primordialmente com a melhoria das condições de trabalho na fábrica. Problemas como falta de água nos bebedouros, falta de ventilação, vestiário inadequado” (1990: p. 99) são comuns. A comissão de fábrica da ASAMA conseguiu vitórias imediatas neste quesito, após organizar pequenas paralisações para pressionar a direção, tais como o conserto dos banheiros; pão com manteiga e leite nos intervalos; refresco natural no almoço; substituição do cozinheiro e melhoria da comida; direito ao uso do telefone; fornecimento de botas e óculos de segurança, etc.

Já com relação ao autoritarismo da chefia, questão que se articulava com a pressão das horas extras e com as tentativas de acelerar os ritmos de produção, as vitórias exigiram mais atitude coletiva dos trabalhadores e da comissão de fábrica. Isso porque essas questões atingiam diretamente o “poder do capital” de controlar a produção, e as resistências a isso acabam por configurar um “poder operário”. Como Rodrigues relata, “um problema crucial dentro da fábrica é a questão das horas extras. Antes o feitor recrutava os operários para trabalharem aos sábados e – às vezes – até no domingo e não havia discussão” (p. 85-86). As duas comissões de fábrica por ele pesquisadas alteraram esta situação, o que se repetiu na ASAMA.

A comissão de fábrica da ASAMA organizou boicotes às horas extras, ao qual aderiram todos os trabalhadores, diminuindo significativamente a produção da fábrica e comprometendo as encomendas. A partir disso, a direção da empresa passou a aceitar que só faria hora extra o operário que quisesse, sem qualquer pressão por parte das chefias, multas, advertências ou demissões, como ocorria antes com alguma frequência.

Já com relação aos ritmos de produção, um problema igualmente existente nas empresas pesquisadas por Rodrigues (1990: p. 96), a Comissão de Fábrica da ASAMA se aproveitava do próprio conhecimento especializado dos trabalhadores, que provavam na prática a impossibilidades dos tempos exigidos pela diretoria. Quando uma chefia demandava que algum produto ficasse pronto em um tempo impossível, a comissão de fábrica elaborava relatórios e estudos demonstrando que tal ritmo era inviável. Além disso, os operários do setor faziam cartas contra os chefes mais autoritários, faziam greves localizadas contra os desmandos, até que os supervisores mudassem a postura.

Ademais, a comissão de fábrica procurou transformar a resistência contra os tempos

de produção em mais do que uma forma de luta contra a repressão das chefias, significando igualmente uma forma de controle que se apoia no saber operário sobre a produção e num saber da luta por parte de trabalhadores que entendem que, na questão dos tempos de produção, atingem um ponto estratégico para a empresa.

Apenas em agosto de 1984 a empresa aceitou que houvesse uma nova cronometragem dos tempos de produção. Mas aí ela tentou lançar mão de uma sutil estratégia. Em nome da necessidade de estabelecer tempos viáveis - como exigiam os trabalhadores - a direção da ASAMA distribuiu fichas para que os operários anotassem as peças produzidas durante o dia. Isso, na verdade, era uma forma de incentivar a competição entre os trabalhadores. A Comissão de Fábrica propôs e os operários concordaram em não preencher as fichas. E a nova cronometragem foi definida a partir do conhecimento especializado dos trabalhadores sistematizado pela comissão de fábrica.

O segundo ano de existência da comissão de fábrica da ASAMA foi marcado pela campanha salarial e pela forma como os trabalhadores conseguiram articular o “poder operário” que estavam formando com a luta por melhores salários, algo que não havia ocorrido em 1982. Este ponto é importante porque não aparece nos estudos de Rodrigues, o que configura uma primeira diferença deste estudo de caso.

No 1º semestre de 1983 os trabalhadores estavam vivendo sob o impacto de um arrocho muito maior que o dos anos anteriores. O governo militar impôs, por meio do decreto nº 2012, um reajuste salarial abaixo da inflação. Antes de maio deste ano — mês do reajuste — a Comissão de Fábrica da ASAMA iniciou uma discussão junto aos trabalhadores para decidir sobre qual aumento iriam reivindicar. Numa assembleia geral eles decidiram não aceitar o decreto do governo, mas sim o reajuste integral para todos e mais 5% para os que ganhavam menores salários na fábrica.

A luta dos trabalhadores resultou em uma vitória parcial. A empresa aceitou dar o reajuste integral. Mas recusou dar os 5% para os menores salários. De toda forma, através da negociação direta, os trabalhadores da ASAMA conseguiram um reajuste maior do que os das outras empresas em que o decreto do governo foi aplicado, marcando a consolidação da Comissão de Fábrica e da organização coletiva dos operários e do contra poder que sua ação representava.

O problema do salário atinge a todos e por isso, na luta salarial, os interesses comuns puderam se manifestar de tal forma que o conjunto dos operários formou um campo

de luta comum que os transformava em força coletiva, em “poder operário”. Ao mesmo tempo, a vitória alcançada deixou clara a importância da Comissão de Fábrica da ASAMA enquanto organismo que expressava a vontade coletiva operária perante os patrões.

A luta salarial dos trabalhadores da ASAMA não se encerrou na campanha salarial. A Comissão de Fábrica escolheu como alvo a desigualdade salarial, pauta não atendida nas negociações de maio de 1983. Era uma questão delicada. Os que ganhavam mais achavam que eram privilegiados e os que ganhavam menos se achavam derrotados com a proposta de reajuste igual. Os patrões sabiam que as várias faixas salariais dividiam os trabalhadores, e por isso não abriram mão deste ponto da negociação salarial.

A comissão de fábrica decidiu, após muita discussão com os trabalhadores nas reuniões por seção, nas conversas do dia a dia e nas assembleias gerais, elaborar um estudo sobre as diferentes faixas salariais na ASAMA. Com essa pesquisa os trabalhadores puderam denunciar situações como a de uma seção com dezoito torneiros e sete faixas salariais, quando deveria ter no máximo duas, ou de outra seção com seis trabalhadores e cinco faixas ou casos de trabalhadores que eram tarimbados e experientes, mas que ganhavam menos, só porque eram “novos de casa” ou porque na admissão entraram numa faixa menor. Acontecia também do trabalhador ficar numa faixa menor porque faltou uma vez no ano anterior.

A Comissão de Fábrica da ASAMA apresentou uma proposta que definia apenas duas faixas de salário, com uma diferença de no máximo 8%. A proposta foi discutida com os trabalhadores, que concordaram e defenderam a greve, caso a diretoria não aceitasse. A vitória veio nas duas faixas salariais, mas a diferença máxima ficou em 12%.

Todos estes exemplos das lutas organizadas e das conquistas obtidas pelos operários através da comissão de fábrica da ASAMA são parte da preocupação desta em se legitimar perante a base dos trabalhadores, pois os membros da comissão sabiam que o poder operário só se sustenta nestas condições de elevada mobilização. Rodrigues identificou a mesma questão no seu estudo:

Há uma preocupação da representação operária, no seu dia a dia, na sua dinâmica, com a relação comissão/trabalhadores dentro da fábrica. (...). Há um anseio muito grande por parte das duas comissões de fábrica no sentido da participação cada vez maior de seus representados nas demandas cotidianas no interior da empresa. A comissão tem claro que só a ampliação da participação do conjunto dos trabalhadores lhe dará poder de barganha nas negociações com os empregadores. (Rodrigues: p. 90)

Na ASAMA não foi diferente. Por isso, desde o início da sua atuação, a Comissão de Fábrica estabeleceu um tipo de funcionamento para ficar o mais próximo possível dos operários. A Comissão de Fábrica funcionou com reuniões mensais, às sextas-feiras, com a diretoria da empresa para encaminhar e negociar as reivindicações dos trabalhadores; toda semana, ocorriam reuniões abertas a todos, para discutir os problemas que existiam nas seções e as propostas de solução e encaminhamento; uma vez por mês, tinha a assembleia geral da fábrica, que era o órgão soberano dos trabalhadores, em que a pauta de reivindicações era discutida e aprovada, e todas as decisões tomadas com a aprovação da maioria dos trabalhadores reunidos e na qual a Comissão de Fábrica fazia a prestação de contas das atividades e das finanças; sempre que surgia um problema específico, os membros da comissão incentivavam e convocavam reuniões por seção ou assembleias extraordinárias.

Além disso, foi muito importante a criação de um jornal próprio da Comissão de Fábrica, para comunicar, divulgar e discutir cada passo por ela tomado, cada ponto que era discutido com os patrões, cada impasse que enfrentava nas negociações. Cada conquista ou derrota, por mais específica que fosse, de uma seção ou outra, era divulgada no jornal, para que o aprendizado fosse coletivo. Isto pôde ser constatado no exame das edições do jornal que fazem parte do acervo do IIEP, quando fica evidente que não foram apenas as vitórias que foram contadas pelos membros da comissão. O fato é que a Comissão de Fábrica da ASAMA buscava transformar tanto as derrotas quanto as vitórias em referência de luta, formando uma memória coletiva.

Finalmente, sobre a generalização das organizações por local de trabalho, que confirmariam uma tendência de democratização das relações de produção no Brasil – vale registrar que a Comissão de Fábrica da ASAMA se adequou perfeitamente aos sentidos levantados por Rodrigues em seu estudo clássico sobre o tema.

O autor demonstrou que a organização das comissões de fábrica em São Paulo e em São Bernardo foram resultados da retomada das greves desde 1978 – a comissão de fábrica do ABC sendo fruto direto da greve de 41 dias de 1980 (Rodrigues, 1990: p. 51-52), enquanto a comissão de fábrica de São Paulo foi resultado da inspiração das lutas de São Bernardo, especialmente porque em ambos os casos se tratava da mesma empresa. Como vimos, a criação da comissão de fábrica da ASAMA também foi consequência de uma grande greve, a dos metalúrgicos da capital paulista em 1979.

Rodrigues argumentou ainda que as comissões de fábrica foram aceitas pelos

patrões na perspectiva de que elas se tornassem mais um instrumento de controle operário. Nos dois casos estudados por ele isso não veio a ocorrer em nenhum momento, enquanto na ASAMA esta foi a realidade inicial, pois os patrões propuseram e controlaram a primeira formação da Comissão de Fábrica. Por fim, nas duas experiências abordadas por Rodrigues, e assim como naquela estudada neste artigo, a comissão de fábrica se configurou como uma forma de controle operário sobre a produção, transformando-se em um poder operário contra o capital. É este o patamar de onde parte a conclusão deste estudo.

4 – Conclusão

Seja na Ford de São Bernardo, ou na Ford de São Paulo, tanto quanto na ASAMA, o poder do capital reagiu. E esta reação foi tão mais forte na medida em que o poder operário se fortalecia, e as comissões de fábrica perdiam o duplo significado inicial. A questão é que, mesmo que as duas hipóteses até aqui testadas sejam verdadeiras, a validação da comissão de fábrica enquanto uma construção do controle e do poder operário anula o sentido positivo que a comissão de fábrica poderia ter para os patrões, que passam então a combatê-la.

Não foi por acaso que a hipótese de Rodrigues sobre a generalização das organizações por local de trabalho não se confirmou. A reestruturação produtiva neoliberal, que gerou desemprego estrutural no Brasil e solapou as bases do movimento sindical virtuoso que surgiu no país em fins da década de 1970 acabaram por bloquear qualquer perspectiva de democratização das relações de produção e trabalho no Brasil. E os patrões combateram firmemente os embriões desta democratização.

O que aconteceu nas três experiências de comissão de fábrica aqui abordadas foi que o poder operário avançou para questões muito caras à burguesia, a saber, a estabilidade do emprego e hierarquia da produção. Primeiro, quanto ao problema da estabilidade, Rodrigues relata que as duas comissões de fábrica conseguiram que:

(...) por mais de quatro anos não houvesse demissões unilaterais de trabalhadores. As demissões realizadas foram voluntárias e normalmente com o pagamento de uma quantia bem maior do que a devida se a demissão se desse em bases normais. Toda demissão passava pela comissão de fábrica para que a representação dos trabalhadores opinasse sobre a aceitação ou não da dispensa do empregado. (1990: p. 88, grifos do autor).

A ASAMA foi palco de situação semelhante. A Comissão de Fábrica articulou a luta contra as demissões com a demanda de horas extras por parte da empresa. Os trabalhadores

afirmam que só teria hora extra se os patrões garantissem estabilidade por 90 dias para todos, por ocasião das férias coletivas do final do ano, para que nenhum trabalhador fosse pego de surpresa com uma demissão pós-férias. A pressão deu resultados, e a empresa cedeu.

Os operários tomaram outras medidas contra as demissões, porque sabiam que a qualquer momento a empresa poderia quebrar o acordo da estabilidade e retornar com a política de demissões sem justa causa para desmontar a organização coletiva dos trabalhadores. Os trabalhadores da ASAMA decidiram que o companheiro demitido não deveria assinar a demissão, e sim procurar a Comissão de Fábrica. Sempre que houvesse condições, os trabalhadores partiriam para a greve até a readmissão do companheiro demitido. Eles exigiram também que a empresa comunicasse com antecedência as novas demissões e justificasse as razões. A empresa aceitou a comunicação, mas se recusou a fornecer motivos. Em muitos casos a Comissão de Fábrica da ASAMA conseguiu reverter a demissão, mobilizando os trabalhadores contra os patrões, exercendo um verdadeiro controle operário sobre a empresa, como ocorreu em junho de 1983, quando foi feita uma greve de duas horas contra a demissão de um companheiro.

Outra luta que explodiu em 1983 foi àquela contra a contratação de temporários, em mais uma forma de conflito entre o “poder do capital” e o “poder do operário”. A contratação dos temporários foi legalmente permitida apenas por um tempo determinado. E a ASAMA não obedecia a esses prazos. Daí a Comissão de Fábrica começou a desenvolver um trabalho visando a contratação definitiva desses empregados. Primeiro, fez um levantamento dos temporários e propôs a contratação de quem já estava terminando os dez meses estipulados de contrato. Quanto aos outros, a empresa deveria dar um novo prazo para serem testados no serviço.

Em paralelo, a Comissão de Fábrica da ASAMA se preocupou em se aproximar dos temporários. Discutia com eles no sentido de perceberem a injustiça da sua situação. E incentivava esses companheiros a lutar por sua contratação. A luta foi vitoriosa. No final de 1983 a grande maioria dos temporários foi efetivada.

Por último, há o tema da hierarquia da produção, mais especificamente no que tange à contratação de chefes e supervisores. Rodrigues relata que os trabalhadores chegaram “em algumas áreas da empresa, a elegerem líderes e feitores ou a recusarem a contratação de determinados gerentes pela direção. Em todo este percurso, os trabalhadores travaram uma luta sem trégua contra o autoritarismo das chefias” (1990: p. 114).

Na ASAMA esta vitória também se fez presente. Em 1984, no terceiro ano de vida da comissão de fábrica, os trabalhadores iniciam um questionamento dos critérios de contratação dos chefes, dando mais um passo para fortalecer o “poder operário” na empresa. Nesse ano um gerente novo chegou dizendo que era contrário à Comissão de Fábrica e que faria o possível para prejudicá-la. Os trabalhadores reagiram e questionaram os critérios de contratação da empresa para os cargos de chefia. A empresa respondeu que havia apenas duas possibilidades para contratar um chefe: trazer gente de fora ou então promover alguém de dentro. A Comissão de Fábrica exigiu uma definição de critérios no caso de promoção. E o novo gerente teve que se desculpar.

Não obstante estes fatores internos, ao longo dos anos 1980 a luta sindical estava cada vez mais articulada. As práticas e concepções sindicais não ficavam restritas a apenas uma empresa. As lutas tampouco. Assim como Rodrigues relacionou a criação da comissão de fábrica em São Paulo com a greve de São Bernardo e a própria criação das comissões de fábrica no ABC, a ASAMA não ficou isolada. A Comissão de Fábrica procurou interligar as lutas na fábrica com as lutas gerais dos trabalhadores, buscando reforçar a solidariedade de classe e construir uma força coletiva dos trabalhadores capaz de expressar a sua vontade e defender seus direitos frente aos patrões e ao Estado.

As greves em outras empresas do ramo metalúrgico que aconteceram durante os quatro anos de existência da Comissão de Fábrica sempre foram divulgadas na ASAMA e sempre eram discutidas alternativas possíveis de solidariedade e apoio aos companheiros grevistas. Na greve da Atlas, em 1984, os trabalhadores da ASAMA participaram de uma passeata dos grevistas. Na greve da Darex, em 1985, arrecadaram fundos para os companheiros e conclamaram outras fábricas vizinhas a fazer o igual. Na Fábrica Colúmbia, a Comissão de Fábrica da ASAMA acompanhou de perto o processo de organização de um grupo de Fábrica, apoiando ativamente a greve em 1985.

Nas várias reuniões interfábricas que aconteceram em São Paulo durante esses anos, a participação da ASAMA foi muito importante. Muitos trabalhadores de outras empresas se apoiaram na experiência da ASAMA para formarem comissões representativas em suas fábricas. Além disso, os trabalhadores da ASAMA participaram em peso das assembleias gerais do sindicato (controlado pelos pelegos desde o golpe militar de 1964), vestidos com camisetas com o logotipo da Comissão de Fábrica. Essa participação foi muito importante como um contrapeso sério às manobras e artimanhas dos pelegos sindicato.

Por outro lado, a Comissão de Fábrica da ASAMA sempre apoiou e colaborou com a

construção da CUT divulgando a Central, participando dos congressos, propagandeando suas palavras de ordem e plataformas de luta, contribuindo para a unificação dos trabalhadores.

A experiência da Comissão de Fábrica da ASAMA só pôde existir e desenvolver toda a riqueza de suas propostas e de suas práticas pela relação contínua e estreita que manteve, em toda sua existência, com a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Esta relação se manifestou continuamente através da participação de muitos trabalhadores da ASAMA e membros da Comissão de Fábrica nas atividades da Oposição Sindical, ao apoio e ao respaldo que a Oposição Sindical sempre deu à luta dos operários da ASAMA.

A própria linha sindical adotada pelos trabalhadores da ASAMA se inspirou em propostas da Oposição Sindical. Mas, segundo os depoimentos dos principais dirigentes da Oposição Sindical e dos principais membros da comissão, em momento algum, esta relação se manifestou sobre a forma de uma interferência direta da Oposição Sindical nas decisões internas da ASAMA, ou comprometeu a independência orgânica e política da Comissão de Fábrica.

Finalmente, não é estranho que o poder do capital tenha reagido a todo este processo de mobilização. É muito importante e significativo que Rodrigues tenha identificado uma reação dos patrões da Ford diante do poder operário com a frase “agora quem manda na fábrica é a comissão”, muito similar a um desabafo do advogado do dono da ASAMA, que disse para o seu cliente “a fábrica não é mais sua, mas sim da comissão”, registrado no processo judicial que os operários moveram contra a empresa pela demissão ilegal dos membros da comissão de fábrica.

Ademais, é bastante sintomático que a estratégia para desbaratar o poder operário tenha disso tão parecida na Ford e na ASAMA. Rodrigues conta que:

(...) Em julho de 1986, em São Bernardo, quando 25 dos 28 membros da representação dos trabalhadores foram afastados da empresa e estão respondendo a processo administrativo após um movimento grevista neste estabelecimento. De outra parte, na unidade do Ipiranga [São Paulo] constata-se uma semiparalisa da representação trabalhista diante de uma posição de enrijecimento assumida no período recente pelos empregadores no tratamento das relacionadas com a mão-de obra. (1990: p. 114).

Nos dois últimos anos da Comissão de Fábrica da ASAMA os conflitos entre os trabalhadores e a diretoria da ASAMA se radicalizaram. Em 1985 a empresa demitiu todos os membros da Comissão de Fábrica, alegando justa causa. Os operários ocuparam a ASAMA, e

os patrões recorreram à polícia para recuperar a fábrica. Mas os patrões recuaram e, após decisão da justiça, os companheiros foram readmitidos.

Ocorreu que, da mesma forma, a direção da ASAMA foi desativando a fábrica, que já ficara três meses sem serviços em 1985. Os patrões anunciaram demissões em massa, e a Comissão de Fábrica convocou os trabalhadores para uma assembleia geral, para decidir o que fazer. Venceu a proposta de não fazer greve, por maioria esmagadora. Com esta decisão, a Comissão de Fábrica da ASAMA perdeu sua força política e em maio de 1986, no término do mandato, os companheiros membros da Comissão de Fábrica decidiram sair da ASAMA e construir a luta operária em outras empresas.

Finalizando este estudo de caso, e com a vantagem do distanciamento histórico que Rodrigues não teve, a constatação é de que a experiência das comissões de fábrica não se generalizaram no Brasil. Sequer alternativas menos radicais de organização no local de trabalho, como os delegados sindicais, lograra, se espalhar pelas empresas e indústrias do país. Trata-se, na verdade, de um diagnóstico no qual as relações de produção e trabalho não se democratizaram no país.

A recusa do empresariado participante do Fórum Nacional do Trabalho em assinar, no ano de 2004, uma proposta de reforma sindical unitária com o Estado e com o movimento sindical se deu justamente pelas discordâncias referentes às organizações por local de trabalho, cuja legalização não foi aceita pelos patrões.

O fato é que hoje, no Brasil, as relações de trabalho se democratizaram apenas nos setores mais avançados do movimento sindical, aqueles mais organizados, com sindicatos tradicionais e com alguma representatividade, tais como bancários, metalúrgicos e professores, ou mesmo nas categorias do funcionalismo público. A imensa maioria da classe trabalhadora brasileira segue apartada das organizações no local de trabalho.

O que significa, portanto, que a luta das comissões de fábrica segue atual no século XXI, e que é imprescindível o estudo de casos e experiências de organizações por local de trabalho, seja daquelas que tiveram êxito em ultrapassar os limites da estrutura sindical oficial, e construir, em alguma medida, formas de democracia operária seja daquelas que de algum modo ficaram presas ao sindicalismo tradicional, mas que ainda assim significaram em alguma medida processos de auto-organização dos trabalhadores.

Bibliografia

BADARÓ, Marcelo. *Novos e Velhos Sindicalismo*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

GIANOTTI, Vito. *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2005.

LEAL, Murilo. *A Reinvenção da Classe Trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Comissão de Fábrica e trabalhadores na indústria*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Fase. 1990.

WEFFORT, Francisco. “Origens do Sindicalismo Populista no Brasil – a conjuntura do pós-guerra”. In: *Estudos Cebrap*. nº 4. São Paulo, Cebrap, abr-jun 1973, p. 67.



Sociabilidades operárias na Primeira República: o círculo de trabalhadores e operários católicos São José e a construção do “divertimento lícito” em Fortaleza

Ana Cristina
Pereira Lima¹

¹Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará. Professora do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: cristina.lima@ifrn.edu.br.

Resumo:

O presente artigo trata sobre a atuação do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José na divulgação de espaços de lazer organizados pela Igreja para a classe operária. Inserido na dinâmica do movimento operário na Primeira República, o Círculo São José disputava com outras associações de classe e com os espaços de diversão censurados pelo clero, o tempo livre dos trabalhadores. Festas, passeios, festivais de música e mesmo o cinema – não muito simpático aos olhos da Igreja – foram organizados para “educar” o lazer operário. Observando jornais, memórias e atas de reuniões, nota-se que isso não aconteceu sem conflitos ou tensões, mas implicou em permanente negociação e (re)adequação dos sujeitos envolvidos no projeto circulista.

Palavras-chave: Círculo Operário, Lazer Operário, Cidade.

Resumen:

Este artículo aborda el trabajo del Círculo de Trabajadores e Operários Católicos São José en divulgación de recreo organizado por la Iglesia para la clase obrera. Insertado en la dinámica del movimiento obrero en la Primera República, el Círculo São José compitió con otras asociaciones y con los espacios de diversión censuradas por el clero, el tiempo libre de los trabajadores. Eventos, giras, festivales de música e incluso el cine – no muy agradable a los ojos de la Iglesia – se organizaron para librar el obrero del ocio. Tomando nota de prensa, memorias y actas de reuniones, notas que no era sin conflicto o tensión, pero dio lugar a la negociación permanente y (re)adaptación de los sujetos involucrados en el proyecto circulista.

Keywords: Círculo Obrero, Recreación de los Trabajadores, Ciudad.

Durante o primeiro período republicano, foram criadas em Fortaleza (CE) diversas instituições operárias a fim de amenizar coletivamente as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, revelando grande pluralidade de projetos, posicionamentos políticos e formas de organização do movimento operário. Nessa dimensão associativa da classe operária na cidade estavam presentes várias sociedades de socorro mútuo ou beneficentes ligadas a diversas categorias de ofício, alguns sindicatos e ligas operárias. Nesse mesmo contexto, foi fundado pelo Arcebispo D. Manoel da Silva Gomes, no ano de 1915, o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José, atuando de forma efetiva no campo de disputas do movimento operário na cidade. A criação do Círculo Operário, uma experiência nova no Brasil que iria ser ampliada nos anos seguintes, tinha como objetivo atrair a classe operária com propostas de reforma social mediadas pela Igreja, ao passo que tentava inibir a adesão dos trabalhadores urbanos aos projetos socialista ou anarquista do período.

Além da ampla propaganda eclesial, o ingresso dos trabalhadores no Círculo Operário São José encontrava motivações na prática mutualista presente na associação – que garantia assistência médica, remédios e funerais –; na oferta de educação gratuita aos trabalhadores e a seus filhos, incluindo o ensino profissional nas oficinas; e na promoção de eventos, festas e viagens. Pensar nesses aspectos como formas atraentes utilizadas pelo clero para arregimentar adeptos ao projeto circulista é entender o diálogo que se interpôs entre Igreja e classe operária. A implantação do Círculo Operário não tinha, desde o início, um projeto acabado. O circulismo foi se fazendo a partir das interações entre os trabalhadores e o clero. Havia, por certo, mecanismos de convencimento e vigilância empreendidos pela Igreja para “educar” os trabalhadores conforme valores de obediência, resignação, esperança em Deus e harmonia entre as classes sociais. Contudo, importa analisar as respostas a essas estratégias, revelando um permanente espaço de negociação, ainda que não igualitário. Esse artigo traz ao debate as feições dessa negociação. O tempo do não trabalho, o tempo fora da fábrica, da oficina, da loja estava em disputa. No Círculo Operário, o tempo livre do trabalhador se constituiu em potencial elemento dessa tensão. Discute-se aqui o calendário festivo-simbólico do Círculo São José, com suas datas cívicas e religiosas, intercaladas à vida cotidiana dos circulistas. Busca-se analisar também a criação de espaços de “recreação para o trabalhador católico” em constante processo de ressignificação do lazer e das formas de divertimento praticadas à época.

A diretoria do Círculo São José insistia em procurar medidas para tornar o lazer operário coerente com a noção de bom trabalhador. A trajetória do lazer operário esteve

intimamente ligada à conquista de direitos sociais e usufruto do espaço público pela classe trabalhadora [SANT' ANNA, 1994]. Reservar um tempo para o lazer significava reduzir o tempo do trabalho. Porém, o lazer não podia se confundir com o ócio. O lazer era também o tempo da disciplina, da ordem e da reposição das forças para o trabalho. Nesse sentido, esse tempo era um desdobramento do trabalho e não o seu lado oposto. Por isso, os “vícios” foram veementemente condenados. O álcool, o jogo, a prostituição se distanciavam da lógica de “divertimento sadio”, própria da moral circulista. Assim, o Círculo São José gerou espaços e atividades para competir com outros tipos de divertimentos considerados imorais e prejudiciais ao operário “ordeiro”. Dificilmente seria possível congregiar tantos sócios sem considerar as relações com a cidade e com o aparato urbano que se construía, como teatros, cinemas, saraus.² Com isso, abriu-se uma larga frente de sociabilidades para preencher o tempo livre do trabalhador. Este, por sua vez, também escreveu sua marca na utilização destes espaços.

Censurar os espaços possíveis de lazer para os pobres, como a bodega ou a cachaça, em uma cidade de tantas barreiras simbólicas - o Passeio Público, os Cafés, os lugares de 1a e 2a classes nos bondes, o boulevard e o beco, o sobrado e as vilas operárias - exigia inventar outros lugares. Se o considerado “lícito” à época muitas vezes não estava ao alcance dos trabalhadores, então foi necessário criar lugares e práticas “sadios”. A produção dessas sociabilidades, as estratégias de ocupação do tempo livre, bem como a presença física do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José na cidade, foram construções multifacetadas, que permitem entrever as tensões e disputas, às vezes silenciosas, entre lideranças e membros circulistas.

Alain Corbin, formulando a noção de “tempos sociais”, mostra modificações na partilha do tempo experimentadas em vários setores da vida dos indivíduos. O tempo do trabalho com lugar e hora definidos se distancia cada vez mais, se pensarmos no sistema de fábricas e oficinas, da casa e do tempo pessoal dos operários, mas continuam interligados. Assim, ocorre uma espécie de distribuição das horas do dia e da sequência semanal, entre o tempo destinado ao patrão e o tempo da vida pessoal. Esses tempos estão em diálogo, entrevedo produção, descanso - em algum momento histórico entendido como reposição de forças para o trabalho - e lazer - resposta “ao temor da vacuidade”. Importa dizer, nas

² Segundo dados do Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, em 1916, existiam 756 sócios efetivos no Círculo Operário, número que passa para 1600 no ano de 1930, contando com os associados no interior do estado.

palavras de Corbin, que “produzir tempo não equivale a libertar o seu uso” [CORBIN, 2001]. Propõe-se, pois, entender as maneiras de viver esse tempo livre, na perspectiva de uma composição social, percebendo as atividades de lazer no Círculo São José como um dos componentes dessa relação. O lazer circulista pode ser visto como uma das imbricações do tempo além-trabalho.

Um Calendário Festivo para trabalhadores devotos

Uma das datas mais importantes que compunha o calendário festivo do Círculo São José era o dia do seu Padroeiro, 19 de março, feriado no Ceará. Este sentimento religioso e a festividade singularizavam o movimento circulista, constituíam sua identidade enquanto grupo.

A programação pensada para o feriado ocupava o dia inteiro. Reservava-se tempo apenas para o almoço, que deveria ser o momento com a família. A Diocese aconselhava guardar os dias santificados, nos quais os patrões deveriam liberar seus empregados. Contudo, isso não era uma regra, muitas pessoas trabalhavam nos feriados. Porém, mesmo aqueles que não dispunham do dia livre, deveriam estar presentes ao menos em um momento da solenidade de São José. O programa do dia de São José era semelhante ao de outras datas comemorativas do Círculo Operário. Depois dos atos litúrgicos – procissão e missa –, organizavam-se a “parte social”. A missa e a festa – embora coordenada sob o olhar eclesial – pareciam uma interação entre a obrigação e o direito. Possivelmente porque seria muito difícil envolver os trabalhadores apenas pela proposta de comunhão eucarística.

Sair em procissão da sede da associação até a Catedral era prática comum nas datas solenes do Círculo São José. As romarias eram meios de propaganda do Circulismo na cidade. Além de passar uma ideia de coesão entre os associados – palavra que aparece muitas vezes na fala dos diretores, tentando exprimir a legitimidade das adesões ao Circulismo –, o uso das vias públicas era uma questão que envolvia poder e combate.

Em reflexão acerca da possibilidade do público, Maria Célia Paoli lembra que a conquista desse espaço forma uma história bastante fragmentada, de avanços e retrocessos; e que comumente os operários, quando não reprimidos, demoravam a conseguir, nas manifestações de luta ou de festa, a “simpatia” de outros sujeitos. Assim, validar a atuação dos trabalhadores em cena pública significava a “realização de uma justiça social”, sendo

expressão das potencialidades da classe operária [PAOLI, 1989].

Obviamente, para os trabalhadores vinculados à Igreja, o processo de alcance do espaço citadino enfrentou menos dificuldades. O Círculo Operário, enquanto instituição ligada ao clero, usava essa possibilidade de fazer-se notar na Cidade como propaganda doutrinal. Passear pela cidade divulgando uma associação de trabalhadores nesta época não era tão simples quanto parece. Nem todos os tipos de articulação operária puderam usar livremente a rua, a cidade. Fazer isso incorria em riscos para os participantes. Dependendo do conteúdo da manifestação, não era difícil ocorrerem prisões ou enfrentamento com as forças policiais.

Esse passeio de fé não era elogiado por todos. Os sindicalistas da cidade, aqueles que defendiam uma luta de resistência à opressão dos trabalhadores diante do poder patronal, não reconheciam as lideranças circulistas (padres) por não fazerem parte da classe operária. Nessa disputa pelo espaço público, o jornal Voz do Graphico apelidou os membros do Círculo Operário de “carneirada”, por acompanharem o “padre feitor e cia”, andando nas ruas da cidade como em um “Circo de Operários”³. Acentuando as diferenças, a diretoria do Círculo enfatizava a ideia de que o clero estava bem próximo da classe trabalhadora, e esta reconhecia a importância da Ação Católica.

As associações de trabalhadores instaladas em Fortaleza no início do século passado comemoravam como a festa mais marcante da programação anual o aniversário de sua fundação. Geralmente nesta ocasião eram enviados convites às demais associações, homenageados sócios beneméritos e organizada uma solenidade com discursos, balanços anuais e festa - música, comida, encenações teatrais etc. A cada ano, o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José nomeava comissões para cuidar dos preparativos da festa e, claro, da celebração eucarística que a antecedia para comemoração de seu aniversário a 14 de fevereiro. O trabalho começava bem antes. O salão era arrumado, cuidava-se do estandarte, da mesa, enfeitava-se a Igreja da Prainha. No ano de 1925, quando o Círculo comemorava dez anos, a missa foi campal, o altar montado aos pés do Cristo Redentor, na Praça Senador Machado. O evento costumava ser propagado pela Imprensa católica. Participavam da sessão solene o Arcebispo Metropolitano D. Manoel da Silva Gomes, padres, representantes do Governo, convidados ilustres, os sócios e suas famílias.

No ano de 1922 o Jornal Voz do Gráfico também noticiou a festa de aniversário do Círculo São José. Na ocasião, durante a fala do padre Zaul Pedreira, convidado pela diretoria do Círculo, o referido jornal foi condenado pelo padre que “teve a luminosa ideia de bordar

³ “Para a carneirada do ‘Circo’ dos operários católicos de São José”. Voz do Gráfico. Fortaleza: 28 de Janeiro de 1922

comentários respeito a nossa atitude (...) apontando-nos, como para tirar partido da massa inconsciente que o ouvia, como ‘operários que querem fazer a divisão das propriedades e bens dos senhores ricos’ (certamente o padre Zaul é um desses tais ricos e por isso quer salvar as suas propriedades, os seus bens)”⁴. Depois de responder às “deslavadas mentiras” sobre o periódico da associação Gráfica do Ceará, Tupan – pseudônimo de quem assinou a matéria – termina dizendo aos “donos do Circo Operário” que deixem de explorar os pobres e vão eles trabalhar para seu sustento.

A festa, pois, não é apenas uma ocupação do tempo livre. A festa é ainda a construção de um tempo também social, que dá lugar às aspirações e às feições associativas, apresentando lideranças e propostas num espaço, eminentemente, político. O dia de fazer a retrospectiva dos “feitos” da Associação, das homenagens aos padres assistentes, da “boa vontade” da Igreja interessada na causa operária é também o momento da atuação política, da doutrinação, da propaganda e, portanto, do conflito. Todo espaço construído pela classe trabalhadora é um espaço de tensão, no qual muitos projetos distintos, advindos de sujeitos múltiplos, põem-se em confronto.

O aniversário da Associação, especialmente quando esta ia se tornando mais “veterana”, era o momento de afirmação do espaço/tempo que se havia conquistado. De modo que comemorar os anos passados - principalmente em um contexto político que tornava as ações militantes intermitentes e descontínuas por conta da força repressiva - relacionava-se com a resistência, a perseverança, a firmeza dos ideais, já que sobreviventes, às vezes de tantas intempéries políticas ou financeiras. Essas celebrações cívicas ou religiosas, repletas de significados simbólicos, para os quais os circunistas deveriam contribuir, alteravam o cotidiano da vida associativa, em geral movimentadas pelas sessões ordinárias, reuniões da diretoria uma vez por semana e pelas atividades próprias da escola e das oficinas. Eram ainda, apesar da carga de compromissos “formais”, como as missas e os discursos das autoridades, momentos de encontro, confraternização e usufruto das potencialidades de diversão do Círculo Operário, como o cinema, não muito comum nas sedes das Associações de Trabalhadores do período. Talvez a fadiga do trabalho ou as tarefas do dia-a-dia indispuessem os operários ao cumprimento desses cronogramas longos das solenidades cívicas. Mas, possivelmente, os circunistas e suas famílias eram atraídos, em busca de “novidades” (quebrando a monotonia da sequência de trabalho) para estas festividades. Em especial nessas datas as sessões de cinema eram públicas, abertas inclusive para quem não

⁴ “O Aniversário do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos S. José”. Voz do Gráfico. Fortaleza: 25 de fevereiro de 1922.

fazia parte do Círculo Operário. Enfim, poderia ser uma oportunidade de levar um colega do trabalho ou um vizinho para assistir ao filme, estabelecendo usos para além do corriqueiro dentro da Associação.

A festa também é um lugar de disputas, de confrontos de identidades. O Jornal Voz do Graphico registrou “um caso bastante reprovável” na festa de aniversário do presidente do Círculo São José em 1921. José Agostinho recebeu, como presente pelo seu natalício, “a grossa quantia de 300\$000”. Esse gesto, segundo o mesmo jornal, seria “a prova de gratidão dos seus carneiros, que constituem a legião dos trabalhadores mansos e pacientes”⁵.

Aquilo que a Diretoria do Círculo dizia ser a demonstração da união e da gratidão dos trabalhadores pelos préstimos de José Agostinho, para os redatores do Voz do Graphico, era sinônimo de sacrifício, era o mesmo que retirar “um pouco de pão da boca dos filhos”. Esse debate sobre o conteúdo e a forma das comemorações foi recorrente durante a Primeira República. De libertários ou comunistas, as críticas às celebrações do Círculo Operário avolumavam-se nesse período. A razão principal desses embates no campo das ideias políticas era o deslocamento de uma memória/história operária para uma aclamação de referenciais do domínio da Igreja e não das classes trabalhadoras. O ápice dessa divergência com relação às celebrações no meio operário foi certamente o Primeiro de Maio.

O Primeiro de Maio circulista era comemorado com festa. Não era, ao contrário da doutrina anarquista, um dia de luto. A atuação política do Círculo Operário tinha o propósito de promover a dissociação da data e de seu significado revolucionário. “O Primeiro de maio circulista foi paulatinamente assumindo a feição de um ato religioso, consagrado à dignificação do trabalho”, conforme afirmou Jovelina Santos (2007: 172). Para ser realmente um rito de festividade, a Igreja acionou, não a memória de luta e martírio, mas o exemplo do operário-mor, São José. Como já foi mencionado, essa devoção, além do seu sentido religioso estrito, era ativada como fomento de identidade do grupo – o ser católico antes de tudo – e de identificação com a resignação, com a esperança, com o silêncio.

Não se pretende deter a atenção nas especificidades do Primeiro de Maio para cada tipo de feição do movimento operário, mas é importante enfatizar o trabalho de (re)significação da data empreendido pela a Igreja. Elaborar um rito para o Primeiro de Maio à moda circulista, requereu um exercício de invenção, repetição e memória. Melhor dizendo, o Primeiro de Maio dentro do Círculo Operário passou inicialmente por uma releitura baseada na associação com o exemplo de São José Operário. Em seguida, essa comemoração foi sendo organizada ano após ano até que sua mensagem se tornasse quase “automática”,

⁵ “Um como há muitos...” Voz do Graphico. Fortaleza: 12 de setembro de 1921.

como que uma ligação direta entre o Dia do Trabalho e a lembrança de São José como patrono de todos os trabalhadores. Assim, essas articulações entraram em um processo de rememoração, no qual o Primeiro de Maio era acionado a partir das datas mais recentes, sem alusões ao seu passado “profano” - em uma palavra bem católica. No Círculo Operário, o Primeiro de Maio foi sendo sacralizado no culto a São José.

Com frequência, esperava-se marcar o cotidiano dos trabalhadores com as atividades estritamente litúrgicas, como a missa. Mas há, nesse ponto, algo que demonstra os interstícios destas expectativas. O diretor espiritual, Padre Guilherme Waessen, convidava, insistia e até exortava ao comparecimento dos circunistas nessas celebrações. Entretanto, participava da missa maior número de sócios especialmente quando essa celebração precedia os festivais. Assim, a imagem da eficácia dos atos de fé precisou ser transformada em uma combinação entre liturgia e festividade.

“Recrear, descansar para melhor trabalhar”: Cinema, música e outros encontros

O estudo dos espaços de lazer e encontro dos operários dentro de uma cidade pode abrir reflexões sobre como as identidades locais são capazes de se combinarem com as identidades de classe. Seguimos aqui a sugestão de Mike Savage (2004: 25-48), que propõe uma “sensibilidade espacial” para compreender as ligações entre classe, estrutura demográfica e atuação política. Espera-se analisar a construção dos espaços de lazer a partir da identificação desses mesmos lugares enquanto polos de concentração circunscrita dentro de Fortaleza. Savage nos lembra que a mobilização política não está relacionada unicamente com a militância organizada dos sujeitos, mas pode incluir contatos entre pessoas de outros lugares, através de migrações ou impressos. Assim, essa abordagem suscita a adição dos lugares (marcas) dentro do espaço citadino, como uma possibilidade de mobilizar apoiadores para o projeto político que estava sendo defendido. Contudo, não se pode desconsiderar que estes espaços de lazer, de fluxo e atuação circunscrita são fluidos, não têm fronteiras rígidas, são espaços em constante disputa. Como já foi dito, há, na perspectiva do Círculo Operário, uma cartografia do “bem” e do “mal”. Mas esses caminhos proibidos e permitidos se entrecruzam na cidade. Isso faz do exercício de demarcação e afirmação (passo a passo) algo que não se interrompe, que não chega ao irreduzível. Aqui, o “fluxo migratório” do qual nos fala Savage adquire uma versão diminuta. Ou seja, não se trata de migrações entre estados ou países, mas de trajetos dentro de uma mesma cidade que possui várias feições.

Uma vez que as sociabilidades operárias comumente eram marcadas pela rua, pelos laços de vizinhança, pelos encontros nas bodegas, o Círculo Operário, condenando esses lugares, propôs outro modelo de ocupação do tempo livre. Simultaneamente às investidas para “civilizar” os trabalhadores, promovia-se o lúdico com uma intenção muito clara de educar o lazer e de não separá-lo em absoluto do tempo do trabalho. Em um dos cursos do Padre Guilherme Waessen – diretor espiritual do Círculo – essa ligação entre o tempo da produção e o tempo livre, foi nitidamente manifestada. O assunto era “O divertimento: recrear, descansar para melhor trabalhar”⁶. Com isso, inferia-se um movimento de edificação do lazer sadio pouco habitual em Fortaleza, segundo a visão do clero circulista.

Uma forma de sociabilidade bastante atraente em Fortaleza eram os cinemas que, já na primeira década do século XX, começaram a se acomodar no Centro da cidade - o primeiro cinema do Ceará foi o Cine DiMaio de propriedade do italiano Vitor DiMaio, inaugurado na Praça do Ferreira em 1908. Para atender os anseios de modernidade dos grupos economicamente fortes, foram construídas luxuosas salas de cinema. Márcio da Silva (2007) afirma que, por iniciativa de Luiz Severiano Ribeiro, as exibições cinematográficas passaram a fazer parte das possibilidades de lazer para a elite comercial em Fortaleza junto aos clubes, o Passeio Público e o Teatro José de Alencar. Na década de 1920, a Praça do Ferreira, com os cinemas de Severiano Ribeiro, e a Rua Major Facundo com seu “quartirão do cinema” (Majestic, Moderno e Polythema) eram espaços privilegiados das exibições de filmes.

O cinema gerou grande discussão em volta da moral e dos “bons costumes”. Conforme demonstra Ponte (2001: 167), as salas de exibição eram frequentemente criticadas e apontadas como lugares de depravação e, por isso, estavam no alvo da Chefatura de Polícia da Capital. Mesmo cinemas suntuosos – como o Majestic Palace de 1917 – passavam por vistoria policial. Foi também muito criticado pelas camadas mais conservadoras da sociedade, especialmente o clero. Não eram raras na imprensa católica chamadas que recriminavam (ou proibiam) alguns filmes em exibição.

Esse contato com o novo aparato de lazer, que foi se conectando aos espaços da cidade, criou uma tensão envolvendo os campos comportamentais, a satisfação da curiosidade, o desejo, os consumos das imagens, a propaganda e as novas possibilidades de diversão e distinção dos pontos de encontro em Fortaleza. As maneiras da sociabilidade

⁶ “Sessão realizada no Círculo S. José no dia 13 do corrente”. O Nordeste. Fortaleza: 19 de agosto de 1922.

profana eram temidas pela Igreja, que ainda esperava agregar as pessoas nas atividades religiosas, sem concorrência com os apelos do mundo moderno e das novas atrações urbanas. No entanto, como forma de aproximação do mundo operário, a Igreja precisou “tolerar” algumas mudanças. Em outras palavras, não foi possível aos dirigentes eclesiásticos manterem intacta a rigidez conservadora da Igreja em contato com o mundo dos trabalhadores. Os atores desta negociação eram multifacetados, o que significa que somente por meio do controle excessivo do lazer dos trabalhadores, o projeto circulista dificilmente teria sido aceito. A ideia de trocas e diálogos perpassou a construção do “divertimento” no Círculo Operário. E naquela época, frequentar o cinema estava entre as aspirações de lazer difusas em Fortaleza.

Ainda que, prioritariamente, as salas de exibição cinematográfica tivessem sido pensadas para a “elite”, que se utilizava desse novo espaço como um gesto de distinção, às feições do consumo, acercavam-se todos que transitavam pelo Centro. Os pobres também eram sujeitos dessa vontade de consumo, mesmo com a impossibilidade de efetivá-lo. Porém, romper as barreiras que o poder e o dinheiro impunham nas relações cotidianas com a cidade representava mais que a satisfação da curiosidade – ver as imagens projetadas, os atores e até a arquitetura deslumbrante das salas de exibição –, representava acesso ao capital simbólico atrelado a esse tipo de divertimento. O cinema, o filme, os espetáculos que o acompanhavam, o bilhete, tudo isso formava o conjunto desse desejo, que, afinal, era a apropriação do “moderno”, do novo. Assim, mesmo aqueles que jamais tinham entrado no cinema, sabiam os enredos dos filmes pelos resumos divulgados, os atores principais e podiam completar as aventuras cinematográficas com informações dos espectadores, que comentavam o final do filme ao término das sessões.

A população pobre da cidade abria, de diferentes formas, uma demanda pelo lazer, pelo acesso ao cinema, pelo ingresso nas novidades urbanísticas. Os pobres urbanos imersos no ambiente remodelado reivindicavam, não declaradamente, mas na feitura ordinária das cidades, outro lugar nesse espaço, que não aquele que lhes foi designado pelos poderosos.

Foi nesse contexto que se inaugurou, em 1917, o Cine São José, que adquiriu relativa visibilidade em Fortaleza. Os filmes em exibição neste cinema eram divulgados pela grande Imprensa e atraíam considerável número de espectadores. Alguns filmes eram exibidos diversas vezes por conta da grande procura de ingressos, que eram vendidos nas oficinas do Círculo localizadas na Praça Cristo Redentor (Senador Machado), abertas diariamente em

horário de trabalho. Houve grande propaganda para anunciar o Cine São José como um espaço de lazer sadio e proveitoso, recomendado às famílias católicas, um cinema azul por excelência (na classificação de Dom Manoel). Isso porque as críticas continuavam ferrenhas.

As temáticas dos filmes exibidos no Cine São José tinham relação com mensagens bíblicas, moral cristã ou eram dramas e comédias sem conotação “profana”. Temos uma ampla lista de filmes que demonstram o que se recomendava para os trabalhadores católicos. Alguns exemplos: “Filha de Herodes” – exibido para receber as senhoritas do Patronato Maria Auxiliadora –, “A vingança silenciosa”, “A evidencia Flamejante”, “Um milhão para gastar”, “Lobos do Norte”, todos eles divulgados no jornal O Nordeste.

O cinema significava muito para o Círculo, porque, além de ser um cartão de visita da agremiação, originava recursos. A caixa de sinistros – dinheiro destinado aos funerais dos sócios falecidos – era mantida também com parte da venda dos ingressos, de forma que um dos cargos da Diretoria era o encarregado do Cinema, cuja atribuição era “procurar as fitas que possam servir para o programma do cinema e ajudar o operador durante as sessões”⁷. A arrumação da sala de exibição nos dias das sessões era feita por uma comissão designada, que chegava ao local um pouco mais cedo e preparava o espetáculo.

Para a classe trabalhadora, que ganhava pouco e convivia com momentos de carestia dos gêneros alimentícios, dispor de dinheiro para esse lazer comercializado, não era coisa das mais simples. Conforme temos observado nas fontes, os ingressos, muitas vezes, estavam além das possibilidades da maioria dos trabalhadores, principalmente daqueles que não tinham qualificação profissional. Em 1924, o jornal O Nordeste publicou uma carta de um leitor que reclamava do preço do cinema: “Não podemos pagar entradas de 2\$200 com fitas velhas e ruins.”⁸

Estima-se, então, que dentro do contexto da cidade, os trabalhadores encontravam dificuldades de usufruir os encantos das exibições cinematográficas. Havia, como menciona Kirk, sobre uma realidade bem distante da nossa, mas com algumas similitudes, um conjunto muito mais barato de atividades, concentradas no subúrbio – no caso de Fortaleza, nos areais que circundavam o Centro –, que compunha o lazer operário, pelo menos até a década de 1930 [KIRK, 2004]. Assim, as conversas nas bodegas ou nas calçadas das pensões, o jogo de baralho ou brigas de galo e, talvez, o futebol no bairro, os passeios pelo Centro, as cantorias

⁷ “Estatutos do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José”. Gazeta Oficial. Fortaleza: 6 de junho de 1918.

⁸ “Greve contra os cinemas imoraes e caros”. O Nordeste. Fortaleza: 3 de outubro de 1924.

e os repentes – os dois últimos, costumes, mais ou menos rurais, advindos das migrações para a capital – faziam parte das experiências do tempo livre dos trabalhadores, que se ligavam aos laços de vizinhança e às possibilidades de vivência dos espaços públicos.

A promoção de espaços de lazer para os trabalhadores era, ao mesmo tempo, uma demanda operária e uma preocupação de ordenação da Igreja. O Círculo Operário, esperando ampliar seu projeto corporativista, elaborava sociabilidades vigiadas, mas que atendiam, em parte, aos desejos da classe operária. O Cine São José foi a criação mais evidente dessa combinação.

É claro que o funcionamento do cinema ficava sob o olhar dos Diretores – comissão de fiscalização do cinema – na tentativa de inibir o “comportamento desviante”. Antes de tudo, o cinema no Círculo Operário era uma maneira de atrair sócios e fazê-los participar das solenidades. Em algumas sessões magnas, como a do aniversário de José Agostinho em 1922, os ingressos eram unicamente para os sócios, sendo intransferíveis. Ou seja, combinava-se a homenagem ao presidente da associação com a tentativa de agradar os circunistas e controlar eficazmente o espaço em questão. Em outros momentos, os ingressos eram vendidos – ao que parece, a preços menos elevados. Em contato com outros públicos, além dos circunistas, o espaço não podia deixar de ser parte da agenda de “divertimento moral” do Círculo São José.

A censura das exhibições era bastante rigorosa. Mas o cinema era “perigoso”, não só por causa da “má influência” dos seus conteúdos e cenas; o próprio ambiente – escuro, propício aos encontros furtivos – o tornava “imoral”. Desta forma, os cinemas coordenados pela Igreja, tentavam remediar esse problema, dando um aspecto mais “sério” para esse entretenimento. O Cine São José era a única sala de exibição cinematográfica de Fortaleza dividida por sexo. Ali, não havia diferença de ingressos, nem cadeiras especiais, mas os homens sentavam-se de um lado e as mulheres do outro.

Constantemente, a direção do Círculo Operário tentava alertar seus associados para “agirem com solicitude e zelo pela boa ordem e respeito durante as sessões”⁹. Embora, o cinema fosse bem vigiado, não ficava livre dos “desvios” e das utilizações não programadas, evidenciando as eminentes tensões entre os circunistas e os diretores. A necessidade de correção das posturas e a lembrança do dever da “boa ordem” demonstram alguns abalos no

⁹ “Círculo S. José”. O Nordeste. Fortaleza: 28 de outubro de 1922.

aparente poder de controle eclesiástico sobre os membros do Círculo. O equilíbrio entre a palavra e o ato, era uma imagem muito mais forjada pela propaganda circulista e pela formalidade da Diretoria – como se percebe nas anotações sobre as reuniões –, que observada empiricamente. Nas entrelinhas desta pretensa “coesão”, alguns detalhes revelam os contrapontos e os desencontros no Círculo Operário. Isso não comprometia, na totalidade, as identificações com o projeto circulista nem o reconhecimento das suas lideranças. Mas são chaves de interpretação das reações diferenciadas dentro do grupo sobre maneiras de se divertir e de utilizar o tempo fora do trabalho. Em síntese, o cinema era, ao mesmo tempo, uma espécie de mecanismo didático – já que se prestava a educar o lazer “para melhor trabalhar” – e um lugar da prática de lazer comercializado para os circulistas, que, às vezes, quebravam a lógica função/espaço elaborada pela Igreja para as exibições dos filmes. Nesse sentido, o cinema São José, estando entre as salas com ingressos mais baratos de Fortaleza, era ponto de encontro dos circulistas.

As exibições dos filmes eram acompanhadas por espetáculos teatrais e apresentações na abertura da sessão e durante os intervalos. O Círculo São José mantinha uma banda com 23 músicos regida pelo Maestro Silva Novo, músico bastante conhecido em Fortaleza. No Cinema da Associação, a Banda ficava responsável por animar a plateia, tocando entre uma parte e outra dos filmes exibidos.

A banda de música do Círculo São José relaciona-se com uma das finalidades prevista nos Estatutos, a de “contribuir para o proveito moral e intelectual de seus associados”. No Artigo 70: “A banda tem por fim proporcionar aos sócios meios de diversões e ao mesmo tempo desenvolver neles o gosto pela Arte”¹⁰. Considerando a dificuldade de acesso que as camadas populares tinham para realizar atividades artísticas como o teatro e a música, por falta de condições materiais e devido ao alto custo dos instrumentos, o fato de poderem usufruir disso no Círculo Operário funcionava como outro mecanismo de atração dos trabalhadores. Ainda segundo os Estatutos, a banda do Círculo era composta exclusivamente de sócios. Provavelmente, um ou outro músico (ou aspirante a músico) entrou no Círculo Operário com o objetivo de aprender e ser reconhecido por esta atividade artística, ainda que não pudesse fazer carreira nem conseguir muito dinheiro com isso. Logo, abria-se um espaço de troca e negociação nas adesões ao Circulismo.

Os músicos circulistas eram bastante conhecidos em Fortaleza, porque se

¹⁰ “Estatutos do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José”. Gazeta Oficial. Fortaleza: 6 de junho de 1918.

apresentavam em muitos lugares. Comumente, animavam as festas do Círculo e os eventos religiosos, quando eram convidados. Também se apresentaram em algumas das filiais circulistas espalhadas no interior do Ceará. A banda era peça importante nas quermesses, festivais dançantes e nas datas solenes do Círculo Operário. Cabe ainda destacar que os músicos, assim como o cinema, estabeleciam laços com outras agremiações operárias do período, estreitando as relações interinstitucionais. Assim, o Círculo Operário ampliava sua rede de colaboradores, cedendo o cinema para outras associações, enviando a banda ou participando com o Grêmio Dramático dos festivais promovidos fora da sua sede. No aniversário de 24 anos do Centro Artístico Cearense, por exemplo, os circulistas participaram da solenidade.¹¹ Antes disso, a Sociedade Artística Beneficente também contou com a colaboração do Círculo Operário para o seu festival em prol da Escola Proletária que foi realizado no Teatro José de Alencar no dia 13 de março de 1926.

A música, como item obrigatório da festa, passava por apropriações e usos dentro de contextos de classe. Desde o final do século XIX, a burguesia comercial da cidade entusiasmada com o “aformoseamento”, inaugurava espaços recreativos e bailes dançantes, como o Clube Cearense (1868), Clube Iracema (1884) e o Clube dos Diários (1913) [Ponte, 2001]. Entre as camadas populares, a música não se restringia aos ambientes privados, ela ganhava o espaço público, as bodegas, as calçadas. Essa distinção entre a música “refinada” dos clubes privados e a música da rua, dos boêmios e bêbados, gerava tensões no espaço citadino, avolumando as críticas aos costumes “incivis” dos pobres de Fortaleza. Nesse contexto, a posição da Igreja era reprovar um e outro comportamento com relação às festas. Os novos ritmos inaugurados nos ricos salões da burguesia “afrancesada” pareciam mundanos demais e até indecorosos aos olhos eclesiásticos. Por outro lado, o tipo de música – violão e instrumentos de percussão, considerados marginais à época – mais frequente entre os pobres, era, sem nenhuma surpresa, condenado. Para promover divertimentos morais para os trabalhadores, era preciso criar outra relação com a festa e com a música. A partir das noções de “civildade” e “ordem” que circulavam no Círculo São José, a música ganharia uma feição meio “erudita” – com maestro, instrumentos de orquestra, aulas de partitura, ensaios – e, ao mesmo tempo, “popular” – com mensagens claras, diretas, distanciando-se do mundano e, em muitos momentos, ganhando as ruas da cidade. As retretas feitas pela banda do Círculo não se limitavam aos cânticos católicos. O repertório era formado também por “modinhas” de sucesso na época, contanto que seu conteúdo não

¹¹ “O 24º Aniversario do Centro Artístico Cearense”. O Nordeste. Fortaleza: 10 de fevereiro de 1928.

ferisse os bons costumes. A banda era, especialmente, o veículo de maior poder de publicidade que havia no Círculo São José.

A máxima do lazer circulista era a promoção de divertimento para a família, de forma que, apesar de as mulheres não participarem do Círculo Operário como sócias nem como alunas da Escola Noturna no período pesquisado, a ação circulista divulgava um modelo de mulher que fosse coerente com o “engrandecimento” no âmbito familiar das classes trabalhadoras. A presença dessas senhoritas ocupadas com as obras de caridade e com o apoio ao noviciado, indiretamente servia para firmar padrões adequados da índole cristã, muito próxima do recato, da paciência e da dignidade do lar, que eram transmitidos como exemplos para as mulheres proletárias.

Quermesses e feirinhas já eram sociabilidades conhecidas no cotidiano da cidade, especialmente atreladas às festas de devoção mariana. João Nogueira, rememorando o final do século XIX em Fortaleza, afirmava que, depois das novenas, seguiam-se as “prendas”, “os fogos do ar” e “os assobios dos meninos chamando o vento”. As pessoas se demoravam nas casas onde aconteciam as novenas e no pátio da igreja, para onde corriam as procissões, permanecendo ali para longas conversas e para ouvirem música, sobretudo as mocinhas que apreciavam as “peças alegres”. Assim, estas ocasiões atraíam vários públicos, interessados em diversão e movimento, “tudo que interrompesse o ramerrão da vida”¹².

Passados alguns anos, essas quermesses ainda faziam parte das formas de lazer encontradas na cidade, mesmo com o advento dos entretenimentos considerados mais “modernos” ou menos “provincianos”, como se queria à época. A quermesse que o padre Guilherme propôs em benefício da Igreja da Prainha em 1925 parece ser um bom exemplo de diversão proveitosa para “as almas catholicas” de diferentes classes. No dia em que ocorreu, foi montado no meio da praça um café-restaurant para melhor acomodar as pessoas “ilustres” que ali estariam para contribuir com a nobre causa. As barracas, que não ofereciam cadeiras aos seus fregueses, também foram montadas ao redor da praça. Depois das duas sessões de cinema organizadas no Círculo Operário, cujo apurado da bilheteria seria integralmente ofertado à Igreja, a banda São José animou a noite, enquanto se esperava o momento do leilão. À meia-noite, foi celebrada uma missa no altar da Coluna do Cristo Redentor, expressando a feição católica de invocar o “compromisso cristão”¹³. Muitas formas de sociabilidades conviviam nesse tipo de festa. O velho costume dos leilões e prendas, o novo lazer comercializado das exposições de filmes, bem como certa separação

¹² NOGUEIRA, João. Fortaleza Velha. 2ª ed. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

¹³ “Kermesse na Praça Christo Redemptor”. O Nordeste. Fortaleza: 23 de dezembro de 1925.

entre o “café-restaurant” improvisado na praça e as barracas de quitutes, mostram a variedade de público e o encontro (ou desencontro) das variadas experiências de lazer.

Considerações Finais

Abrir esses momentos de sociabilidades, inclusive para quebrar a rotina de trabalho e reuniões dos circulistas era importante para a permanência dos sócios no Círculo Operário. Já vimos que “quebrar” certos hábitos dos operários, especialmente aqueles ligados ao uso do tempo livre, intento bastante insistente no Círculo São José, não era uma intervenção facilmente aceita pela classe operária. Os momentos de entretenimento para os associados, como as sessões de cinema por ocasião das homenagens e das comemorações do calendário circulista, não anulavam por completo as formas de diversão extra-Círculo. Supõe-se que festivais abertos ao público eram ainda mais estimulantes para os sócios, já que ali, vizinhos, colegas de trabalho, jovens, mulheres e crianças poderiam se encontrar no “tempo da festa”, no “acontecimento”, gerando depois impressões, comentários, narrativas e, talvez, futuros encontros.

O tempo da festa não era o habitual. Ou seja, é um tempo em que mesmo existindo, uma espécie de comportamento regrado, onde o lazer ganhava o rótulo de “civilizado” (não havia bebidas, nem “desordens”), garantia-se o espaço da espontaneidade, como que ofuscando as relações hierárquicas. Naquele instante, afrouxavam-se os laços entre Diretoria e sócio e entre circulista e não-circulista. Diferente do que possa parecer, isso não contradiz a ideia de construção de um espaço reconhecidamente circulista, mas revela as confluências na maneira como se formam as relações entre a identidade do grupo e o contato com o outro. As articulações do Círculo São José com a cidade não tiveram caráter de imunidade ou isolamento. Parece-nos bastante clara essa dimensão das relações sociais, ao tratar da festa. O espaço era público, mas ao mesmo tempo, católico. Ainda sendo católico era simultaneamente operário. Assim, muitas experiências estavam vivas naquele espaço. Uma das datas mais importantes que compunha o calendário festivo do Círculo São

Referências bibliográficas

CORBIN, Alain. História dos Tempos Livres: O advento do Lazer. Tradução: Telma Costa. Lisboa: Teorema, 2001.

KIRK, Neville. Cultura: Costume, comercialização e classe. In: BATALHA, C.; TEXEIRA, F.; FORTES, A. (orgs.) Culturas de Classe. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. O Prazer Justificado: História e Lazer (São Paulo, 1969 – 1979). São Paulo: Marco Zero, 1994.

SANTOS, Jovelina. Círculos Operários no Ceará: “Instruindo, educando, orientando, moralizando” (1915 – 1963). Coleção Mundos do Trabalho. Fortaleza: Nudoc / UFC, 2007.

SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, C.; TEXEIRA, F.; FORTES, A. (orgs.) Culturas de Classe. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, pp 25 – 48.

PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores e Cidadania: Experiência do Mundo Público na História do Brasil Moderno. Estudos Avançados. Dez /1989, vol. 3, nº 7, pp. 40 – 66.

PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza Belle Époque: Reforma urbana e controle social (1860 – 1930). 3ª ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.



A trouxa de D. Izaura: o viver no interior da Vila Operária de Luiz Tarquínio na cidade de Salvador/Bahia

Marilécia Oliveira
Santos¹

Resumo:

Nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, as vilas operárias, comportando experiências distintas, multiplicaram-se em várias partes do Brasil e alimentaram as expectativas de segmentos da elite sobre a ordenação social. Este texto discute aspectos do viver na Vila Operária vinculada à Companhia Empório Industrial do Norte – CEIN, construída em 1892, na cidade de Salvador/Bahia. Seus dirigentes fizeram ampla exibição pública dessa experiência objetivando perenizar a imagem de um espaço harmônico. Apesar do continuado investimento nessa memória, foi possível flagrar os sinais de descontentamento e tensões percebendo as contradições entre o modelo ideal alardeado e o vivido.

Palavras-chave: Bahia; Salvador; Vila Operária; Luiz Tarquínio; Memória.

Abstract:

In the last decades of the nineteenth century and early twentieth centuries, the workers' villages, comprising distinct experiences, multiplied in various parts of Brazil and fueled expectations of the elite segments of the social order. This paper discusses aspects of living in the Workers' Village linked to the Company Emporium Industrial North - CEIN, built in 1892, in Salvador / Bahia. Its leaders have broad public viewing that experience aiming perpetuate the image of a harmonious space. Despite the continued investment in this memory, it was possible to catch the signs of discontent and tensions realizing the contradictions between the ideal model and touted lived.

Keywords: Salvador; Village Workers; Luiz Tarquínio; Memoirs.

¹Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: leciasantos@bol.com.br.

No ano de 1892, na cidade de Salvador, foi construída uma Vila Operária vinculada à Companhia Empório Industrial do Norte – CEIN, uma das maiores indústrias têxteis brasileiras durante as primeiras décadas do século XX. Esta Vila foi fruto de um projeto arquitetônico moderno e arrojado. Dispunha de uma infraestrutura muito diversa daquelas existentes na maior parte da capital baiana, sobretudo com condições de moradia superiores às dos demais trabalhadores pobres da cidade.

A Vila era composta por oito blocos paralelos ocupando uma área de 21.470 metros. No total, foram construídas 258 casas residenciais, com dois pavimentos, além de contar com gabinete médico, farmácia, loja, creche, água canalizada, esgoto, luz elétrica, gasogênio, açougue e armazém que funcionavam em regime cooperativo. Os blocos residenciais ficavam isolados da Avenida principal por uma grade.

Segundo o engenheiro José Simão da Costa, que visitou o empreendimento no ano de 1899 e deixou suas impressões sobre o mesmo em jornais de circulação local, o plano geral das casas e da Vila teria sido inspirado nas “Tennement Houses britânicas”. Estas, ainda segundo o engenheiro, teriam sido as habitações cujo padrão foi estabelecido pelo governo inglês. Para ele, as casas da Vila da CEIN eram ainda melhores do que aquelas do além mar e delas a CEIN teria imitado apenas a disposição geral dos edifícios.

Ao abordar as edificações e medidas higiênicas adotadas na Vila, o articulista Péricles Madureira de Pinho informou sobre a influência das ideias de Emile Cacheux (1844-1923), referentes à assepsia das habitações coletivas, sobre Luiz Tarquínio, idealizador da Vila. Ao levantar o material para escrever a biografia do industrial, em 1944, teve acesso, segundo ele, aos dois velhos e grossos volumes deste autor que a família de Tarquínio conservara e neles pode constatar as anotações, marcas e grifos revelando que eles foram detidamente estudados. (PINHO, 1944).

Pinho enfatiza, contudo, que a Vila Operária da CEIN não teria sido uma cópia do que Cacheux propunha e ali Luiz Tarquínio teria encontrado muitos pontos que lhe pareceram adaptáveis às suas ideias. Emile Cacheux (1844-1923) escreveu sobre habitações para trabalhadores e suas preocupações centraram na necessidade de assegurar a higiene do espaço e dos moradores. Foi discípulo de Emil Muller e com este participou de Feiras Mundiais nas seções de economia social apresentando propostas para essas edificações. Esse dado revela a circulação, no período, das ideias referentes ao tratamento dispensado aos trabalhadores, aí incluindo as condições de moradia. Nos espaços consagrados a celebração da modernidade, feiras nacionais e internacionais, os empresários também buscavam formas de adaptação dos trabalhadores a esse mundo almejado.

No período de construção da Vila da CEIN, a cidade de Salvador possuía uma pujança comercial e mantinha traços evidentes do passado colonial. A maioria da população vivia em ruas estreitas com calçamentos irregulares e um sistema de esgoto e iluminação precários. Esta feição da cidade remetia a uma época que os reformadores urbanos da Primeira República buscaram suprimir.

Em geral, as vilas operárias foram difundidas, tanto pelos poderes públicos, quanto pelas elites, como um meio eficaz de controle da população pobre, alimentando, assim, expectativas de ordenação do espaço público. Acreditava-se na ação do meio como ambiente formador do homem, e, a implantação das vilas operárias foi vista como evidência da validade e da viabilidade das teses de uma sociedade calcada nos ideais de “civilização” e “progresso”. Não por acaso, as vilas operárias foram frequentemente laureadas como uma conquista (leia-se domínio) do território da miséria e da barbárie pela civilização. (CORREIA,1998)

Com o advento da República, ocorreu a intensificação da intervenção dos poderes públicos no meio urbano promovendo a implantação de medidas que incidiram diretamente na produção da habitação proletária, sobretudo através dos incentivos fiscais. Essas experiências tiveram um impacto importante em várias cidades brasileiras, pois foram os primeiros empreendimentos habitacionais de grande porte construídos no país. (BONDUKI, 1998).

A construção de vilas operárias pelos industriais, além de reduzir a inconstância dos trabalhadores nas fábricas, revelou-se bastante lucrativa também pela segurança no recebimento dos aluguéis. Na experiência aqui analisada, percebeu-se que as preocupações dos empreendedores foram além dessas expectativas, pois eram recorrentes as tentativas da empresa em interferir no comportamento dos trabalhadores, buscando alterar seus valores e intervindo na organização do lazer, da educação dos filhos e das manifestações religiosas.

Os administradores da CEIN elaboraram, em momentos distintos, dois conjuntos de normas para o viver na Vila. Um instituído no período de sua inauguração, livre da interferência dos poderes públicos, e outro no ano de 1947, em consonância com a Delegacia Regional do Trabalho. Cabe destacar que a documentação referente à Companhia Empório Industrial do Norte e sua Vila Operária se encontra no Arquivo Público do Estado da Bahia, incluindo esse conjunto de normas adotado pela Companhia para o cotidiano dos trabalhadores. No primeiro são mais explícitos os prêmios distribuídos aos moradores com conduta considerada exemplar pelos administradores e as punições para aqueles que feriam as regras estabelecidas. Às vezes os moradores submetiam-se às determinações; outras

reagem de forma diferenciada de modo a tornar tais espaços territórios por eles apropriados e transformados em lugares de sociabilidades e de construção de identidades.

Na prática, entre a vigência dos dois regulamentos, algumas mudanças já se concretizavam, fruto de diversos fatores externos e internos. Essas alterações seguiram os ritmos das transformações mais amplas vividas pela sociedade brasileira, e baiana em particular, e obedeceram a lógicas internas de funcionamento. Compreendemos que a trama que envolveu os momentos de alianças ocasionais e conflitos, foram partes integrantes de um jogo ativo no qual estavam inseridos interesses diversos como poder, prestígio, morar e viver.

Em paralelo às tentativas de intervenção no comportamento dos moradores, os dirigentes da CEIN fizeram uma ampla exibição pública da Vila divulgando as festas dominicais e de encerramento do ano letivo da Escola em jornais de grande circulação. Ainda nesses jornais, publicizaram os comentários elogiosos das visitas autorizadas e fizeram uso de iconografia publicitária, recursos fartamente explorados pelos jornais do período.

As reiteradas metáforas sobre a Vila: “ilha de ordem”, “Cidade do Bem”, “Cidade Operária”, “Cidade do Trabalho”, procuravam diferenciá-la, bem como seus moradores, do restante dos cidadãos dos bairros pobres da cidade de Salvador. Na documentação analisada foi possível constatar que o investimento na imagem ideal da Vila visou atingir os contemporâneos das experiências, e também, legá-la ao futuro. Foram muitos os meios empregados com o propósito de perenizar a imagem da Vila como um espaço tranquilo, ordeiro e, sobretudo, harmônico.

A construção e reafirmação de uma memória idealizada da Vila foi contínua, porém, em pelo menos dois momentos específicos, ela foi particularmente alimentada por conjunturas que a sociedade baiana viveu: em 1923, por ocasião do centenário da independência da Bahia, e, na década de 1940, com a aproximação das comemorações dos 400 anos da cidade de Salvador. Nessas conjunturas, a elite letrada baiana produziu farta documentação (livros, jornais e revistas) com vistas a um enaltecimento da Bahia e seus filhos na tentativa de recriar memórias de um passado considerado glorioso, buscando, assim, justificar para a sociedade brasileira a importância de ter “ilustres baianos” participando ativamente dos trâmites da política nacional. (SILVA, 2000)

A década de 1940 culminou, ainda, com o centenário de nascimento de Luiz Tarquínio (1844-1903), idealizador da Vila, e o cinquentenário da fundação da Companhia Empório Industrial do Norte - CEIN. Fez parte da lógica discursiva do período o investimento na imagem de Luiz Tarquínio como modelo ideal de industrial, sobretudo de um empresário

preocupado com as questões sociais do país e, particularmente, da Bahia. Sua Vila Operária foi vista e difundida como a síntese do seu pensamento, alimentando a ideia de um espaço sem conflito entre o trabalho e o capital.

Os prêmios distribuídos e as penalidades previstas aos operários/moradores infratores, nos estatutos da Fábrica e da Vila, permitem inferir sobre as dificuldades que os dirigentes encontraram para ajustar a conduta desses trabalhadores aos interesses da produção e da moradia. Além disso, a insistência no trato de determinados temas nos jornais e revistas de circulação interna reforçam o investimento feito pela Companhia na construção do modelo de trabalhador e morador segundo suas expectativas. Desse modo, a Vila possibilitou uma interferência racional no cotidiano desses trabalhadores, intervindo nos valores morais, espirituais e nos hábitos de consumo, visando a um padrão ideal de comportamento.

No entanto, foi possível flagrar, nos registros do cotidiano, os sinais de descontentamento, de tensões e perceber as contradições entre o modelo ideal pretendido e alardeado e o modelo vivido, apesar da imagem harmoniosa, lenta e continuamente difundida pelos diretores e jornais acerca da Vila e seus moradores, com vistas a velar ou escamotear os conflitos e dificuldades vivenciadas por eles. A insistência em determinados temas e os silenciamentos sobre outros acabou por revelar mais, quando a intenção era esconder.

Em muitos registros, deixados por antigos moradores em documentários, jornais e revistas, instigaram pelo menos duas perguntas: Por que esses antigos moradores reforçaram a imagem presente nas representações externas da Vila, as quais idealizaram seu criador? Mais ainda: por que tais memórias jogaram nas sombras a imagem da Vila como um espaço coletivo vivido no embate cotidiano? Em outras palavras, por que aquelas pessoas reafirmaram memórias herdadas de um passado que não viveram e não falaram da sua própria experiência?

O que se constatou foi que, na batalha das memórias (POLLAK,1989), onde se travam as competições entre as memórias concorrentes, a que saiu vitoriosa nessa experiência foi aquela que encontrou maior espaço público e que contou, em grande medida, com a elite letrada baiana que dela se alimentou e se serviu para reforçar seus interesses em momentos distintos.

Também fez parte dessa lógica de exaltação da Vila como um espaço idílico, o acobertamento das contradições experimentadas pelos trabalhadores. Os conflitos internos

entre vizinhos, as dificuldades de ajustes aos interesses da empresa, os constantes acidentes de trabalho e o medo de perder o emprego e a moradia, foram alguns sinais de focos de conflito identificados na já referida documentação trabalhada.

Entre os diferentes níveis de conflitos identificados, sobressaiu o que se refere ao que foi vivido, contrariando com o que foi reiteradamente lembrado. As ações que buscaram velar os conflitos internos foram em parte vitoriosas, considerando-se a longevidade de algumas representações que permaneceram na memória de moradores da cidade de Salvador sobre todo o complexo industrial.

Contudo, alguns registros revelam parte dessas experiências conflitantes a exemplo do episódio envolvendo uma moradora que se chamava D. Izaura, operária que trabalhou na CEIN e morou na Vila por mais de quarenta anos. Essa personagem foi acusada de roubar tecidos e acabou respondendo a um processo crime. Este foi iniciado em 1949 e é mais um indicador das tensões vivenciadas no interior da Vila Operária. Muitas são as informações e omissões contidas nesse processo e provocam inúmeras perguntas, sem meios para obter respostas, mas que permitem algumas reflexões sobre aquele espaço e seus moradores.

O promotor público deu início ao processo de denúncia de roubo de tecidos praticado no interior da Vila Operária da Companhia Empório Industrial do Norte no dia 31 de maio de 1949, por D. Izaura Meireles, filha legítima de João Teófilo Meireles (falecido) e de Izaura Meireles (falecida), natural do estado da Bahia, viúva, operária e residente à Av. Luiz Tarquínio, portão nº 85, casa 22 da Vila Operária, com 63 anos de idade, sabendo ler e escrever, nascida em 1886, religião católica, cor branca, com um filho legítimo. (APEBA. Processo Crime. Est.208/Cx.86/Doc.11)

O promotor registrou ter recebido a denúncia que “há cerca de 6 meses” vinha a denunciada “subtraindo para si da aludida fábrica pedaços de fazenda, de diversos tipos e padronagens” e que, no dia 31 de maio, ela teria conduzido

[...] uma trouxa contendo certa porção de tecidos à casa de uma amiga conhecida como “Sancha” no mesmo portão, casa nº 30, pedindo-lhe para guardar aqueles artigos e como se observasse que a trouxa continha fazendas da fábrica, fora o fato levado a conhecimento do responsável pelo estabelecimento industrial apreendendo-lhe a mercadoria e ouvindo a denunciada que confessou o seu crime. É evidente que a denunciada assim procedendo subtraiu para si coisa alheia móvel, com apreço de confiança dos seus empregadores, pelo que se oferece contra ela a presente denúncia que se espera recebida e afinal julgada provada, para o fim de sua condenação nas penas do artigo 155, parágrafo 4º, inciso II do código penal de acordo com o artigo 51, parágrafo 2º do mesmo código. (APEBA.

Processo Crime. Est.208/Cx.86/Doc.11)

O inquérito foi instaurado a partir da queixa verbal de Evaldo Fontes Oliveira, em nome da Fábrica, que prestou depoimento no dia primeiro de junho. Evaldo foi descrito como brasileiro, sergipano, casado, com filhos, 27 anos de idade, nascido em 1º de fevereiro de 1922, funcionário, instrução secundária, cor branca, religião católica, pobre, aparentemente normal, filho de Antônio Fontes Oliveira e de Guiomar Fontes de Oliveira. O escrivão, assim registrou a declaração de Evaldo:

[...] que emprega suas atividade trabalhando no escritório da firma Companhia Empório Industrial do Norte, fábrica de Luiz Tarquínio, situada à Av. do mesmo nome, sendo responsável pelo menor que ontem pela noite, o operário de nome Aristides Benedito Costa levou ao seu conhecimento que a operária de nome Izaura Meireles havia deixado em sua residência uma trouxa a qual ao ser examinada por ele, Aristides, continha tecidos de fabricação daquela fábrica – que face a essas declarações se dirigiu à residência do citado operário onde verificou a existência de diversos pedaços de fazenda de diversas padronagens vindo a saber pela senhora conhecida por Chancha que reside em companhia do referido Aristides que os mesmos ali foram deixados para guardar pela operária em apreço – que a operária em falta sempre teve boa conduta, contando com cerca de quarenta e quatro anos de serviço, que além de Aristides que poderá prestar declarações também o senhor Pedro Alves Costa em torno do caso.(APEBA. Processo Crime. Est.208/Cx.86/Doc.11)

Cabe destacar que Evaldo era funcionário do escritório e não trabalhava diretamente na produção da Fábrica. Alguns desses trabalhadores e chefes intermediários moravam na Vila ocupando as casas melhor localizadas. Alguns estudos sobre vilas operárias demonstraram que as diferenças nos modelos de residência eram comuns e que as casas maiores e melhor aparelhadas eram ocupadas por mestres, operários mais qualificados, chefes intermediários ou ainda por famílias mais numerosas. Os chefes intermediários também contribuíam para o processo de vigilância fora do espaço de produção e, no geral, ocupavam as habitações centrais. (TEIXEIRA, 1990)

Voltando ao processo de D. Izaura, as testemunhas foram ouvidas no dia 2, e a primeira delas foi Aristides Benedito Costa, brasileiro, operário, branco, solteiro, morador da Vila Operária, sabendo ler e escrever. O registro referente a sua idade está ilegível, visivelmente rasurado. Consta mais adiante, em um dos depoimentos, que ele era menor de idade e que Evaldo Oliveira era o responsável por ele. Esse dado revela a permanência do trabalho infantil na Fábrica. Desde os primeiros anos da existência, a CEIN contou com este contingente de trabalhadores o que coadunava com o praticado pelas demais indústrias

têxteis do período. No geral, nas famílias operárias, todos os membros em idade produtiva trabalhavam, inclusive crianças menores de doze anos. (MATOS, 1996).

Cabe lembrar que, desde o ano de 1927 o Código de Menores, que limitou a fixar em doze anos a idade mínima de admissão, proibindo aos menores os trabalhos perigosos à saúde, já havia sido sancionado. Na prática, porém, a fiscalização não funcionava ou mesmo contava com a conivência dos fiscais e das famílias dos menores para que eles continuassem a trabalhar nas fábricas. Além das necessidades materiais, havia a justificativa para a adoção do trabalho infantil como meio moralizador e regularizador dos hábitos e costumes das crianças.

Sobre a CEIN, são muitos os registros deixados por operários em jornais, revistas e documentários que informaram sobre as alterações na composição do espaço da moradia. Quando filhos de operários, moradores da Vila, optavam por trabalhar em outras fábricas pelo fato de nelas receberem salários mais atrativos, geravam constrangimentos aos seus pais. Em depoimento o Sr. José Torres Cerqueira por exemplo, afirmou que, os filhos tinham que “repor a mão de obra que ia se aposentando” e aqueles que trabalhavam em outras localidades eram “mal vistos”. Afirmou ainda que, com o passar dos anos, a família de aposentados que não tinha ninguém trabalhando para a empresa, era obrigada a “abrigar um operário em suas casas, onde já passava a pagar um aluguel simbólico”. Isso porque, deixar de pagar o aluguel era um dos prêmios que o operário recebia pela boa conduta durante cinco anos. (Correio da Bahia, 26.08.1995)

No depoimento de outra antiga moradora, esta informa que, para assegurar a continuidade da moradia na Vila algumas famílias traziam parentes do interior para trabalharem na fábrica e morar com eles na mesma residência. Uma vez que a empresa poderia colocar um estranho qualquer nas casas, era melhor trazer algum parente, pois, assim, ao menos em parte, a privacidade ficaria assegurada. (Correio da Bahia, 26.08.1995)

Na Vila também permaneciam morando antigos operários inválidos por acidentes. Como a exigência para permanecer nas casas era de que, pelo menos dois moradores trabalhassem na Fábrica, os antigos moradores acidentados e impossibilitados de trabalhar também traziam parentes ou abrigavam menores que ficavam sob a responsabilidade de um empregado de confiança da Empresa.

A documentação trabalhada trás indícios de que Aristides se encaixava no perfil de menor que dividia a moradia com a operária Sancha e estava sob a responsabilidade do funcionário Evaldo. O escrivão, assim registrou as declarações de Aristides:

[...] que cerca de 19 horas ou menos do referido dia, o depoente ao se aproximar de sua residência soube através de declarações de uma vizinha de nome conhecido como Dete que a operária de nome Izaura Meireles havia deixado na sua residência uma pequena trouxa, que face dessas declarações, assim chegou à sua residência, foi imediatamente verificar de perto qual o conteúdo da trouxa em tela, aí então afastando um pouco o pano que a envolvia registrou com surpresa a existência de fazendas de fabricação da fábrica em que a mesma operária trabalha, assim sem perda de mais tempo pela circunstância de ele depoente também emprega as suas atividades na fábrica em apreço, tratou de comunicar o fato ao Sr. Evaldo a fim de que fossem tomadas as providências que o caso exige. (APEBA. Processo Crime. Est.208/Cx.86/Doc.11)

O depoimento de Aristides revela que ele já desconfiava da conduta de D. Izaura e esperava a oportunidade de dar o flagrante, pois assim que foi avisado pela vizinha Dete teria procurado averiguar o conteúdo da trouxa deixada em sua casa. É possível ainda que Aristides tenha sido orientado por algum superior ou mesmo desafeto de D. Izaura para assim agir. Dando sequência ao depoimento, Aristides informa que avisou ao Sr. Evaldo e este veio a sua residência e ali teria constatado

[...] a veracidade da notícia reconhecendo neste ato como sendo as fazendas (pedaço) de fabricação da Cia Empório Industrial do Norte, que indagando da mulher que reside com o depoente esta lhe disse que a trouxa em tela fora deixada para guardar a pedido de dona Izaura Meireles presente neste ato, que nada tem a adiantar de referência à conduta de dona Izaura, e nada mais disse. (APEBA. Processo Crime. Est.208/Cx.86/Doc.11)

O escrivão registra que, neste momento teria sido dada a palavra a D. Izaura e que esta afirmou nada ter a contestar, uma vez que as declarações eram verdadeiras. A segunda testemunha ouvida foi Pedro Alves Costa, brasileiro, operário, morador da Vila Operária, casado, de cor branca e com 41 anos de idade. O escrivão, assim registrou o testemunho do Sr. Pedro:

[...] que Aristides Benedito Costa é filho de criação do depoente, que no dia 31 de maio último, por volta das dezenove horas mais ou menos foi procurado pelo referido Aristides, que lhe solicitou conselhos sobre o que devia fazer de referência à uma trouxa contendo pedaços de fazendas da fábrica da Companhia Industrial do Norte e que em sua residência foi deixada pela senhora Izaura Meireles presente neste ato, que devido à sua responsabilidade ele aconselhou o mesmo a ir à fábrica e dar conhecimento do fato ao senhor Evaldo e Aristides foi até a residência deste último onde aí então o primeiro afastando o pano que envolvia a trouxa reconheceu como sendo da Cia Empório Industrial do Norte todo o seu conteúdo, ou seja,

pedaços de fazenda de diversas padronagens, que feito isso Evaldo pediu que guardasse a trouxa em tear naquele local a fim de que pudesse (rasurado) acento a polícia, tomar as providências de lei, que nesta secretaria, quando a trouxa, foi totalmente aberta e que o depoente pode então contar melhor a veracidade (APEBA. Processo Crime. Est.208/Cx.86/Doc.11)

Indagado sobre o comportamento de D. Izaura Meireles, o Sr. Pedro afirmou que ela era “portadora de uma ótima conduta contando, como é do seu conhecimento, mais de 45 anos de serviço à Companhia Industrial do Norte” encerrando seu depoimento. (APEBA. Processo Crime. Est.208/Cx.86/Doc.11)

Novamente, o escrivão registrou que foi dada a palavra a D. Izaura e que ela teria dito “que nada tinha a contestar uma vez que a errada fora ela não tendo também a ninguém que atribuir a responsabilidade do acontecimento”. (APEBA. Processo Crime. Est.208/Cx.86/Doc.11)

É curioso que em todo o processo não conste o depoimento de D. Izaura. Esta, ao que parece, presenciou os relatos das testemunhas, pois no final o escrivão aponta sua anuência e consta uma assinatura com seu nome. Contudo, em nenhum momento do processo há a sua versão sobre o ocorrido. Na abertura do inquérito há o registro de que foi o “responsável pelo estabelecimento industrial” quem, além de apreender a mercadoria ouviu “a denunciada” que teria confessado “o seu crime”. Não há como saber em quais circunstâncias essa confissão foi colhida e nem mesmo se ela aconteceu. O fato é que, o depoimento de D. Izaura não consta no processo e sua fala, quando aparece, é mediada por outros depoentes.

É preciso fazer algumas considerações acerca da utilização de processos crime como fonte para uma pesquisa histórica, pois, entre o que realmente foi dito pelos depoentes e o que está escrito nos autos processuais há a mediação do escrivão e outros agentes articuladores envolvidos em que se pode perceber suas diversificadas intenções. Como afirmou Keila Grinberg “os processos criminais têm necessariamente contradições, incoerências e mentiras”. (2011, p-128)

É possível que D. Izaura ou outra pessoa que por ela tenha intercedido contestou a importância atribuída pelo denunciante aos pedaços de tecidos subtraídos, porque o promotor convocou, para serem ouvidos no mesmo dia, dois comerciantes locais, que deveriam avaliar o material apreendido. Serviram de avaliadores o Sr. Harmindo Teixeira e Ademar Gomes de Carvalho, brasileiros, negociantes, casados, ambos sabendo ler e escrever, proprietários da loja Paraíso que, após inspecionarem os objetos, declararam tratar de:

[...] 05 pedaços de algodãozinho grande (Cr\$ 25,00) – 06 pedaços de algodãozinho pequenos (Cr\$ 5,00) – 19 pedaços de bulgariana (mais de Cr\$ 30,00) – 02 pedaços de linho amarelo (Cr\$ 6,00) – 13 pedaços de madastro (Cr\$ 20,00) – 02 pedaços de algodãozinho tinturado de cinza (Cr\$ 10,00) – 04 pedaços de marquizetas (Cr\$ 20,00) – Perfazendo tudo num total de cento e dezesseis cruzeiros (Cr\$ 116,00). (APEBA. Processo Crime. Est.208/Cx.86/Doc.11)

No dia 25 de junho, o Comissário fez um relatório e lamentou a situação da “indiciada, vendo-se assim, nesta altura de sua vida, sexagenária, com 44 anos de bons serviços prestados à Fábrica Luiz Tarquínio, sem uma mancha anterior que comprometa ou desabone a sua conduta, envolvida nas malhas de um processo crime”. (APEBA. Processo Crime. Est.208/Cx.86/Doc.11)

O trâmite do processo é revelador das suas lacunas. Ele passa por várias instâncias sem que se defina um veredito final para o mesmo. Após dez anos, no dia 13 de maio de 1959, talvez numa mudança de funcionários, eles constataram que D. Izaura não fora ouvida e fizeram o pedido da designação do dia em que seria colhido o “interrogatório da denunciada”. (APEBA. Processo Crime. Est.208/Cx.86/Doc.11)

Àquela altura, D. Izaura tinha 73 anos de idade, se é que ainda estava viva, pois não encontramos mais nenhum registro sobre ela. Nem na relação dos moradores da Vila nem entre os empregados. O processo continua sem o seu depoimento e não dá qualquer informação sobre o seu paradeiro.

No dia 3 de agosto de 1960 foi “extinta a penalidade do agente pela prescrição na forma da lei do artigo 109, inciso III do código penal”, e o parecer do relator foi “pelo arquivamento do presente inquérito”. No dia seguinte, o Juiz, Edgar Vieira dos Santos, declarou julgar inexistente “ou extinto o processo crime de que tratem os presentes autos ficando extinta a penalidade do agente na forma do artigo 109, inciso 555 do código penal”. Àquela altura a denúncia havia sido prescrita. (APEBA. Processo Crime. Est.208/Cx.86/Doc.11)

Interessa aqui entender alguns pontos dessa trama que envolveu moradores da Vila. Se D. Izaura pediu à amiga de nome Chancha ou Sancha para guardar sua trouxa era porque confiava nela. Esta, por sua vez, não morava só. Partilhava a casa com o menor Aristides Benedito Costa, apontado por Pedro Costa como filho de criação de Evaldo Oliveira que era funcionário do escritório e que alegou ser responsável pelo menor e não o pai deste. Cabe lembrar que não foi possível saber a verdadeira idade do menor, porque essa informação no processo encontra-se rasurada. Aristides não morava com Evaldo, residia em outra casa, e seu laço com a pessoa com quem residia não fica claro. Infere-se aqui que a moradora

Chancha ou Sancha, para se manter na casa, tenha recebido o menor.

É possível que o funcionário Evaldo fosse responsável por Aristides e, talvez por outros menores que trabalhavam na CEIN. Os menores podem ter sido distribuídos entre as moradias de antigos operários uma vez que estes não trabalhavam mais na fábrica, por razões diversas, a exemplo de velhice ou invalidez. Esses, para assegurar a continuidade da moradia, alojaram os menores. Ao que parece, essas novas conformações alteravam antigos vínculos de confiança e cumplicidade.

Não há como saber se aquele roubo foi isolado ou se se tratava de um comportamento habitual. O Sr. Evaldo informou que D. Izaura o fazia a “mais de 6 meses” o que reforça a hipótese de que o menor Aristides estava a espera da oportunidade para flagrá-la.

O material apreendido eram pedaços de tecidos, mas em quantidade relativamente grande para não levantar suspeitas. Talvez fosse uma ação recorrente e D. Izaura nem se preocupasse muito em disfarçar. Seu longo período de “boa conduta”, possivelmente, a protegia da suspeição. O fato é que alguma coisa destoou naquele momento. Talvez o Aristides já tivesse percebido antes e feito vistas grossas. Naquele dia, porém, a vizinha Dete o alertou. É possível, ainda, que Aristides e Dete estivessem atentos para flagrar D. Izaura. O fato é que, se ele não desconfiasse de D. Izaura não teria apurado o conteúdo da trouxa deixada por ela em sua casa.

Em seu testemunho, Aristides afirmou ter imediatamente comunicado o ocorrido a Evaldo, levando-o a sua casa para a confirmação da denúncia. Pedro, por sua vez, disse ter sido procurado por Aristides, que lhe pediu conselhos quanto ao modo de proceder com relação à “trouxa deixada em sua casa”. Segundo Pedro, teria sido ele quem aconselhou Aristides a procurar Evaldo. Ora, por que Aristides teria procurado Pedro antes de procurar Evaldo, que era responsável por ele? Percebe-se aqui que a relação de Aristides com Evaldo não suscitava a confiança para que o primeiro procurasse o segundo, de imediato. Aqui fica mais um dado que permite inferir que os laços entre Aristides e Evaldo não eram pautados pela afetividade e confiança.

A rapidez do início do processo contrasta com a lentidão do final que se arrastou sem ter um desfecho. Por que será que D. Izaura não foi condenada nem absolvida? Será que a Empresa se empenhou em abafar o episódio? Ou mesmo em deixá-lo diluir com o tempo? O fato de um dos envolvidos no episódio ter sido um menor poderia ainda trazer à tona a infração cometida pela Empresa na adoção do trabalho infantil, contrariando a divulgação de sua imagem como modelar. Será que os funcionários que acompanharam o processo ou

mesmo o Juiz compadeceram-se de D. Izaura e protelaram o trâmite do processo? Será que este roubo aconteceu mesmo ou a denúncia foi resultado de intrigas e desafetos entre vizinhos? D. Izaura teria confessado o crime no momento do flagrante, e não há como saber em quais condições isso se deu. Tanto Pedro quanto Evaldo atestaram a sua boa conduta e, sobre isso, Aristides afirmou nada ter a registrar. Esse parecia ter mesmo pouco tempo morando na Vila, ou não quis falar sobre o assunto.

Conforme foi dito inicialmente, este processo deixa inúmeras perguntas sem respostas, mas revela pontos de tensões no interior da Vila, mesmo entre seus moradores. Os arranjos de moradia, conflitos e atritos com vizinhos também ali estavam presentes, como em qualquer outro espaço de moradia da cidade. A Vila não estava imune às tensões próprias da condição humana. Apesar de todo o investimento na supressão das informações que revelassem os conflitos no interior da Vila e da Fábrica, a partir de alguns rastros, foi possível perceber que eles existiram, e o processo de D. Izaura é uma evidência dessas fissuras, ainda que não tenha sido possível conhecê-los em sua inteireza.

Como alerta Certeau (1996), “ainda que os métodos praticados pela arte da guerra cotidiana jamais se apresentem sob uma forma tão nítida, nem por isso é menos certo que apostas feitas no lugar ou no tempo distinguem as maneiras de agir”. Assim, é preciso compreender as relações estabelecidas dentro da Vila Operária considerando-a como um espaço dominado ou apropriado com um sentido político pela direção da empresa, mas também apropriado pelos trabalhadores, cujas relações sociais produziram uma identidade tornando esse espaço uma referência, levando-se em conta a relação entre a dimensão material (político-econômica) e a dimensão imaterial (simbólico-cultural).

Observamos que as ações empreendidas pela CEIN que buscaram velar os conflitos internos foram em parte vitoriosas, considerando-se a longevidade de algumas representações que permaneceram na memória de moradores da cidade de Salvador. Uma investigação mais detida, contudo, acabou por revelar que, naquele espaço, havia tensões de natureza social e racial assim como nas ruas da cidade. A documentação revelou que entre a realidade do entorno e o interior da Vila havia muito mais identidade do que seu idealizador e, posteriormente, seus seguidores gostariam que existisse.

Fontes

APEBA. Processo Crime. Est.208/Cx.86/Doc.11

Jornal Correio da Bahia. 26.08.1995

CEDOC. CEIN. Relatórios.

COSTA, José Simão da. A Fábrica de Luiz Tarquínio. In: Revista Cidade do Bem. 1899.

Referências bibliográficas

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. In: Revista Estudos Históricos. Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP. v.5, n. 2, 1998.

CERTEAU, Michel de. A invenção do Cotidiano. Artes do fazer. Petrópolis: Vozes 1996.

CORREIA, Telma de Barros. Pedra: plano e cotidiano operário no sertão. Campinas: Papiros, 1998.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (Orgs). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2011.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e Cultura: História, Cidade e Trabalho. São Paulo: EDUSC, 2002.

_____. Trama e Poder: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café. (São Paulo, 1888-1934) 3ªed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

PINHO, Péricles Madureira de. Luiz Tarquínio, pioneiro da justiça social no Brasil. Bahia: Imprensa Vitória, 1944.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, nº.3, 1989.

SILVA, Paulo Santos. Âncoras da Tradição: Luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador: EDUFBA, 2000.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. A fábrica do Sonho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.



Leituras brasileiras sobre a Nova Ordem Internacional (1989-1991)

Andrea Ribeiro¹

Resumo:

O objetivo desse artigo é analisar algumas das leituras brasileiras sobre a Nova Ordem Internacional, no contexto das mudanças sócio-políticas internas e externas que se processavam. Essa análise foi feita a partir dos textos produzidos por três personagens da história da política externa brasileira: Celso Lafer, Gelson Fonseca Júnior e Rubens Ricupero. Através de seus textos pudemos identificar a resiliência de certos temas que são caros ao pensamento social brasileiro do século XX, como a aspiração por autonomia, o desejo de implementação de um projeto nacional e a percepção do Brasil como país que compartilha valores com o mundo ocidental.

Palavras-chave: Pensamento Social Brasileiro, Relações Internacionais, Nova Ordem Mundial.

Abstract:

The aim of this article is to analyze the Brazilian lectures about the New World Order, within the international and domestic changing context. This analysis has been done through the papers written by three Brazilian foreign politics history characters: Celso Lafer, Gelson Fonseca Júnior e Rubens Ricupero. Throughout their writings we could identify the resilience of such subjects as autonomy's aspiration, the desire to implement a national political project and the Brazil's self-perception as a country which shares western values.

Keywords: Brazilian Social Thinking, International Relations, New World Order.

¹Mestre PPHPBC/CPDOC/FGV, doutoranda IESP/UERJ. E-mail: aoribeiro@gmail.com.

A década de 1990 foi um período marcado por grandes transformações na política internacional. O fim da Guerra Fria e o reordenamento do sistema internacional; a reestruturação da economia global; a redemocratização dos países latino-americanos e a emergência de novos atores (estatais e não estatais) e de novos temas (meio-ambiente, terrorismo, narcotráfico) nas relações internacionais são exemplos dessas mudanças. Nesse contexto transicional, as políticas externas dos países periféricos sofreram um processo de atualização de modo a dar conta dessas transformações. No Brasil, o processo de redemocratização e a realização das primeiras eleições diretas depois de 20 anos de regime militar davam o tom dos debates travados pelos atores nacionais. Com a eleição, em 1989, de Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (que venceu o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores), foram colocadas em marcha reformas de caráter político-econômico com o objetivo de tornar o Estado eficiente e retomar o rumo do desenvolvimento econômico com o abandono do tradicional modelo desenvolvimentista. Diante de uma crise inflacionária sem precedentes², as metas propostas visavam garantir a transferência de tecnologias de ponta e o investimento de capital estrangeiro para a modernização industrial, a partir da institucionalização de uma política de comércio exterior e de uma política industrial voltadas para a reformulação do modelo de substituição de importações, que incluíam a privatização de empresas estatais e a renegociação da dívida externa com credores internacionais (Vieira, 2001). Além disso, o programa de governo incluía a normalização das relações internacionais do Brasil, com a adesão aos principais tratados internacionais, que envolviam os direitos humanos e a transferência de tecnologias sensíveis.

Ao longo desses 20 anos, o debate sobre a conformação da ordem internacional e o lugar do Brasil, e de outros países periféricos, se tornou uma área fértil para pesquisa (Cervo, 2001, 2005; Lima, 2005; Hurrell, 2001; Pinheiro, 2001; Spektor, 2010; dentre outros). Não apenas porque o Brasil hoje ocupa um lugar de destaque, haja vista a discussão sobre que tipo de liderança regional pode ou deve ser exercida e como; mas também, por conta das fontes primárias (depoimentos e documentos oficiais) que começam a ser disponibilizadas.

Recentemente, o historiador norueguês Odd Arne Westad (2005) propôs que a Guerra Fria, entendida como um conflito ideológico em dois projetos de modernização (um liberal e outro comunista), criou um espaço de atuação para os países do então chamado Terceiro Mundo, antes inexistente. De acordo com o autor, os países localizados fora do centro de poder do sistema internacional atuaram e, em certa medida, construíram uma

² As taxas anuais de inflação para os anos de 1988 e 1989 foram 1.037,56% e 1782,9%, respectivamente (Bresser-Pereira, 1990).

agenda internacional própria, e não simplesmente determinada pela ingerência das superpotências. Ainda que Westad não estenda sua análise aos países da América do Sul, pode-se pensar que também para esses países havia um espaço de ação internacional que os permitiu desenvolver seus projetos de modernização nacionais.

Outro analista da Guerra Fria, o norte-americano John Ikenberry (2000) produziu um trabalho interessante sobre as estruturas sócio-políticas criadas durante esse período histórico marcado pela bipolaridade e a política do *containment* direcionada para a União Soviética e o seu projeto comunista. Para o autor, o maior produto da Guerra Fria foi a ordem liberal calcada na institucionalização das normas internacionais que nasceu com o fim da Segunda Guerra Mundial, que permitiu que o Ocidente e seus valores se espriassem ao redor do mundo. Nesse sentido, vale destacar que a expansão dos valores ocidentais e a hegemonia norte-americana foram temas que dominaram as discussões sobre a conformação de uma nova ordem mundial de líderes políticos dos países periféricos como o Brasil.

As transformações que se deram no período abarcado por esse trabalho (1989-1991) não se restringiram aos gabinetes, elas também se evidenciaram nas ruas, nas manifestações populares por maior liberdade e melhores condições de vida ao redor do mundo, desde a Praça da Paz Celestial, na China, passando pelos países do Leste Europeu, da América Central, e os da América do Sul, até o Brasil. Aqui, por exemplo, em 1989, o debate dominante girava em torno da continuidade do processo de democratização e da primeira eleição presidencial direta, e não sobre o fim da Guerra Fria. As incertezas sobre a realização das eleições, as críticas às políticas sociais e econômicas do governo José Sarney (além das denúncias de corrupção) e às inúmeras greves e manifestações populares (de trabalhadores, de sem-terra, de minorias indígenas) produziram um conturbado quadro histórico. As críticas e crises se estenderiam pelos anos 1990 e 1991, com as medidas ortodoxas tomadas pelo governo Collor para conter a inflação e diminuir os gastos públicos.

Não há ainda uma reflexão sistemática sobre esse período e sobre as suas implicações para o Brasil no cenário internacional. De modo geral, e por conta das características intrínsecas do desenvolvimento das ciências sociais (inclusive a história) no Brasil, há uma resistência em pensar o país e sua trajetória como parte de uma narrativa histórica global. As explicações produzidas tendem a focar no caráter específico do desenvolvimento político, cultural e social brasileiro e nos constrangimentos externos sofridos, sem, contudo articular os acontecimentos históricos internacionais aos nacionais. As conexões existentes entre os problemas intrínsecos do Brasil em sua formação e outras experiências nacionais, próximas ou distantes, serviam muito mais como exemplo do que como componente explicativo.

A condição brasileira

Ao compararmos as respostas de outros países de tipo médio, como o Brasil, ao reordenamento internacional, é possível perceber as variedades de escolhas possíveis (desde o alinhamento irrestrito argentino, até o isolamento cubano). Cerro (2005) argumenta que na América Latina, a adoção de políticas neoliberais, nos anos 90, não encontrou paralelo em qualquer lugar do mundo. O Chile, ainda nos anos 70, seria o país modelo para o continente. Mais tarde, sob o impacto do período de crises econômicas, México, Venezuela, Argentina empreenderiam reformas significativas para proceder à liberalização econômica. No Brasil, Bresser Pereira (1992) chamou atenção para a resistência do empresariado nacional às reformas e ao caráter restrito de aplicação dos projetos de privatização de empresas e de abertura comercial. Se durante os anos da Guerra Fria, o Brasil pôde se industrializar e urbanizar através de um modelo de desenvolvimento ancorado no Estado, os anos 90 representariam um empecilho à manutenção desse modelo. A reflexão sobre a centralidade do Estado nos projetos de desenvolvimento, e a transmutação desse papel do “Estado-propulsor” para o de “Estado-obstáculo” como entrave ao crescimento econômico, e os questionamentos sobre a necessidade de um Estado “menor” produziram efeitos sobre o modo como pensar onde o país “deveria estar” no mundo. O que sugere que a atual posição brasileira no sistema internacional, seu maior ativismo nos foros multilaterais e sua aproximação com a América do Sul não são dados naturais, determinados a priori, mas sim frutos de opções feitas pelas elites dirigentes baseadas em formas de pensar e entender o Brasil e o mundo que tem suas raízes no pensamento social (político e econômico) desenvolvido ao longo da segunda metade do século XX.

Desde os anos 60, com o programa de Política Externa Independente do governo Jânio Quadros, o Brasil ensaiava seus passos autônomos no terreno internacional. Durante o regime militar, a política externa do governo Geisel (1974-1979), que ficou conhecida como “pragmatismo responsável” (Lima, 1994), tinha por objetivo promover o desenvolvimento do país através do incremento de suas relações econômicas exteriores de forma não-ideológica, considerando como dada a “opção pelo sistema democrático ocidental” (Vizentini, 1995). Estabeleceu-se um contraponto em relação às políticas externas dos governos militares anteriores comumente identificadas pela literatura como de “alinhamento automático” aos interesses norte-americanos. Segundo Spektor (2010), o relacionamento desigual entre os dois países, onde era evidente a disparidade de poder, permitiu ao Brasil empreender uma associação em que era possível “manipular o poder da grande potência em favor próprio” (2010:185). Além disso, ainda de acordo com Spektor, o período foi marcado por mudanças sobre o modo de pensar as relações internacionais do Brasil com outros países, que incluía “um poderoso argumento” que passou a ser aceito tanto pelo Brasil como pelos Estados

Unidos: o de que o Brasil poderia ser um dos pilares de sustentação da ordem global (2010:186). Com o declínio da détente e a desestabilização do governo de Richard Nixon (1969-1974), a fase da “relação especial” com os Estados Unidos daria lugar a uma série de conflitos bilaterais nos anos 80.

No último governo militar, o do general João Batista Figueiredo (1979-1985), temas que haviam sido evitados durante a existência do regime - como meio-ambiente, energia nuclear e direitos humanos - em virtude das resistênciasultranacionalistas dos militares, entraram na pauta de discussões políticas. Fenômeno que Seixas Correa (2006) chama de processo de "inversão do ônus da acusação" contra os países do Sul. Ele argumenta que, de vítima das ações dominadoras dos países industrializados em direção ao controle dos mercados periféricos, os países em desenvolvimento passaram a vilões, sendo responsáveis pelos males da humanidade: eram poluidores, não tinham uma política de desarmamento clara, não respeitavam os direitos humanos. Como resultado da inserção desses novos temas na agenda internacional - narcotráfico, degradação ambiental, direitos humanos, imigração ilegal, conflitos regionais e democratização - os países em desenvolvimento perderiam a capacidade de influenciar essa agenda, antes pautada pelas teses da UNCTAD e por temas como o desenvolvimento econômico e a nova ordem econômica internacional. Dada a marginalização do Terceiro Mundo, diante do “arco conceitual” do “reaganismo e do thatcherismo” (idem), o Brasil se encontrava isolado quando o primeiro governo civil chegou ao poder em meados dos anos 80.

Diante dessa situação de isolamento, a preocupação da agenda de política externa brasileira no final dos anos 80 e começo dos 90 girava em torno da possibilidade de manter o equilíbrio entre os imperativos do desenvolvimento econômico e social brasileiro e continuar atuando de forma contundente no cenário internacional. Se num primeiro momento o Brasil tinha se vinculado claramente ao grupo de países que reivindicava a mudança dos termos de funcionamento do sistema internacional, através da participação no Grupo dos 77, com o fim do período em que Estados Unidos e União Soviética representavam os modos de modernidade possíveis, o Brasil parecia não ter contra quem lutar ou por que brigar.

As linhas mestras da política externa de Sarney incluíam a criação (sic) de uma nova ordem econômica internacional, com destaque para a solução da dívida externa; a crescente prioridade à América Latina, a atenção especial à situação no Oriente Médio (Guerra Irã-Iraque); a intensificação das relações com a África, “a par do nosso repúdio ao sistema do apartheid”; o desenvolvimento do potencial das relações com a Ásia; o aperfeiçoamento da cooperação com os países de economia planificada; o desarmamento mundial; e o fortalecimento da ONU, OEA e demais organizações internacionais. Apesar de suas diretrizes bastante genéricas, pode-se perceber que o quadro no qual essa política se insere ainda

estava relativamente determinado pela necessidade interna de se estabelecer o regime democrático e garantir a normalização das relações do país com o exterior. Foram dados passos importantes em direção ao desarmamento e à integração regional, com o aprofundamento das negociações com a vizinha Argentina para a cooperação na área de controle de produção de energia nuclear que deram margem à criação do Mercosul, já nos anos 90; em direção ao compromisso com o desenvolvimento sustentável, através do oferecimento do presidente Sarney para sediar a Conferência do Meio Ambiente da ONU; e em direção aos direitos humanos, com a promulgação da Constituição de 88 e a mudança de postura relativa aos problemas enfrentados pelas minorias, como violência contra mulher e índios, etc (Sodré,1995). O evento mais simbólico da política externa da Nova República foi, sem dúvida, o reatamento das relações diplomáticas com Cuba, em junho de 1986, rompidas desde 1964, pelo governo militar do marechal Castelo Branco.

Na visão do chanceler Abreu Sodré (1995), o mundo que se descortinava para o Brasil no final dos anos 80 era multipolar, com a criação de “espaços comuns” europeus, asiático, norte-americano e latino-americano. A ordem dos fatores parece refletir aqui a importância relativa que o chanceler prestava a cada um desses "espaços comuns". Nesse contexto de multipolaridade, o multilateralismo estaria em crise por conta da “falta de vontade política dos grandes atores internacionais” (1995:288). Também em Abreu Sodré identificamos um traço peculiar, mas não exclusivo, de associação dos conflitos à miséria, fazendo inclusive uma leitura similar à indiana sobre a necessidade do desenvolvimento para a paz. Um discurso de modernidade alternativo, que conciliava o capitalismo e a falta de desenvolvimento, e superava os aspectos mais radicais da teoria da dependência, fazendo coincidir o desejo de industrializar-se com o desejo de justiça social, com um mundo mais justo. O tom de resistência de seu discurso (provavelmente feito com colaboração de assessores) pode ser entendido através da análise da erosão da relação Brasil-Estados Unidos, que tinha como fundo não apenas os problemas “brasileiros”, mas principalmente o reposicionamento da política externa norte-americana para o mundo e para a América Latina mais especificamente. A política intervencionista do governo Reagan, em termos econômicos e políticos - como no caso da ilha de Granada, da Nicarágua e de Honduras – somada à linguagem apocalíptica do presidente, compôs o quadro de recrudescimento da Guerra Fria e de endurecimento em relação à América Latina.

Em uma reformulação da noção de ocidentalidade do Brasil, Jaguaribe (1985) diria que não seria preciso que o Brasil fizesse algum tipo de esforço para tornar-se ocidental, porque seu passado já havia lhe legado essa condição. Por outro lado, a superação do atraso, reformulado em termos de ascensão ao Primeiro Mundo, exigiria sim um esforço conjunto: do Brasil com a comunidade internacional. O investimento internacional no Brasil tinha

enormes chances de retorno (em energia, alimentos e produtos secundários), mas não interessava aos Estados Unidos. A não complementaridade das economias norte-americana e brasileira faria com que o multilateralismo se tornasse condição sine qua non para a atuação internacional do Brasil democrático (Jaguaribe, 1985).

A política externa do governo Collor também tinha um discurso de resistência às imposições dos países industrializados, mas estava repleta de exemplos de aproximação do Brasil com o Primeiro Mundo (viagens presidenciais aos Estados Unidos, ao Japão, e à Europa), que sinalizavam para o abandono da retórica terceiro-mundista e de confronto com o sistema internacional. Nesse processo de construção da democracia, a interpretação da diplomacia brasileira sobre o ambiente externo e a visão externa sobre o país condicionaram o seu posicionamento internacional e a definição de sua política externa. Mas, mesmo antes da assunção de Fernando Henrique Cardoso ao poder, o projeto de inserção internacional do Brasil estava se desenhando. Lima (1994) alega que razões ideológicas e pragmáticas explicam o retorno ao padrão da "aliança estratégica" com os Estados Unidos durante o governo Collor. Esse fenômeno tinha como motivação a possibilidade de ocorrência daquilo que Adam Przeworski (1993) chamou de "modernização via internacionalização", e a necessidade de remover os pontos de fricção com os Estados Unidos a fim de restabelecer a reputação brasileira frente às agências econômicas internacionais e sensibilizar os países credores no que se refere à negociação da dívida externa. Mesmo considerando que o projeto liberal tenha surgido como alternativa ao fracassado modelo de desenvolvimento voltado para dentro (especialmente nos países do Sul capitalista e do Leste europeu), no caso do Brasil, a adoção do projeto de reforma do Estado adquiriu características singulares, porque se chocava com os valores hegemônicos antes vigentes entre as elites brasileiras (especialmente os militares), como a soberania nacional, a autonomia e a industrialização como projetos nacionais (Lima, 1994).

Mas então, qual foi a influência ou em que medida esteve presente a preocupação com o projeto nacional nas percepções dos formuladores de política externa brasileira? Segundo Maia (2009) o projeto nacional pode ser entendido como conceito nativo empregado pelas elites intelectuais brasileiras que buscam formar ou modelar a identidade do país e o senso de destino no mundo afora. Ele identifica repertórios e linguagens distintos na modelagem do projeto nacional que contemplavam a ideia de periferia, o papel do Estado como instrumento do desenvolvimento e conteúdos culturais da identidade brasileira. Esses repertórios continuaram em operação mesmo depois que as condições externas haviam se alterado. A ideia de projeto nacional está frequentemente associada ao chamado desenvolvimentismo nacional, programa político-econômico que se desenvolveu no Brasil a partir dos anos 50 e que tem ligações com as teorias formuladas pela CEPAL (Comissão

Econômica para América Latina e Caribe da ONU). Nesse sentido, a resiliência do discurso do projeto nacional, diante da dissolução das condições materiais que deram lugar ao desenvolvimentismo chama atenção.

A tríade da normalização

Selecionamos três personagens para a análise das questões propostas para este trabalho: Gelson Fonseca Júnior, Celso Lafer e Rubens Ricupero. A escolha dos personagens não dá conta de todas as dissidências internas ao Itamaraty, mas reflete uma das possíveis vertentes de atuação em política externa desenvolvidas³.

Gelson Fonseca foi assessor do secretário-geral Paulo Tarso de Flecha e Lima durante o governo Sarney. À convite do embaixador Marcos Coimbra, cunhado do presidente Collor, atuou como assessor especial da presidência. Foi o responsável pelos discursos e pela agenda presidenciais. Com o impeachment de Collor, Fonseca deixou o cargo e mais tarde foi convidado (por Fernando Henrique Cardoso) a presidir a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), ligada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). Como presidente desta instituição, organizou uma série de seminários para discutir temas de política internacional, como aqueles que resultaram na publicação da coleção Temas de Política Externa. É interessante perceber que Fonseca não se coloca como um formulador político, mas como mero executor: "eu não estava ali formulando política externa, fazendo propostas políticas". Embora ele se coloque como figura secundária no processo de formulação da política externa brasileira, sua permanência e crescente importância ao longo do período em análise o qualifica para compor a tríade de "agentes da normalização", considerando que esse grupo assumiu um papel fundamental na afinação do discurso do Itamaraty e do governo Fernando Henrique.

Celso Lafer entrou no MRE em 1992, no contexto de uma reforma ministerial promovida pelo presidente Collor. A reforma havia sido desencadeada pela necessidade de "ampliar a base parlamentar" do governo em meio a uma crise institucional. Dessa reforma o PSDB, partido ao qual Lafer era filiado, se recusava a participar. Seu nome foi indicado pelo então ministro da Fazenda, Economia e Planejamento, Marcílio Marques Moreira, amigo íntimo de Lafer, "porque ele [Moreira] sentia que o entrosamento entre economia e relações exteriores era fundamental para o projeto de modernização que tinha em mente e para a

³ Para mais informações acerca do debate interno sobre a política externa, ver SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 50, n. 2, p. 42-59, 2007.

visão que o presidente tinha sobre a inserção internacional do Brasil" (Lafer, 1993:271). O convite só foi aceito depois de uma longa conversa com o presidente, articulada por Moreira, ao final da qual ele sairia com a impressão de que "teria a oportunidade de servir ao país iniciando algo novo e criativo" (Lafer,1993:273). Na visão de Lafer, o Itamaraty estava consciente sobre a mudança que havia ocorrido no mundo, mas esse diálogo não tinha um foco nítido. Parte dessa falta de foco se devia a uma questão administrativa: a reforma estrutural no Itamaraty, com a divisão da Secretaria-Geral, enfraqueceu o ministério. De modo que Lafer, ao assumir, reunificou a Secretaria-Geral e nomeou Luiz Felipe Seixas Correa para ocupá-la. Como primeira missão, o ministro teve que organizar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Conferência do Rio). Durante sua gestão, Lafer também comandou as negociações em torno do Acordo Quadro de Cooperação entre o Brasil e a Comunidade Econômica Europeia (CEE), nos campos comercial, científico-tecnológico e social. Ainda presidiu a delegação brasileira enviada à 47ª Assembleia Geral da ONU às vésperas de sua saída do ministério, no final de setembro de 1992. Na ocasião, defendeu a reformulação do Conselho de Segurança com a inclusão de outros países, como o Brasil e a Argentina, que disputavam esta posição, e a continuidade dos esforços para o desarmamento nuclear. Participou também da 22ª Sessão da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), onde o Brasil assinou o documento de adesão à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o chamado Pacto de São José. Em outubro de 1992, com a saída de Collor, Lafer seria substituído por Fernando Henrique Cardoso no MRE. Em 1995, Lafer seria nomeado embaixador-chefe da missão permanente do Brasil em Genebra.

Rubens Ricupero, embaixador de carreira, foi subchefe da Casa Civil do presidente Sarney, até ser nomeado assessor especial "na vaga criada pela indicação de Célio Borja para o Supremo Tribunal Federal" (Ricupero, 2011). Depois de 1987, passou a atuar como representante brasileiro no GATT e chegou a presidir o Grupo Informal de Países em Desenvolvimento e o Comitê de Comércio e Desenvolvimento. Nesta função apresentou suas críticas aos subsídios e às práticas comerciais ilegais empreendidas pelos países industrializados, notadamente os EUA e a CEE. Em 1991, foi nomeado embaixador em Washington, substituindo Marques Moreira que, por sua vez, seria chamado para ocupar o cargo de ministro da Economia, Fazenda e Planejamento de Collor. O nome de Ricupero também foi sugerido por Moreira ao presidente Collor, que por sua vez o sugeriu ao então ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek (Moreira, 2001:261). No período que passou em Washington, foi chefe da delegação do Brasil ante a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas e da delegação do Brasil na Conferência sobre Desarmamento, além de ter atuado como representante governamental brasileiro frente ao Banco Mundial, ao FMI e ao Banco Africano de Desenvolvimento. Como embaixador, colaborou com a

organização da Conferência do Rio, presidindo o Comitê de Finanças. No governo Itamar, em meados de 1993, seria nomeado ministro extraordinário para Articulação de Ações na Amazônia Legal. Com a fusão desse ministério, Ricupero passaria a ser o ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Sua gestão duraria apenas alguns meses. Logo ele assumiria o Ministério da Fazenda, então ocupado por Fernando Henrique Cardoso, que saíra para candidatar-se à presidência da república, em abril de 1994. Nesse cargo teve um papel de destaque como responsável pelo lançamento do Plano Real. Com a eleição de Fernando Henrique deixou o ministério da Fazenda para se tornar embaixador do Brasil na Itália, em 1995.

O primeiro aspecto relevante que gostaríamos de ressaltar são as ideias formuladas por nossos atores para entender o mundo que surgiu com o fim do conflito bipolar. Ricupero, no seu texto *Os Estados Unidos da América e o Reordenamento do Sistema Internacional (1996)*⁴, faz uma crítica tanto a tese de Fukuyama quanto a de Huntington. A interpretação de Fukuyama sobre o fim da História é considerada ingênua, ainda que não se descarte a tendência homogeneizante mundial, pressionada pela globalização econômica. Ricupero também não concorda com a explicação de Huntington, porque acredita que “teria havido algum exagero em identificar no nacionalismo o candidato mais plausível a sucedâneo da disputa ideológica da Guerra Fria” (p.103). Como o autor entende que a falência econômica do bloco do Leste foi a principal causa do fim da Guerra Fria (o fracasso do modelo de economia planificada dos países comunistas, que teria sido incapaz de suportar a competição com a dinâmica economia capitalista do bloco ocidental), o grande desafio do momento Pós-Guerra Fria seria encontrar o equilíbrio econômico que permitisse o desenvolvimento de “todos os povos do planeta”, afim de evitar o “retorno à barbárie e a falta de civilidade” provocados pela pobreza. Nesse sentido, a persistência dos fenômenos do desemprego e do afluxo de migrantes aos grandes polos econômicos adicionados às práticas políticas protecionistas responsáveis pela reprodução do subdesenvolvimento seriam ameaças graves ao sistema capitalista como um todo. O caminho proposto por Ricupero seria o desenvolvimento econômico conforme os postulados do liberalismo econômico. Daí sua insistência na inflação como mecanismo corrosivo e antidemocrático.

Nesse texto, Ricupero também apresenta sua explicação para a ordem internacional do Pós-Guerra Fria, que seria caracterizada pela homogeneidade em termos políticos (normas internacionais e princípios democráticos), pela tendência à homogeneização em termos econômicos, e pela heterogeneidade estratégico-militar que tinha como resultado a

⁴ Esse texto tem uma versão publicada em 1994, disponível em:
<http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudelpapers/06.php>

unipolaridade dos Estados Unidos. Esse era um mundo marcado pelo fenômeno da globalização. Nesse caso, o fenômeno da globalização, caracterizado pelo crescente estímulo ao intercâmbio de grandes empresas, cada vez mais centrais e mais influentes no comércio mundial (especialmente as dos setores manufatureiros), traria consigo um forte impulso para uniformizar normas e padrões internacionais e para a concentração dos investimentos estrangeiros diretos em torno dos Estados Unidos, da União Europeia e do Japão, os três grandes polos de irradiação em que: “O padrão de acumulação reflete com nitidez o domínio de cada um desses centros dinâmicos sobre a área de influência geográfica situada em sua periferia” (Ricupero, 1996:90). No caso do continente americano, sob a influência majoritária dos Estados Unidos, o Brasil seria exceção, pois a soma das inversões europeias seria maior do que a das inversões norte-americanas. Essa afluência dos investimentos diretos aos grandes pólos do poder econômico, por sua vez, atrairiam os financiamentos, as correntes de comércio e a transferência de tecnologia, e produziriam o fenômeno da concentração econômica, fazendo com que os países ricos se tornassem cada vez mais ricos. Nesse sentido, a globalização é entendida como um fenômeno negativo, que ameaçaria os países em desenvolvimento em geral, e mais especificamente, o Brasil. A ordem mundial que emergiria desse movimento de intensificação dos fluxos econômicos comerciais e financeiros (multifacetada e pluralista), estaria em contraste com o predomínio dos Estados Unidos na área estratégico-militar:

Articulando-se as peças desse mosaico, o desenho que emerge é o de um sistema internacional complexo, de certo dualismo, com tendência maior para o multi do que para o unipolarismo. Trata-se, no entanto, de modalidade sui-generis do multipolarismo, devido, em primeiro lugar, à presença de um líder [...] Desta vez, em parte por sobrevivência de uma das alianças do regime anterior e, mais ainda, por serem os EUA detentores do poder estratégico hegemônico e assim mais iguais do que os outros, o sistema tende ao multipolarismo mas obedece, mais ou menos claramente, à liderança americana (Ricupero, 1995:96)

Os Estados Unidos teriam uma “vantagem inigualável” por poderem atuar em todos os cenários, o que lhes conferiria “superioridade” e lhes permitiria exercer a função de “catalisadores das coligações de geometria e composição variáveis”, porque poderiam atuar como administradores de crise em contextos diversos (idem). A capacidade hegemônica norte-americana não era absoluta, como os fracassos das intervenções militares norte-americanas na Somália, na Bósnia e no Haiti, nos anos 90, “Mas, sem eles ou contra eles, os outros podem muito pouco” (Ricupero, 1995).

Ricupero ressalta ainda uma terceira característica da nova ordem: além da

manutenção de uma antiga aliança [ocidental], do equilíbrio complexo [vários cenários em que não há um único líder hegemônico], há também o recurso frequente ao multilateralismo para legitimar as ações norte-americanas. O multilateralismo é percebido como uma característica em expansão da nova ordem, ele é também alvo de críticas. Ao mesmo tempo em que a incorporação de novos atores aos organismos multilaterais apontava para a maior democratização do sistema internacional, percebia-se uma tendência por parte das grandes potências em utilizar tais organismos como meios para legitimar suas propostas de gerenciamento das relações internacionais. Segundo essa lógica, a incorporação de novos atores não representaria necessariamente a “abertura do sistema internacional” e a promoção dos valores ocidentais em todo o planeta, mas o aprofundamento das diferenças econômicas e políticas (e culturais) tendo como resultado o aumento da distância entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Enquanto representante brasileiro no GATT, Ricupero foi crítico à atuação norte-americana em relação à América Latina e considerou um exagero “falar-se em novo ordenamento quando o que se pretende não é substituir totalmente um sistema, como se fez em 1944-45, mas apenas adaptar aos novos tempos as instituições do período anterior [ONU, FMI, Banco Mundial]” (1996:101). Sua visão reúne elementos díspares ao diagnóstico sobre a nova ordem: ao mesmo tempo em que, no plano discursivo interno, há uma tentativa em de se diferenciar de uma linha de reflexão atrelada ao pensamento político brasileiro mais nacionalista (tanto nas agências governamentais como nas corporações industriais nacionais), produz-se também uma revalorização da identidade nacional e do papel do Estado, assim como se mantém a crítica à ingerência norte-americana no mundo. Nessa crítica, a possibilidade de ingerência seria responsável por uma desconfiança quanto à eficácia e a efetividade da ordem nascente.

Enquanto em Ricupero as explicações têm um fundamento econômico-estrutural, em que a competição econômica teria sido responsável pelo fim do comunismo e as negociações comerciais seriam o meio mais eficiente de promover a justiça social; em Lafer e Fonseca verificamos uma ênfase nos fatores ideais de promoção da paz e de valorização das identidades em congruência com uma linha de pensamento idealista das relações internacionais, como a escola inglesa, em que o desenvolvimento de organizações internacionais compartilhadas é essencial para garantir a crescente estabilidade da ordem internacional.

No artigo *Questões para a Diplomacia no Contexto Internacional das Polaridades Indefinidas* (1994), os autores apresentam suas observações sobre a ordem internacional do Pós-Guerra Fria a partir da construção de um mundo que se encontra em uma “situação de

transição”. Por esta razão, o Brasil como país médio, ou país-baleia (Lafer, 1992), precisaria adaptar-se “criativamente”, atualizando o seu modo de fazer política externa. Nesse contexto, os postulados teóricos vigentes (realismo e racionalismo) - que dominaram a produção de conhecimento na área de relações internacionais - não seriam suficientes para entendermos as mudanças em curso.

Uma das características principais da Guerra Fria era a de que os diversos campos tinham uma dinâmica clara, comandada por um processo global de rivalidade, em que as polaridades estavam definidas. (...) É certo que um mundo de polaridades definidas é mais previsível, o que, em certas circunstâncias, representa um componente favorável às escolhas estratégicas de longo prazo. Por isso, é também um mundo mais perigoso em termos globais (os riscos da falha de dissuasão e a tendência à globalização dos conflitos regionais) e, por isso mesmo, as pressões para o alinhamento diplomático são constantes. (Lafer e Fonseca, 1994:51).

Em um mundo repleto de incertezas, o Estado deve agir rápido, e de forma certa para “ganhar” o jogo das disputas de poder internacionais, e deve “construir” com rapidez e sensibilidade suas estratégias de inserção. Há aí uma demanda pela produção de um projeto nacional via reformulação da política externa cujo objetivo era garantir a modernização e o desenvolvimento econômico.

Os autores fazem uma distinção clara entre o mundo da Guerra Fria, cuja compreensão da ordem esteve fundada sobre a bipolaridade, com foco sobre o sistema internacional, sobre a dissuasão nuclear, sobre o equilíbrio do terror, sobre a hierarquia e a sujeição dos países à relação entre as superpotências (1994:51-52), e o mundo do Pós-Guerra Fria, em que a ordem deveria ser entendida através da observação de suas “forças básicas” (uma adaptação do termo “forças profundas” de Pierre Renouvin): as forças centrípetas, que cumprem uma função agregadora e são impulsionadas pela dinâmica da globalização; e, por outro lado, as forças centrífugas, desagregadoras, com impulso fragmentador, que guardam relação com as identidades nacionais.

As forças econômicas centrípetas, antes vistas como uma consequência descontrolada (positiva para uns, negativa para outros) do mercado, passariam a constituir agora a infraestrutura de um mundo de paz e desenvolvimento (1994:56). Para melhor entender a dinâmica dessas forças que configurariam o sistema internacional como intrinsecamente contraditório, Lafer e Fonseca defendem que o Pós-Guerra Fria compôs-se de dois ciclos distintos. O primeiro ciclo seria marcado pelo otimismo na criação de um consenso em torno dos valores liberais da democracia e do livre-comércio, pela crença na vitória do liberalismo e em suas instituições. A Queda do Muro de Berlim (1989) e a Guerra do Golfo (1990) seriam os grandes marcos do período. O tema da Nova Ordem Internacional

teria passado a fazer parte da agenda internacional não mais como uma reivindicação dos países pobres, mas como um acordo de comunidades irmãs. É à derrota de Saddam Hussein, em 1991, que os autores atribuem o crescimento do otimismo na ação do Conselho de Segurança da ONU, que por sua vez teria superado os impasses produzidos pelo poder de veto das cinco potências do período da Guerra Fria. Nesse contexto, o sistema internacional parecia estar se transformando em uma autêntica comunidade internacional composta por países ou sociedades que compartilham valores e produtos sem fronteiras ou preconceitos. Nesse quadro, “a própria noção de soberania teria de ser refeita, já que passaria a estar balizada por necessidades da comunidade internacional” (1994:57).

No primeiro Pós-Guerra Fria “dois modelos de hegemonia” poderiam ser vislumbrados. No primeiro modelo, os Estados Unidos emergiam como único líder, caracterizando o sistema como unipolar. No segundo, os Estados Unidos conservava-se como líder, mas seus movimentos seriam acompanhados por outros países desenvolvidos; seria o modelo chamado de coalizão legítima ou, em uma vertente mais otimista, o modelo da democracia em expansão. A expectativa gerada por esse otimismo liberal parecia também indicar que o grau de conflito entre formas de legitimidade seria baixo (diferentes visões de mundo não implicariam em conflitos militares) e que a disjunção entre poder e ordem (distância entre o desejo do que tem o poder de maximizá-lo e a possibilidade de manter a ordem estável) estaria resolvida. Aquele que possui poder e o que possui legitimidade coincidiria, seria a encarnação do desejo de todos os atores internacionais.

Como o modelo utilizado proposto pelos autores indica, as forças centrípetas combinam impulsos econômicos e valores políticos, e conseqüentemente, produz a necessidade de reforço das instituições internacionais. Dessa forma, a conclusão de que uma ONU reformada e pluralista poderia garantir a segurança coletiva parece lógica. Por essa razão, o enfraquecimento do Estado diante dos processos transnacionais, forçaria a acomodação das soluções nacionais em termos cada vez mais próximos dos comandos universais (1994:59). O desmantelamento da União Soviética e a decomposição da Iugoslávia, em 1991, marcariam o início do segundo ciclo do Pós-Guerra Fria. Esse ciclo seria definido pela emergência de nacionalismos e disputas étnicas (como a Guerra dos Balcãs) e pela implantação de práticas capitalistas promotoras de conflito em ambientes incipientes onde antes vigorava a economia planificada. As forças centrífugas e desagregadoras dominariam e reverteriam “o otimismo iluminista de 1989” (1994:60), de modo a colocar em xeque a legitimidade das organizações internacionais na resolução de conflitos.

Nesse debate, é curioso notar que, para Lafer e Fonseca, a globalização e as forças centrípetas não necessariamente coincidem; ao contrário, consistiriam coisas diferentes,

guiadas por interesses e valores distintos (1994:63). Dessa forma, a dedução aparentemente lógica que associa o maior fluxo econômico à geração de maior estabilidade sistêmica não é corroborada pelos autores, que advogam a necessidade de uma “globalização qualificada” que leve em conta a heterogeneidade de valores compartilhados entre os diversos atores internacionais. Se coexistirem percepções distintas sobre a globalização e mesmo sobre os modelos de produção capitalistas no interior do bloco ocidental em função da falência das práticas neoliberais, novas formas de legitimidade deveriam ser buscadas via diálogo. Essa revisão conceitual se estende para a discussão acerca da obsolescência do Estado. Se, no primeiro ciclo Pós-Guerra Fria, o Estado era entendido como um obstáculo ao desenvolvimento, depois de 1991, os questionamentos passam a girar em torno da maneira como o Estado poderia lidar com as forças da globalização.

Há muitos pontos em comum entre os modelos de Ricupero, de um lado, e Lafer e Fonseca, de outro. Ambos destacam a dificuldade em definir o sistema e sua inerente contradição: a harmonia mundial em torno dos valores ocidentais é contrastada pelo desequilíbrio na distribuição dos recursos econômicos no plano internacional; a posição de liderança dos Estados Unidos é questionada dadas condições de governabilidade do sistema “de um líder”; e o Brasil, como país semi-industrializado, é visto como capaz de realizar seu “projeto nacional” autônomo e colaborar positivamente para a estabilidade da ordem nascente.

O lugar do Brasil na NOI

A identificação desse mundo que está “em transição” entre o novo e o velho modelo de modernização, colocava novas questões para os diplomatas brasileiros: como conviver com uma potência cujos recursos de poder são tão grandes em um mesmo continente? Quais seriam os benefícios ou malefícios dessa convivência? Lafer (1993), em entrevista concedida ao CPDOC, coloca o problema:

a política externa brasileira (...) havia sido pensada tendo em vista a relação Leste-Oeste e a relação Norte-Sul, esta articulada nas brechas da primeira. O fim da relação Leste-Oeste significou grosso modo que, do ponto de vista político, o movimento dos não-alinhados, no qual sempre mantivemos uma atitude de observadores reticentes, perdeu seu objetivo, e do ponto de vista econômico, o Grupo dos 77, onde nossa ação sempre foi muito importante, viveu uma redução de seus recursos de poder (1993:6).

A substituição de um regime autoritário por outro democrático não significou a imediata substituição de um regime econômico fechado e protegido por um sistema aberto

de livre-comércio estrito senso. O grande dilema brasileiro, no entanto, permanecia sendo a modernização econômica. Contudo, o caminho da modernidade exigia investimentos em qualificação de mão de obra, desenvolvimento de tecnologia e abertura comercial. O diagnóstico comum ao grupo estudado era claro: o mundo tinha mudado, a estrutura econômica tinha se alterado, e o modelo de desenvolvimento adotado pelo país, com industrialização via substituição de importações em regime protecionista já não respondia às exigências de um mercado global competitivo. Essas exigências forçariam a transformação do perfil de produção das economias periféricas, especializadas na produção de bens primários, com emprego de mão de obra barata e não qualificada. A tendência decrescente do preço desses produtos levaria essas economias a um impasse. A modernização era urgente.

A partir de suas análises sobre a configuração da ordem internacional, nossos personagens também produziram indicações de ação para a inserção do Brasil no mundo.

Em seu texto *O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular* publicado em 1995, Ricupero analisa as relações internacionais do Brasil com seu entorno continental. Em sua opinião, não se pode abstrair o papel “muitas vezes determinante” que os Estados Unidos representou nas relações com a América Latina. De modo que, para se entender o papel da América Latina na política externa brasileira, deve-se pensar em termos de uma relação triangular caracterizada simultaneamente caracterizada por assimetria (quando diz respeito às relações bilaterais do Brasil e dos países latino-americanos com os EUA) e por simetria (o relacionamento do Brasil com a América Latina).

A aliança do Brasil com os Estados Unidos teria sido marcada por um cálculo estratégico baseado tanto na existência de uma “convergência ideológica” no campo dos valores e das aspirações, como no reconhecimento de um diferencial de poder entre os dois países. Essa relação teria determinado a subordinação da América Latina às relações preferenciais com o maior parceiro comercial do Brasil. Essa aliança teria deixado de ser “não escrita”⁵ para formalizar-se com o alinhamento brasileiro aos Aliados na Segunda Guerra Mundial em 1942 e finalmente com a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) de 1947, que estabeleceu os marcos da cooperação militar intracontinental. Com a Guerra Fria e o acirramento dos conflitos ideológicos expressos pela crescente bipolarização do sistema internacional, assim como a escassez de recursos norte-americanos destinados aos países latino-americanos, vai se desenvolvendo o que Ricupero chama de “diálogo de surdos”. Esse diálogo é caracterizado pela distância entre os clamores norte-americanos por engajamento latino-americano nos temas de segurança, e as percepções

⁵ Bradford Burns, E. *The Unwritten Alliance: Rio-Branco and Brazilian-American Relations*. New York: Columbia University Press, 1966, iii, <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=100700198>

desses países sobre o vínculo existente entre o subdesenvolvimento e a instabilidade política. De um lado, a defesa intransigente do livre-comércio e da necessidade de investimentos privados nacionais e estrangeiros com intervenção mínima do Estado; de outro, a defesa de um modelo alternativo de desenvolvimento ancorado pelo processo de industrialização via substituição de importações, em que o Estado teria um papel fundamental, cuja expressão ideológica seria a teoria do desenvolvimento formulada pela CEPAL.

Ainda segundo Ricupero (1995), no Brasil, o fortalecimento dos grupos nacionais e de uma vertente de pensamento nacionalista com fundamentos econômicos funcionaria como motor da desintegração do “consenso ideológico anticomunista da Guerra Fria” nos anos 50 e 60, o qual nos aproximava dos Estados Unidos (p.335).

As tensões entre Brasil e os Estados Unidos ficariam evidentes durante o governo Carter (1977-1981). Como reação às pressões norte-americanas por maior liberdade política e pelo abandono do projeto nuclear brasileiro, o governo Geisel denunciou o tratado militar Brasil-Estados Unidos em 1977. Esse período de divergência nas relações Brasil-Estados Unidos teria correspondido, segundo Ricupero (1995), a um movimento de aproximação com os governos latino-americanos no governo do general Figueiredo, momento marcado pela gestão do chanceler Saraiva Guerreiro durante a qual se firmou o acordo tripartite entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai que encerrou a questão das águas compartilhadas na região de Salto de Sete Quedas (RS), e adotou-se a posição de “neutralidade relativa” diante do conflito das Malvinas, entre a Argentina e o Reino Unido, em 1982.

Contudo, afirma Ricupero, a “latinoamericanização” da política externa brasileira só poderia se completar depois da segunda crise do petróleo (1979), que deu impulso ao processo de reorganização econômica mundial e produziu uma longa década de estagnação econômica na América Latina - a “década perdida”. Além disso, a instabilidade latino-americana, caracterizada pelo recrudescimento da crise política centro-americana e a reação intervencionista dos Estados Unidos (Panamá e Guatemala), permitiram uma convergência única dos interesses de países como o México, a Venezuela, a Colômbia, e o Brasil, em torno da concretização do processo de redemocratização da região. É nesse contexto que se destacam a participação brasileira no Grupo do Rio (que reunia Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, ao lado de México, Venezuela Colômbia e Panamá) e a aproximação com os países vizinhos - a Argentina, o Uruguai e o Paraguai - em torno dos temas da redemocratização e do desenvolvimento econômico. Dessa forma, o processo de negociação das dívidas externas dos países latino-americanos teria sido permeado pelas sucessivas crises econômicas e políticas com os Estados Unidos (que atuavam tanto no plano multilateral quanto no bilateral) que produziram um quadro de escassez de recursos econômicos e de dependência dos programas de ajustes das agências internacionais.

À divergência entre o Brasil e os países latino-americanos em relação ao ritmo de superação da crise econômica, e em razão da dificuldade brasileira em superá-la, acrescentava-se a própria crise política interna. Essa sobreposição de crises reforçou a imagem internacional do Brasil como um país que não estava dando certo, como um perdedor, um país atrasado. Ainda assim, a possibilidade de inserção do país em uma nova ordem internacional é avaliada com otimismo por Ricupero, porque forneceria as condições necessárias para o país exercer sua capacidade de iniciativa e autoafirmação. Descartados o “maniqueísmo bipolar” e o perigo de destruição nuclear, que davam margem ao alinhamento automático dos países periféricos e reprimiam as reformas sociais em escala global, tem-se um quadro de reordenamento mundial cujo signo é a democratização. Dentro desse quadro montado pelo autor, as chances do Brasil atuar de forma significativa seriam grandes, já que o país teria “condições de contribuir, junto com os EUA e outros países, para muitas das coalizões que serão crescentemente necessárias para enfrentar os grandes desafios globais” (Ricupero, 1995:353).

Quais seriam as credenciais brasileiras para inserir-se no mundo? Para Ricupero, o país poderia ser considerado um exemplo para a região, por não ter se desviado da promoção da democracia como um valor, nem abandonado a defesa de ações multilaterais para atingir seus interesses. A atuação brasileira na organização e no encaminhamento da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e o engajamento brasileiro no tema da desnuclearização continental (como signatário do TIAR, parceiro da Argentina na ABACC e defensor do desarmamento em escala global) poderiam então ser mencionados como exemplos dessa credencial brasileira, que vincularia o Brasil ao mundo ocidental. Como o Brasil não era nem uma potência nuclear, nem uma potência militar regional, não poderia mais representar uma ameaça à paz global. Essa convergência de valores seria responsável pela aproximação do Brasil à potência regional, os EUA, nesse momento. Essa aproximação, na visão de Ricupero, mais uma vez, não se traduz por subordinação. Não tendo “seguido” a onda de abertura econômica de países como o México e o Chile, o Brasil deveria lançar mão de um “projeto nacional” a fim de superar a “partir de dentro” os constrangimentos externos criados pela dívida externa e pelo aumento da dependência econômica (1995:354): “com o êxito da estabilização e do retorno do crescimento, o alinhamento é desnecessário e voltam a existir as condições de autonomia e de diversificação da cooperação externa (idem)”.

Por essas razões, o Brasil teria um lugar marcado no grupo de países emergentes com capacidade de influir no cenário internacional e de atuar de forma pró-ativa. Mas havia um único caminho para a realização dessa capacidade, reformar-se internamente, controlando a inflação e retomando a trilha do desenvolvimento e participando ativamente da política internacional. A política exterior então teria um papel fundamental para a consecução desses

objetivos, porque seria capaz de produzir o consenso necessário à atuação internacional.

Fonseca e Lafer (1994) defendem, como já dissemos, uma globalização qualificada, que combinasse integração econômica com soberania estatal. Nesse sentido, a ação diplomática deveria ser resultado do discernimento entre a perspectiva verdadeiramente nacional e uma perspectiva global para as modalidades de inserção internacional. Não há, sob essa perspectiva, uma relação necessária entre a supressão da autonomia estatal e o processo de globalização, mas, ao contrário, a globalização seria benéfica para o Brasil porque lhe permitiria aperfeiçoar seus mecanismos institucionais, inclusive diplomáticos, modernizando-os, democratizando-os, seguindo a “linha de uma adaptação criativa”.

Os autores defendem uma posição ativa do Brasil no sistema internacional. Uma posição que permitisse ao país exercer sua autonomia de potência média. Essa defesa não se caracteriza apenas como um projeto nacional defensivo, mas, ao contrário, tem um forte conteúdo afirmativo, que advoga inclusive uma capacidade de transformar o sistema internacional através da imposição do valor da tolerância: “Na verdade, as regras a presidirem os complexos equilíbrios entre globalização e autonomia é que podem levar a uma ordem mais justa e mais estável, mais permeada pela tolerância” (1994:70) porque “só com uma visão própria, portanto autônoma, do processo internacional, teremos condições de influenciar e de nos valer dessas indefinições” (1994:71). Ainda que, de um lado, haja uma inegável crítica à globalização enquanto processo de reposição hegemônica (que permitiria que as potências atuassem de forma intervencionista), por outro, não há uma solução que prescindia da relação com o mundo externo, é preciso se inserir: “a autonomia só será exercida com sucesso se levarmos em conta a necessidade de aceitar a inevitabilidade da globalização e soubermos aproveitar a sua dinâmica” (1994:71).

Para alcançar os objetivos definidos pelos autores, seria preciso desenvolver uma ação diplomática que levasse em consideração: a dispersão da agenda internacional com a importância cada vez maior dos temas ligados aos direitos humanos, ao meio-ambiente, à migração, etc; o novo papel, atribuído à diplomacia, de mediadora dos diversos interesses defendidos pelos vários grupos sociais nacionais (estatais e não-estatais); e a importância da tolerância como “valor-guia” da ação internacional do país.

Lafer e Fonseca defendem uma posição pró-ativa do Brasil no cenário internacional configurado nos anos 90, fundamentando o argumento sobre as credenciais que o país teria: a estabilidade política adquirida com a redemocratização (nesse sentido, Lafer destacou algumas vezes a importância da conclusão do processo de impeachment do presidente Collor como etapa fundamental para o fortalecimento democrático); o histórico diplomático do país, baseado na estabilidade do Ministério das Relações Exteriores, fruto do processo de

burocratização e institucionalização ocorrido ao longo da segunda metade do século XX, que permitiu que os diplomatas compusessem um corpus coerente e fortalecessem seu papel de formuladores da política externa.

Diferente de Ricupero, que, em função de sua experiência como representante brasileiro nos foros econômicos multilaterais, sublinha o aspecto econômico das credenciais brasileiras, Fonseca e Lafer dão maior destaque aos aspectos, digamos, político-diplomáticos porque acreditam que essas credenciais são fruto "da própria história pacífica do país no cenário regional e mundial" (1994:77).

Em outro texto⁶, Lafer (1993) define mais claramente as estratégias fundamentais para garantir a inserção internacional: "visão de futuro", "adaptação criativa" e "parcerias operacionais". A primeira implicava estabelecer um nexo entre a realidade e a vontade de um país. A segunda estratégia consistia em ter a capacidade de transformar as situações aprioristicamente desvantajosas em oportunidades para fortalecer vínculos com outros governos através de uma atuação multilateral eficaz. A noção de "parcerias operacionais" guarda estreita relação com a percepção de que o Brasil é um país de interesses gerais que poderia exercer diferentes funções no cenário internacional, especialmente a de mediador entre os vários povos. No campo econômico, o país tinha necessidade de estabelecer parcerias comerciais com os EUA, com a CEE e com o Japão, seguido por países asiáticos e, por último, com a América Latina. Para ele, a América Latina "não é [seria] uma parceria, mas [...] a nossa circunstância" (Lafer, 1993:78). Ele enxergava nichos de oportunidades também na China, em Israel e no Irã.

Nesse contexto de transição econômica e política, os temas de integração regional e de fortalecimento de blocos econômicos passam a ser motivo de debate. O mundo parecia caminhar para a interdependência, e o Brasil deveria caminhar junto. A aproximação com a Argentina já estava em curso, mas qual modelo seguir: o da Comunidade Europeia, atrelado a integração econômica e monetária, ou o dos Estados Unidos de formação de uma área de livre comércio sem coordenação política?

Fonseca (1998) reforça a posição de Lafer, de que a América do Sul (não mais a América Latina) seria a nossa "circunstância". Em uma nova reformulação, agora conectada com as transformações internacionais, a integração voltava a ser projeto, mas reduzia seu raio de ação. Nos anos 90 e início de 2000, a política externa brasileira incorporaria em seu discurso a ideia de integração da América do Sul, realizada com a constituição do Mercosul com Argentina, Paraguai e Uruguai, e a adesão de Estados associados como a Bolívia, o Chile,

⁶ A política externa do governo Collor. Política Externa, vol.1, n.4, março de 1993.

a Colômbia, o Equador e o Peru. A criação dessa área representou a substituição da noção de integração latino-americana como determinada pela carta constitucional de 1988, fruto de um processo de integração regional malfadado iniciado nos anos 60, com a criação da ALALC (Associação Latino-Americana para o Livre Comércio) e sua posterior transformação em ALADI (Associação Latino Americana de Integração) nos anos 80. A América do Sul deixa então de ser a "fronteira-separação" para tornar-se "fronteira-cooperação" (Lafer e Fonseca, 1998). A construção desse novo espaço diplomático pode ser entendida como um processo de substituição estratégica da noção de América Latina pela de América do Sul. Em função da imagem negativa da América Latina como uma região fadada ao não cumprimento dos acordos internacionais, ao desvario político-administrativo e ao caos estrutural, parece ter havido um consenso das elites políticas brasileiras sobre a necessidade de construir uma nova imagem do Brasil capaz de viabilizar a inserção do país em um contexto internacional estruturalmente modificado (Spektor, 2010).

Segundo Ricupero (1995), a América Latina no período em análise teria apresentado uma inflexão em direção ao Estados Unidos e as práticas liberais do Consenso de Washington. Por isso, há nos anos 90 uma aparente contradição entre os interesses dos vários países da região – notadamente os da Argentina e do México - e os do Brasil. Um projeto como a Iniciativa para as Américas (1991), que preconizava a criação de uma área de livre comércio no continente americano representava para o Brasil uma ameaça à sua organização econômica, em virtude do perfil concorrencial das demais economias da região. Tampouco era interessante para o país perder o acesso preferencial ao mercado latino-americano. Como não existia, entre as elites dirigentes nacionais, vontade de abrir mão da autonomia no campo das negociações comerciais, o sistema internacional configurado pelo “multipolarismo” econômico se apresentava como uma oportunidade do país ser um ator global. De acordo com Ricupero (1995), a contradição de rumos entre os caminhos seguidos pelos países latino-americanos no momento posterior a euforia da redemocratização e o interesse brasileiro em manter o ritmo do crescimento econômico e continuar o processo de modernização demandaria do Brasil um investimento maior em parcerias com os polos econômicos mundiais mais dinâmicos.

Conclusão

Entre os anos 1989 e 1994 desenvolveu-se uma reflexão acerca do lugar do Brasil no mundo que foi influenciada tanto pelos movimentos de abertura política e econômica que ocorriam no plano internacional como pelas transformações no plano doméstico. Essa reflexão ficou registrada em depoimentos orais, textos publicados em periódicos, artigos de

jornal e mesmo em livros e documentos oficiais (ou não).

Buscamos, através da análise de documentos diversos, sintetizar as principais contribuições de Gelson Fonseca, Celso Lafer e Rubens Ricupero, chamados de tríade da normalização, para o entendimento da nova ordem internacional, marcada pela globalização e pela emergência dos Estados Unidos como superpotência solitária, e suas respostas para a questão do lugar que deveria ocupar o Brasil, como potência média, no mundo, e mais fundamentalmente sobre quais as chances do Brasil seguir com seu modelo de desenvolvimento autônomo diante das restrições impostas pelo fim da Guerra Fria.

A reflexão objeto desse estudo apresentou e atualizou elementos presentes em formulações políticas anteriores à redemocratização que marcaram o processo de industrialização brasileiro a partir dos anos 30, como a preocupação com a autonomia representada pelo pensamento econômico estruturalista da CEPAL e pelas ideias de “nacionalismo de fins” de Hélio Jaguaribe (1958); e a necessidade de formulação de um projeto nacional. Mais notável é que as reflexões desenvolvidas por esses personagens se caracterizam como um processo de reformulação das idéias interno, no Ministério das Relações Exteriores, que buscou atualizar os princípios de atuação dessa elite burocrática (autonomia, projeto nacional) adequando-os às novas contingências internacionais (globalização e reestruturação da economia mundial).

É possível inferir que o processo de renovação política e de ideias que cortou a sociedade brasileira nos anos 90 atravessou também o Itamaraty e produziu o debate a que ora nos referimos. Esse debate esteve pautado sobre as condições possíveis para o Brasil retomar o caminho do desenvolvimento sem abrir mão de sua identidade ocidental, vinculada ao estabelecimento da democracia e do modelo de economia capitalista, garantindo o exercício de sua autonomia. Nossos personagens destacam o processo de globalização como caminho possível para o Brasil e atribuem à falta de consenso político no plano interno as principais dificuldades enfrentadas pelo país durante os anos 80. A ideia de normalização das relações do país é parte importante do projeto nacional, são ambas entidades indissociáveis, que adicionam um componente novo ao cálculo político: o componente externo. Isso não significa que o componente externo não tenha exercido influência sobre a política externa brasileira ou mesmo sobre decisões políticas internas ao longo da história do país, mas nos anos 90, o que há de novo, é a articulação ideológica de ideias dispersas através das várias correntes de pensamento, notadamente as de desenvolvimento e soberania, de um lado, e a de inserção econômica internacional (necessária para a conclusão do ciclo de evolução de uma economia capitalista), unindo os que defendiam maior autonomia para o país através do fortalecimento do Estado, com os grupos que advogavam a necessidade de se abrir para o

mundo. Em segundo lugar, destacamos que é um momento único em que se produz uma reflexão sobre o papel do Brasil no mundo. Essa alteração perceptiva pode ser atribuída, dentre outros fatores, à redemocratização política interna, mas também global, às crises econômicas e ao processo de reestruturação da economia mundial.

Referências bibliográficas

ABREU, M.P. A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990;

AMORIM, Celso; e PIMENTEL, R. S. A América Latina diante da Regionalização e do Multilateralismo. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol.15, nº2, jul/dez 93, pp.175-192;

AMORIM, Celso. A integração sul-americana. DEP: Diplomacia, Estratégia e Política, n.10, (out./dez.2009) Brasília: Projeto Raul Prebisch;

APPADURAI, A. Modernity at large: cultural dimensions of globalization. University of Minnesota Press, 1996;

ARBILLA, José María. "Arranjos institucionais e mudança conceitual nas políticas externas argentina e brasileira (1989-1994)". Contexto Internacional, 22 (2): 337-386, 2000;

ARSLANIAN, Regis P. O recurso à seção 301 da legislação de comércio norte-americana e a aplicação de seus dispositivos contra o Brasil. Brasília: Instituto Rio Branco, 1994;

BETHELL, L. O Brasil e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica. Revista Estudos Históricos, Vol. 22, No 44 (2009);

BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro, o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000;

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos & THORSTENSEN, Vera. Do Mercosul a Integração Americana, Política Externa, 1 (3), dezembro 1992: 122-145;

CARDOSO, F.H. A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República. Rev. Bras. Polít. Int. 44 (1): 5-12 [2001];

CASTRO, Rafael Fernández & LIMA, Maria Regina Soares. Las aspiraciones internacionales de Brasil y México em política exterior. In: L.N. Antonio Ortiz Mena et al. Brasil y México: Encuentros y Desencuentros. México: Instituto Matias Romero, 2005;

CERVO, Amado Luiz. "Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: enfoque paradigmático", Revista Brasileira de Política Internacional, v. 46 (2), 2003, pp.5-25;

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 25, Nov. 2005;

FONSECA JR. G. A Legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações. São Paulo: Paz e Terra, 1998;

GOLDSTEIN, J; e KEOHANE, R. (eds.) *Ideas and foreign policy: beliefs, institutions and political change*. Cornell University Press, 1993;

HIRST, Mônica (org.) *Brasil-Estados Unidos na transição democrática*. (Coleção Estudos Ibero-americanos) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985;

HUNTINGTON, S.P. The clash of civilizations? *Foreign Affairs*, 72, 3, Summer 1993;

IKENBERRY, G. J. *After Victory: Strategic restraint and the rebuilding of order after major wars*. New Jersey: Princeton University, 2005;

IKENBERRY, G.J. The Reestructuring of the International System after the Cold War. Trabalho apresentado na II Conferência da Regional Powers Network, abril de 2009, FGV;

JERVIS, R. *Perception and Misperception in international politics*. Princeton University Press, 1976;

KAARBO, Juliet. *Power Politics in Foreign Policy: The Influence of Bureaucratic Minorities*. *European Journal of International Relations*, 1998;

KEOHANE, R. O. e GOLDSTEIN, J., "Ideas and Foreign Policy: An Analytical Framework", in: Keohane, R. O. e Goldstein, J. (eds.), *Ideas and Foreign Policy. Beliefs, Institutions, and Political Change*, NY: Cornell University Press, 1993, pp. 3-30;

LAFER, Celso & FONSECA, Gelson. A problemática integração num mundo de polaridades indefinidas. *Integração Aberta - Documento de trabalho do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais de Portugal*, 1995;

LAFER, Celso. Reflexões sobre a Inserção Internacional do Brasil no Contexto Internacional. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, nº11, jan/jun 1990, pp.33-43;

LAFER, Celso. Entrevista concedida ao CPDOC. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, p. 271-284;

LIMA, M. R. S. *The political economy of Brazilian Foreign policy: Nuclear energy, trade and Itaipu*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Department of Political Science - Vanderbilt University, 1986;

LIMA, Maria Regina S. de. "Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior

brasileña. América Latina/Internacional, vol.1, n.2, otoño/inverno 1994;

LIMA, Paulo T. F. Caminhos diplomáticos. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1997;

MAIA, João Marcelo E; "The intellectual roots of Brazil's national project", mimeo (2009);

MOREIRA, Marcílio M. Diplomacia, Política e Finanças: de JK a Collor, 40 de história por um de seus protagonistas. Objetiva, 2001;

PINHEIRO, Letícia. "Traídos pelo Desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea", Contexto Internacional, vol.22, n.2, 2000, pp.305-344;

RICUPERO, Rubens. Os Estados Unidos da América e o Reordenamento do Sistema Internacional. In: Fonseca & Nabuco de Castro (orgs.), Temas de Política Externa Brasileira. Paz e Terra, 1997;

RICUPERO, Rubens. Visões do Brasil.Ed. Record, 1995;

SANTORO, M. Idéias, Diplomacia e Desenvolvimento: Política externa argentina de Menem a Kirchner. Tese de Doutorado, IUPERJ, 2008;

SPEKTOR, Matias. Ideias de ativismo regional: a transformação das leituras brasileiras da região. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 53, n. 1, July 2010.

SODRÉ, R. Abreu. No Espelho do Tempo: meio século de política. São Paulo: Best Seller, 1995;

URT, J.N. Construção de confiança na América do Sul: a política externa do governo Figueiredo (1979-1985). Dissertação de mestrado – IREL-UNB, 2009;

VIANNA, L.W. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira. Dados [online]. 1996, vol.39, n.3 ISSN 0011-5258;

VIEIRA, Marco Antonio M. C. (2001). Idéias e instituições: a política externa brasileira no pós-Segunda Guerra Mundial e no pós-Guerra Fria. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, IRI PUC-Rio;

VIGEVANI, Tullo et al. The role of regional integration for Brazil: universalism, sovereignty, autonomy and elites' perception. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 51, n.1, 2008;

VIZENTINI, P.F. Relações Internacionais e Desenvolvimento: o Nacionalismo e a Política Externa Independente, 1951-1964. Petrópolis: Vozes, 1995;

WESTAD, Odd Arne. The Global Cold War: Third World interventions and the making of our times. Cambridge University Press, 2006;

WILLIAMSON, J. What Washington Means By Policy Reform. In: Latin American Adjustment:

How Much Has Happened? Edited by John Williamson, 1990.



Entrevista de John French

Concedida a

Flavia Veras; Felipe
Ribeiro; Luciana
Wollmann; Lucina
Matos¹

Autor de vários livros, dentre os quais *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo (1900-1950)* e *Afogados em Leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*, John French é indubitavelmente, uma das grandes referências para a História Social do Trabalho no Brasil. Mas não apenas isso. Profundo conhecedor da História do nosso país, French fala com desenvoltura de diferentes autores nacionais e sobre aspectos do folclore brasileiro. Interessa-se por temas relacionados à escravidão, legislação, política, economia, cultura popular – tanto em escala “local” quanto “global”.

¹ Doutorandos (as) pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais – CPDOC/ FGV.

“Generalizações sempre são muito perigosas”, nos alertou John French durante a entrevista que concedeu à revista Mosaico no saguão do hotel onde estava hospedado, em Copacabana. A assertiva referia-se aos cuidados que os pesquisadores devem ter ao estudar a classe trabalhadora, mas bem que poderia ser aplicada à trajetória do historiador, brasileiro, estadunidense e militante John French.

Pronunciando um português impecável de quem viveu anos no Brasil, French nos recebeu muito gentilmente para uma entrevista, um dia após proferir a sua conferência no II Seminário Internacional Mundos do Trabalho, realizado na FGV em novembro de 2012. Vestindo uma blusa azul-democrata - lembrança da última campanha presidencial de Barack Obama a qual se engajou amplamente – o pesquisador norte-americano nos contou um pouco sobre a sua trajetória acadêmica e sua militância política aprendida em casa que aliás, não se limitou apenas a seu país de origem.

Residindo em outros países desde tenra idade devido ao ofício do pai, um teórico em física, French morou na Holanda e depois, no México onde se envolveu amplamente com o movimento estudantil que fervilhava naqueles anos de 1967 e 1968. Retornando aos EUA e já convicto da profissão que desejava seguir, French matriculou-se no curso de Graduação em História no Amherst College, diplomando-se em 1975 após finalizar a sua *honors thesis* sobre a relação entre Franklin Roosevelt e os movimentos operários entre 1934 e 1936.

As inquietações suscitadas por sua pesquisa, assomadas à sua declarada curiosidade empírica com relação à América Latina, certamente motivaram-lhe uma nova partida para o México, desta vez para realizar o mestrado em História do México na Universidade de Pittsburgh. Convicto das articulações possíveis entre os países para além das fronteiras do Atlântico Norte, French optou pelo doutorado em História do Brasil pela Universidade de Yale, em 1985, sob orientação da Professora Emília Viotti da Costa.

Docente na Universidade de Duke, John French dedica-se atualmente à elaboração do seu mais novo livro sobre o ex-presidente Lula. A sua versatilidade como pesquisador, bem como a diversidade presente em seu campo de atuação e áreas de interesse, certamente tornariam aqui qualquer tentativa de generalização um tanto “perigosa” e certamente injusta.

Gostaria primeiramente que o Sr. falasse um pouco da sua trajetória e de como surgiu o interesse em estudar o Brasil. Pois, no livro o “ABC dos operários” é dito que isso partiu da experiência com os Estados Unidos e com a Europa.

O meu pai era teórico em física e eu morei por um ano na Holanda quando tinha cinco, seis anos. Também cheguei a aprender francês depois de sair do primário, porque eu passava os verões no Quebec, Canadá. Depois, quando eu estava com quatorze anos, o meu pai^[1] estava colaborando com físicos na Universidad Nacional Autónoma de México. Assim eu cheguei a aprender espanhol e passei um ano no México, entre 1967-1968, morando em Copilco ao lado da UNAM - que é a maior universidade da América Latina - exatamente no ano quando houve grande crescimento dos movimentos estudantis. Eu passei muito tempo dentro da universidade coletando panfletos, assistindo algumas manifestações. Era um momento de grande inflexão, aumentado em tal nível para atingir as grandes crises, os grandes movimentos estudantis de 1968. O meu contato com a América Latina foi durante o ano do guerrilheiro heroico, porque o Che Guevara foi morto naquela época, e eu já era politizado antes disso, porque a minha família estava contra a guerra do Vietnã já em 1966, quando a maioria do nosso povo a apoiou e fundou a revista *Underground* na minha escola. Eu voltei aos Estados Unidos antes da matança em Tlatelolco^[2] no México. Foi bem óbvio que o governo mexicano estava preparando uma ação, porque aumentaram o muro ao redor da Universidade para poder isolá-la e fazer uma ocupação. Eu cheguei de volta em Rochester, New York, em 1968, que também era um grande momento de ebulição, com o

assassinato de Martin Luter King, em abril. Então, eu entrei no movimento estudantil secundarista, assim eu era uma pessoa politizada e atuante já no final dos anos 1960 e começo da década de 1970.

Depois de terminar o colégio, eu fiz uma coisa – hoje em dia eu acho que os pais norte-americanos não deveriam permitir -, mas, com dezoito anos, eu fui para o México, sozinho, de ônibus, para passar três meses fazendo curso sobre América Latina no América Latina no Centro Intercultural de Documentación (CIDOC) - que era um Centro em Cuernavaca - perto da Cidade do México, dirigido por Iván Illich. Era um Centro que fazia parte da igreja onde havia padres envolvidos com a teologia da libertação e exilados latino-americanos. Eu tive contato vivo com a situação da América Latina e desde cedo tive minha opção pela história definida. Eu lia muito sobre história, e então decidi pedir orientações a um professor muito famoso da área nos EUA – Herbert Gutman - que foi uma figura fundamental na “nova história operária” e estudava também a história afro-norte-americana. Ele me sugeriu estudar no Amherst College, que era uma faculdade de 1.250 estudantes, todos homens, que foi aceitar mulheres apenas em 1975 quando eu já estava saindo. Eu sabia desse professor porque o filho de Herbert Gutman era membro do nosso grupo de estudantes secundaristas, então, estávamos sempre fazendo reuniões na sua casa.

E sobre o seu interesse em pesquisar o movimento operário?

O que eu fiz em Amherst não foi história da América Latina, foi história dos EUA e história europeia. Eu comecei com um ano de curso, quase um ano, a ter aulas sobre Alemanha e outros aspectos da história da Europa, para ter uma base, mas não estudei história inglesa.

E não propriamente dos trabalhadores, também?

Você não pode falar da questão da Alemanha, do nazismo, sem pensar na Revolução Russa, sem pensar nos movimentos operários europeus. Mas, em termos da história norte-americana, que era minha especialização, eu estudei sobre história operária norte-americana com professores na Universidade de Massachusetts-Amerst, mas a minha escola, em termos dos EUA, tratava da história do povo negro e a história operária que

surgia na academia naquele momento. As duas coisas estavam no ápice e eu tive oportunidade de fazer o curso com pessoas interessantes e bem conhecidas como Bruce Laurie, Julius Lester e Johnnetta Cole. O meu TCC (*honors thesis*) foi sobre uma questão fundamental, que era a relação entre Franklin Delano Roosevelt e os movimentos operários entre 1934 e 1936[3]. Exatamente a época entre a eleição dele e as grandes greves em 1932. Houve a passagem de um tipo de código de trabalho, a estruturação de uma nova relação entre os operários e as grandes corporações baseadas na sindicalização das grandes indústrias. O fato é que Roosevelt chegou a ser visto como o grande salvador do povo, no meio de uma depressão terrível, mais terrível do que aqui [no Brasil]. Isso não significava que ele, a pessoa que “deu” uma legislação, que “apoiou” a sindicalização ou deixou espaço para uma posterior sindicalização ocorrer decorrente das grandes greves na indústria automobilística (“Flint Sitdown Strike” de 1936-37), quisesse ou aceitasse que isso acontecesse massivamente. Roosevelt era de uma família muito rica, uma pessoa de posses, sua família teve outros presidentes. Ele não era uma pessoa de esquerda tampouco. Na realidade, a relação entre ele, os movimentos operários organizados e a esquerda organizada era conflituosa, porque na realidade ele “deu” uma legislação, mas dentro das possibilidades. Ele cedeu espaço com o objetivo de salvar o capitalismo por meio de reformas. O grande impacto que isso promoveu foi à formação de uma relação de conflito e cooperação, de resistência, de grande popularidade e de crítica. Era uma relação muito menos autoritária, eu diria, do que a relação entre Vargas e o movimento operário dada a existência de uma democracia eleitoral há muito tempo, mas com falhas como a desqualificação de analfabetos e da grande maioria do povo negro como votantes. O desafio analítico com Roosevelt foi entender as complexidades da política, pois os cálculos do presidente de uma família oligárquica não eram tão próximos dos interesses dos dirigentes sindicais, da esquerda e da classe operária como tal.

E foi justamente a partir dessa experiência e de repente pensando em um exercício comparativo que o Sr. teve interesse pelo Brasil?

Terminei a tese e saí de Amherst em 1975. Depois eu fiz dois anos de trabalho político como liderança nacional do movimento de solidariedade com o Chile após o golpe. Os acontecimentos neste país com a eleição de Salvador Allende e a Unidade Popular foram muito impactantes e o choque do golpe militar de 1973 foi poderosamente sentido no mundo inteiro. Foi neste contexto que eu encontrei, com vinte e dois anos de idade, a minha esposa Jan (e ainda estamos juntos), somos dois brasilianistas[4].

O Sr. é brasilianista há mais de trinta anos e é identificado como um brasilianista diferente...

Eu não sei, todos os indivíduos são diferentes (risos).

...Digo em relação à maioria da produção dos brasilianistas. Até na orelha do “ABC dos operários” é colocado isso. Tem uma referência dizendo: é um brasilianista de novo tipo, sem tantas estatísticas, um brasilianista que vai a fundo na história social. Como o Sr. se vê na condição de brasilianista?

Interessante... sempre têm aspectos aleatórios na trajetória das pessoas. Depois de dois anos fazendo política sem ganhar dinheiro, mas muito satisfeito com a vida, eu decidi fazer um curso de doutorado. Eu pedi entrada apenas para uma universidade. Eu estava querendo fazer história operária norte-americana, mas não consegui bolsa e decidi fazer de qualquer jeito, mesmo tomando dinheiro emprestado no banco etc. Cheguei a ir à University Pittsburgh para estudar com David Montgomery,[5] um dos professores mais famoso na área naquela época- uma pessoa altamente interessante que chegou a lecionar em Yale e, como visitante, na Unicamp - mas ele estava fora por um ano. Então, eu decidi estudar América Latina e demorei dois anos para terminar o mestrado e três anos me preparando para fazer história do México no século XIX, porque era esse o meu projeto. Ele era vinculado com a minha tese de mestrado, que depois virou um dos meus primeiros artigos[6], que foi sobre a intervenção estrangeira nos anos 1860 em Tampico, no estado de Tamaulipas. O meu projeto era estudar as grandes lutas políticas lideradas por Benito Juárez[7] - você pode ver uma semelhança com o projeto anterior sobre Roosevelt e os

movimentos populares. Hoje, muitos jornalistas e mesmo alguns ativistas, por falta de conhecimento, sempre dizem que Evo Morales é o primeiro presidente indígena na América Latina, mas isso é falso. Benito Juárez era de origem puramente Zapotec. Ele só aprendeu a falar espanhol com nove anos quando foi para a cidade morar com a irmã, que era empregada numa casa. Ele foi uma pessoa muito famosa por ser o líder dos liberais que chegaram a derrotar os conservadores e a Igreja Católica, e capitaneou a resistência contra a invasão dos franceses (1861-1868). Depois virou presidente por mais de nove anos. É uma figura totalmente incrível, uma pessoa que ocupa um espaço muito interessante, mas também, de um lugar do México que tem uma política muito diferente em comparação com o Império no Brasil. A política no México com a experiência de uma guerra de independência sangrenta e posteriormente, de guerras civis e de resistência anti-imperialista, produziu um povo muito mais lutador e menos subalterno do que aqui numa sociedade baseada na escravidão. Falando comparativamente: houve uma guerra de independência terrível, dezenas de milhares de pessoas foram mortas. Contudo, tais guerras e revoluções, ao mesmo tempo impulsionam primeiro uma conscientização, uma politização de camadas subalternas da população, mas também criam a crença na capacidade de que o povo pode influir. Houve vários países na América Latina no século XIX com pessoas estigmatizadas racialmente que conseguiram chegar a posições de influências políticas e até a ser presidentes, mas quase todos eles são lugares onde houve guerras, porque quem vai lutar não é, em geral, as camadas altas. E, numa guerra, a capacidade de provar-se é uma coisa que deixa as pessoas subirem. Isso não quer dizer que as guerras são boas, mas, ao mesmo tempo, os resultados de vez em quando, são bons.

No México os trabalhadores tiveram uma experiência revolucionária muito grande, o Sr. fala da Argentina na entrevista que deu para o livro *Na Luta por Direitos*. O Sr. defende que nesse país os trabalhadores tiveram uma experiência muito ligada à praça pública, enquanto que, no Brasil ela esteve mais ligada a questão da CLT, que teria promovido uma consciência legal. O Sr. acha que a experiência de classe dos trabalhadores brasileiros está

**mais envolvida com a questão legal do que propriamente com o ganho da praça pública?
Como é que o Sr. vê a formação de classe dos trabalhadores brasileiros?**

É difícil fazer generalizações sobre países grandes como México e Brasil, porque, mesmo em grandes mobilizações e conflitos, como a revolução mexicana (1910-1917) em que 1 milhão de pessoas foram mortas em sete anos, existiram regiões onde não houve grande participação popular. A revolução do México apenas chegou a alguns lugares três, quatro, sete, dez anos depois, já terminada a luta em nível nacional. Generalizações sempre são muito perigosas, especialmente quando você está falando de regiões e países que são quase totalmente rurais. Na realidade, a transformação da América Latina para majoritariamente urbana aconteceu apenas nos anos 1960. Falando do passado do Brasil, temos que pensar primeiro na realidade de um país rural e também no grande peso da escravidão, porque essa forma de trabalho é a origem não apenas da população brasileira, mas também, de muito dos aspectos do autoritarismo na sociedade. Pensando em lutas populares, as chamadas rebeliões regionalistas do século XIX, se tivessem tido êxito, a história brasileira seria outra. Se você analisar a Cabanagem vai ver algumas dessas tendências, que mostram a participação das pessoas abrindo espaço, mesmo sendo escravos, participando das rebeliões nas quais, oficialmente, não estava sendo prometido o fim da escravidão. Mas, no caso de êxito poderia ter causado a morte do regime. Todos os povos e situações têm possibilidades, mas elas são abreviadas quando você tem uma articulação nacional do poder centralizado, baseado no escravismo e com a possibilidade de derrotar rebeliões, que sempre eram regionais e não chegaram a ser uma tentativa com capacidade nacional. Eu acho que considerar a geografia do México ajuda um pouco para apreender isso. Tomar a cidade do México é muito fácil, no Brasil [para o êxito de uma rebelião nacional] seria necessário tomar quatro portos importantes. Mas, o peso regional no Brasil mostra uma faceta bem distinta, em termos das possibilidades, de uma política nacional. A nacionalização da política no Brasil é uma conquista do século XX, especialmente das décadas de 1970-80. Levando-se em conta a composição da classe operária principalmente a partir dos anos 1940, há uma integração nacional, marcando, nos anos 1960 e 1970, uma transformação. Boa parte da população mais humilde daqui [Rio de Janeiro] é nordestina. Eu acho que essa questão de conformação de algum tipo de unidade

coletiva é uma coisa muito difícil, pois existem muitas diferenças e, às vezes, rivalidades entre os povos de regiões diferentes. A legislação do trabalho deixou um espaço para

construir um diálogo, que foi articulado pelos ativistas sindicais e políticos da classe trabalhadora, que sabiam como vincular o imediatismo de pessoas saindo de situações ruins e chegando à cidade, mas encontrando decepções com a realidade da vida urbana. Quase todos os operários que eu entrevistei, quando eles saíram pela primeira vez da fábrica com o pagamento, achavam isso uma maravilha - ter dinheiro em mãos era uma coisa fora do comum para pessoas das áreas rurais. O problema era quando eles encontravam a realidade - naquela época as pessoas que eram analfabetas, não sabiam números e matemática. Como é que eles iriam compreender o mundo no qual o dinheiro que recebeu em mãos, em duas semanas, vai ter um terço do valor? A alta inflação acompanhou o desenvolvimento capitalista no Brasil, a partir dos anos 1940, finalmente chegou ao cúmulo no final dos anos 1980. Imagina o impacto da inflação! Eu e Danny James já escrevemos sobre essas questões de como é que o dinheiro foi compreendido pelas pessoas pobres e pela classe trabalhadora[8], porque dinheiro em si é algo mágico, não tem nenhuma razão para uma coisa de papel ter significância: vou comprar algo de você com isso. É bem complicado, você pode imaginar para essas pessoas. Você tem que pensar de onde é que as pessoas estão chegando, em termos das suas experiências. Todos eles são competentes. Eles estão tentando manobrar um mundo novo, compreender como atuar dentro disso, mas, ao mesmo tempo, eles estão encontrando regras e fenômenos que eles não compreendiam. Quase todas as mobilizações populares daquele período eram vinculadas com as questões da carestia e inflação. Essas duas coisas são fundamentais. Vou escrever um artigo em algum momento sobre isso. A figura dos “tubarões” era muito importante naquela época, tanto no discurso popular e quanto no discurso de políticos chamados de demagogos, mas também dos comunistas. Os “tubarões” eram as pessoas responsáveis pela carestia. Se você não tem uma inflação muito alta não tem esse problema, por isso há pouco discurso sobre “tubarões” hoje em dia, a ideia de que tem alguma coisa muito poderosa que está comendo

o poder aquisitivo da população. Uma das coisas que não tem sido utilizada nas pesquisas são os trabalhos dos folcloristas. Na maioria das vezes, os trabalhos deles são ignorados pelos historiadores. Temos Silvo Romero no século XIX, mas também o movimento folclorista organizado a partir dos anos 1920 e 30. E não apenas Câmara Cascudo, cito Edson Carneiro e outros. Aqueles movimentos foram os únicos a captar vozes populares numa sociedade com desprezo total pela maioria da população, para quem nem se queria dar educação. Se podiam dominar e controlar a sociedade, ter empregadas e empregados que não iriam criar dificuldades, porque você precisava de educação? Os folcloristas saíram para captar aspectos desses discursos populares, isso é uma fonte que as pessoas ainda não chegaram a explorar adequadamente apesar do número de publicações de folclore ser grande aqui no Brasil. Edson Carneiro^[9], por exemplo, que tem um museu do folclore com seu nome, é uma pessoa altamente interessante. Rebelde secundarista (junto com Jorge Amado), vinculado à esquerda comunistas nos anos 1930. Era um ativista e pesquisador de grande originalidade. De origem mulata, foi comprometido com o movimento negro, mas também uma pessoa com uma verdadeira missão em relação à ideia de que temos de captar a voz do nosso povo. É uma coisa impressionante. Uma das poucas obras que chegou a utilizar suas ideias foi a de Nei Lopes^[10], que este ano recebeu o título *honores causa* pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Fiquei muito feliz. Ele tem um livro sobre a música dos negros no Rio de Janeiro, no qual pega todos os sambas e outras coisas captadas por folclore e folcloristas. Se vocês estão estudando bairros operários e coisas desse tipo, isso é uma fonte importante, porque são diferentes dos processos jurídicos e dos anais dos sindicatos. Se você quer captar alguma coisa que vai abranger algo mais profundo, você tem que procurar outras coisas que podem ser difíceis de encontrar, mas que mesmo oferecendo restrições, abrem a imaginação. Tem um bom exemplo disso, no caso do livro de Tom Rogers *The Deepest Wounds*, um livro importante que ainda não foi publicado aqui^[11]. Ele estuda a relação entre o ambiente dos operários e da classe patronal em Pernambuco, na Zona da Mata. Analisando o discurso de que o ambiente natural é muito desenvolvido em termos das classes cultas. Joaquim Nabuco, Lins do Rego, Gilberto Freyre, todos eles tem coisas muito bonitas e muito úteis para compreender a visão do mundo social e o ambiente da zona do açúcar^[12]. Mas, difícil é encontrar a visão dos operários açucareiros. Tom, no entanto, achou umas observações em um folclorista, alguma coisa em um livro de

memórias, uma canção de Jackson do Pandeiro que nasceu na região. Dá para formar um capítulo, naturalmente com menos riqueza e conteúdo do que a visão do ambiente do mundo social dos patrões e da classe dominante, mas ao mesmo tempo é bem útil, porque cria um contraste. É menos difícil fazer isso nas cidades, porque tem maior documentação

em comparação com as condições da Zona da Mata onde a maioria da população é analfabeta ainda hoje, mas com uma capacidade de contar histórias bem desenvolvidas que exigem análises cuidadosas como fez Rogers em um artigo[13]. Essa é uma realidade bem difícil e a música, as festas, são áreas nas quais você pode captar algo daquela história, daquela visão do mundo que é bem distante do mundo urbano.

Com o surgimento nos anos 1950 e 60 de uma série de greves ou protestos no Brasil relacionados à carestia, a problemas de abastecimentos, ao racionamento de açúcar e a diversos outros alimentos e tendo em vista que vários desses operários eram analfabetos (e não tinham direito ao voto) podemos tentar entender a construção de uma espécie de economia moral desses trabalhadores, seria esse o caminho?

Eu acho que sim. Todo mundo tem inteligência, não é uma coisa baseada em de onde você nasceu. Como meu pai gostava de dizer, tem um monte de Einsteins que estão nascendo diariamente em lugares afastados, muito pobres, que nunca vão ter educação nem alfabetização necessária para que pudessem atingir suas potencialidades como Einsteins. A capacidade intelectual não depende da minoria que serão chamados de gênios; ela está distribuída em todo lugar. Há pessoas nos lugares mais afastados, menos favorecidas que tem a inteligência para compreender o mundo e oferecer explicações sofisticadas para os outros. Encontrar pessoas desse tipo foi uma coisa fundamental nos trabalhos feitos pelos sociólogos que estudavam fábricas e comunidades nos anos 1970, especialmente em São Paulo. De vez em quando, eles têm um parágrafo sobre alguém que eles entrevistaram e que tinham uma visão, uma explicação do mundo bem clara. Essa visão pode ser um pouco idiossincrática, porque essas pessoas são autodidatas, não são pessoas

com educação, não são cultos, mas elas têm uma capacidade de colocar as coisas na mesa vendo o mundo de uma forma bem bonita, muitas das vezes, poética. Em geral, pessoas com mais educação chegam a ter uma visão um pouco dicotômica entre ciência e história, mas você tem essas coisas que são poesias, músicas e etc. Na realidade a visão do mundo é muito mais rica se você tem uma visão um pouco mais poética baseada em simbolismos e até em noções sobrenaturais. É a mesma coisa sobre a história: se você não reconhece que a imaginação é importante e, no caso do nosso ofício, uma imaginação que tem que ser controlada e disciplinada. É possível ir além do que você pode provar, deve-se mostrar na própria forma de escrever que está sendo feita uma extrapolação. Assim, você ganha o leitor com a riqueza, poder de atração e honestidade do seu argumento.

Uma questão que não podemos deixar de perguntar é sobre o populismo. O seu livro teve uma repercussão muito grande no debate sobre esse tema, inclusive influenciando bastante as produções que procuram fazer uma releitura do termo atualmente. Gostaríamos de saber como o Sr. vê essa produção acadêmica e, dentro do possível, que falasse um pouco sobre o que o Sr. pensa sobre o “trabalhismo”.

Já tem tanta coisa escrita sobre isso, que não há muito mais o que dizer. O trabalhismo não faz exatamente parte da história da classe operária em São Paulo. Sei que houve um projeto aqui [no Rio] para falar mais sobre isso, mas este debate agora está um pouco defasado, principalmente, a partir do êxito do governo de Lula. Eu acho que as pessoas precisam perceber que a situação mudou um pouco em termos dos debates neste momento histórico. Mas existem artigos interessantes. Há um livro organizado por Jorge Ferreira^[14], mas eu acho que o campo já mudou um pouco. Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a questão neoliberal, veio o discurso dele de sepultar o populismo, acabar com a era Vargas. Em reação, algumas pessoas chegaram, inclusive, a reivindicar a era Vargas de forma, digamos, um pouco idealizada, mas isso foi algo vinculado com o debate político daquela época. Agora estamos em um Brasil diferente, eu acho que já não tem o mesmo impacto. Esse é um debate de quinze anos atrás. Hoje em dia há uma situação diferente... Isso não quer dizer que a discussão sobre populismo vai desaparecer. Pode ser que daqui a dez anos tenhamos um novo debate sobre populismo, mas as coisas estão andando em direções diferentes agora. Hoje em dia, a única coisa vinculada a isso é a

questão do chamado “lulismo”. Eu e o Alexandre Fortes temos um artigo que trata disso^[15]. É muito difícil pensar o chamado “populismo/lulismo” como sendo manipulação, como ocorria com Getúlio Vargas, um homem altamente autoritário, pertencente à classe dominante do Rio Grande do Sul e sem nenhuma visão democrática. Getúlio Vargas, Ademar de Barros, Jânio Quadros e Lula têm muita coisas em comum, mas são bem distintos em

outros aspectos fundamentais. O que devemos pensar sobre a popularidade de uma figura histórica, de uma personalidade histórica, como Lula? Essa é uma questão na qual sempre se encontrou grande resistência entre os historiadores e cientistas sociais, mas é de grande interesse para mim. Esta é a base do livro que estou escrevendo sobre a liderança de Lula.

O Sr. fala inclusive da importância da questão simbólica da eleição do Lula. O Sr. poderia falar um pouco sobre isso, sobre o impacto simbólico que a eleição do Lula representou na população brasileira?

“Como é que vamos ter opinião sobre a vida política, se somos tão pequenos, mal educados e sem cultura?” Na realidade, essa pergunta expressa o preconceito internalizado pelas classes dominadas aqui no Brasil. Isso sempre foi o grande trunfo do controle político sobre o povo brasileiro. Essa discussão consta um pouco no nosso artigo [sobre Lula, escrito com Alexandre Fortes], mas também existe em outros discursos do Lula^[16]. Não digo nos documentos do PT, porque eles são totalmente diferentes dos discursos do Lula. Não é que eles estejam em conflito propriamente, mas são coisas diferentes. Intelectuais gostam de ler e escrever manifestos e documentos partidários e Lula faz o contato com a maior parte do povo. Ele fala bem, eloquentemente sobre luta contra o preconceito. Eu tenho uma citação muito bonita em que ele diz: “(...) o preconceito da casa grande contra a senzala, dos homens contra mulheres, dos brancos contra negros, etc.”, mas ele não está dizendo que é culpa dos grupos, porque é o seguinte: negros não votam em negros, mulheres não votam em mulheres, pessoas da classe popular não votam em pessoas de origem popular, porque eles não acreditam neles. Você pode trabalhar em um posto de gasolina e isso não quer

dizer que você não tenha inteligência, uma capacidade de atuação. Por isso, desnaturalizar as hierarquias é fundamental, incluindo as formas de preconceito linguístico[17]. A abertura de oportunidades é sempre parte das políticas populares, abrir espaço para a expressão, para o simbólico. Por exemplo, a incorporação, em termos simbólicos, do povo negro durante a época Vargas, com o reconhecimento cultural das suas atividades e criatividade, colocando inclusive o samba no processo comercial do governo, definindo-o oficialmente como cultura nacional, foi um momento muito característico do chamado populismo. Processos semelhantes ocorreram em quase todos os países da América Latina. Houve uma abertura para as questões raciais, para obter-se um reconhecimento que poderia ser simbólico ou altamente autoritário. Você pode ver isso no livro muito bom de Claudia Neiva de Matos, “Acertei no milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio”, que mostra que o fato do governo pagar aos sambistas já era um reconhecimento[18]. Os artistas, com a malícia típica do carioca, escreviam sambas que tinham aparentemente um tom conformista, mas que, ao mesmo tempo, estavam fazendo uma crítica ao governo. Eles poderiam pensar: “as pessoas de cima acham que são muito inteligentes, mas nós estamos pegando o dinheiro deles e não fazendo exatamente o que estão pedindo”. Então, isso já é alguma coisa, mas para obter um reconhecimento ainda maior, é preciso ir além do campo simbólico. A ideia de que uma pessoa “como nós” está governando o país, é poderosa. É a mesma coisa para as jovens mulheres de hoje em dia. O fato de ter uma presidente mulher não vai transformar a situação das mulheres em si, mas daqui a quinze anos as moças que tem seis anos hoje, vão passar quatro anos - possivelmente oito, não sei - sabendo que existem mulheres competentes, mulheres com autoridade governando o país e isso vai abrir a mentalidade delas para a possibilidade de fazer isso também. Porque na realidade, a representação das mulheres na política brasileira é terrível, é uma das piores do mundo, é uma coisa que não avançou muito desde 1985.

Na sua entrevista em “Na Luta por Direitos” o Sr. chegou a mencionar uma coisa que ainda hoje é muito cara na discussão política, sobretudo para a classe trabalhadora, que é a questão da legislação trabalhista. O Sr. disse que acredita que ela nunca foi concebida para ser real e que por isso, seus idealizadores, seus elaboradores, puderam ser tão generosos. Este argumento, inclusive, foi reforçado no livro “Afogados em Leis”. Como o Sr. explica a

elaboração dessa legislação trabalhista e sua resignificação posterior ao longo da história brasileira?

Eu acho que isso, na realidade, foi um debate no Seminário Internacional do GT Mundos do Trabalho, especialmente a partir de um comentário de Sidney Challoub. Uma boa parte das fontes que utilizamos são fontes jurídicas e por isso existe uma tendência de darmos mais importância aos direitos que as pessoas reivindicam, aos direitos que elas

acham que têm ou que chegaram a conhecer que existem. Então, se você diz: “o povo está reivindicando direitos, isso é bom”. Existe a tentação em enfatizar o fato de que ele “tem direitos”, que ele pode “reivindicar direitos”, em dizer que o sistema de dominação e exploração está aberto de alguma forma fundamental etc. Mas há uma tendência de superestimar a importância da lei e de não pensar de uma forma mais estrutural medindo o poder dentro do mundo jurídico. Para cada caso que chega até a Justiça do Trabalho, existem dez pessoas que não entram, porque sabem que na maioria das vezes não vai dar certo. Donald J. Black^[19] oferece no seu livro *The behavior of law* uma sugestão que devemos medir a quantidade de lei que as pessoas, camadas, gêneros e classes sociais tem a sua disposição, mesmo considerando um sistema jurídico baseado na igualdade perante a lei. A nossa missão não é reconhecer o *agency*, a capacidade de ação dos oprimidos, demonstrando que não são apenas vítimas. Porque a definição de um ser humano é a sua capacidade de atuação. A questão é que a capacidade de atuar, a amplitude desta possibilidade e do êxito que se pode esperar é muito menor para uma boa parte da população e muito maior para as pessoas ricas, cultas. Existem muitos que têm familiares em posições poderosas, que fazem parte de redes de clientela e tem a capacidade de influir de forma muito maior do que uma pessoa que vive em um cortiço no centro de São Paulo. Então, esta questão de *agency* - mostrar que as pessoas tentam fazer as coisas e que elas conseguem de vez em quando - essa é a verdade da vida. Não é a mesma coisa que fazer um julgamento sobre a natureza de um sistema de poder e a distribuição de riquezas e oportunidades. Porque, muitas vezes, sistemas de dominação criam instituições jurídicas

exatamente para criar um espaço para atrair a insatisfação, pois não se pode desprezá-las totalmente. Assim, diminui-se a pressão e a possibilidade de algum estouro. Por exemplo, nas colônias espanholas, onde era grande a população indígena, existia toda uma justiça voltada para os índios. É muito bom a existência disso. Pessoas que fazem uma apologia do colonialismo espanhol vão dizer que tal medida mostra a capacidade e interesse da Coroa para reconhecer e proteger os direitos das pessoas dominadas, com maiores dificuldades e etc. Mas, na realidade, aquele sistema jurídico era parte de um sistema opressor. Eu acho que temos que ter muito cuidado com a questão do direito. É preciso pensar um pouco além das fontes jurídicas.

Como o Sr. analisa, enquanto brasilianista, os trabalhos sobre o Brasil?

Nos anos 1960 e 70 os livros de estrangeiros tiveram uma importância ímpar dentro da historiografia brasileira, numa época em que era muito menor o número de pessoas com ensino superior. Mas o Brasil também perdeu historiadores de alta qualidade na época do regime militar, como a minha orientadora em Yale, *Emília Viotti da Costa*, que foi “aposentada” na USP, um grande ganho para a academia norte-americana. Você pode dizer que naquela época, livros norte-americanos ou franceses eram importantíssimos, em algum aspecto, para o estudo da história do Brasil, ainda que supervalorizados por serem escritos por estrangeiros. Mas eu acho que hoje em dia há uma diferença em termos da produção de história. Há produção de todos os tipos, seja de jornalistas ou historiadores, sobre história no Brasil, tendo como exemplo a existência de tantas revistas populares de história.

Nos anos 1970 e 80 sempre era dito que o “Brasil é um país sem memória”, mas hoje em dia, na realidade, podemos dizer que o Brasil está se descobrindo, que os brasileiros estão procurando saber sobre a história do país, que é muito fascinante e ainda tão pouco conhecida. É muito fácil fazer um “estouro” em termos de história no Brasil. Eu estava vendo na livraria recentemente, que finalmente temos um livro sobre o Barão de Itararé, que foi um famoso humorista comunista. Eu acho que tenho 15 mil citações de coisas vinculadas com as minhas pesquisas no Brasil, onde coloco todas as minhas anotações sobre um livro ou um artigo, etc. Mas hoje em dia a primeira coisa que eu faço é ver as novas teses e dissertações aqui do Brasil, porque tem um monte de coisas novas e muito acessíveis. A produção desse nível é muito alta e existem pesquisas interessantes sendo feitas

mensalmente. Naturalmente, qualquer tipo de produção – livros, teses – a maior parte não vai ser transformadora, mas quase todos trazem alguma coisa nova. Na realidade, hoje em dia as contribuições estrangeiras tem muito menos importância do que antes. E deve ser assim mesmo. No caso dos EUA, o livro do visitante francês Alexis de Toqueville, “*A democracia na América*”, publicado em 1830, seria impossível de ser escrito por um norte-americano estadunidense, não apenas por causa da perspectiva que um estrangeiro tem sobre nosso país em um determinado momento, mas também, porque não havia as

condições intelectuais para esse tipo de análise. Não tínhamos poetas e filósofos interessantes ou coisa assim. A capacidade coletiva em nossa sociedade não permitia alguma coisa semelhante, uma visão empírica e filosófica, uma interpretação como a do livro de Toqueville, que foi escrito por um estrangeiro que é reconhecido como fundamental para nossa identidade como norte-americanos.

Os balanços sobre a historiografia da classe trabalhadora fazem uma relação direta entre os acontecimentos históricos e a alta ou a baixa quantidade de estudos sobre o tema em questão. Por exemplo, depois da queda da União Soviética, houve certa diminuição no interesse em estudar a classe trabalhadora. O Sr. acredita que a eleição de um operário para presidente do Brasil pode ter desencadeado um maior interesse sobre estudo da classe trabalhadora no país?

Primeiro, quando você está falando de produção acadêmica, qualquer acontecimento político vai demorar uns dez anos para ter um impacto. Porque na realidade escrever um livro, terminar uma tese, fazer pesquisa, demora muito. Para transformar tese em livro, ainda mais. Em geral, você está falando de uma situação em que qualquer impacto vai ser sentido depois. Houve interesse no movimento operário entre os jovens nos anos 1980, que entraram em programas de doutorado nos anos 1990, época em que supostamente as coisas deveriam estar em queda, mas as pessoas levaram em frente. Eu acho que o campo de pesquisa dos mundos do trabalho é uma coisa que foi gestada, no mínimo, a partir de

1997, com o planejamento e com as reuniões que foram feitas, mesmo sem saber que um presidente [de origem operária] iria ser eleito. O momento chegou, embora não houvesse muito espaço pra isso, e deu certo. Hoje, naturalmente, as condições pra captar recursos e coisas assim são muito melhores, estamos numa época em que o presidente é de esquerda e é vinculado ao movimento sindical. De qualquer forma, achei bem estranho no seminário [II Seminário Internacional Mundos do Trabalho] ter havido tão poucas pessoas mencionando e estudando Lula e os metalúrgicos do ABC.

Com base no artigo que o Sr. publicou com o Alexandre Fortes, como analisa a eleição do Lula e o crescimento do chamado “lulismo”?

Veja bem, se você pegar as campanhas eleitorais de Lula, o voto do PT nunca chegou a ser mais de 30% da votação dele. O Lula sempre teve um apelo, uma capacidade de falar e convocar, além do partido. A história dele tem um impacto e atrai simpatias. Uma figura política de êxito numa democracia, que serve como vetor para ansiedade, para esperança e para uma série de coisas desse tipo. Se você quer falar de “lulismo”, pode-se dizer que é um fenômeno existiu na política brasileira bem antes dele chegar à presidência e também existiu no movimento operário no ABC. Na imensa bibliografia sobre as lutas operárias dos metalúrgicos no ABC, os cientistas sociais sempre falavam do Lula como produto da classe metalúrgica ou Lula como “representante da opinião dos metalúrgicos”. O tipo de explicação oferecida pelo marxismo, pela história social ou de várias perspectivas teóricas modernas, era de desprestigiar o papel do indivíduo e maximizar as coletividades ou estruturas. Mas, se você pega as imagens de lutas - eu fiz a contagem - na época das presidências do Lula no sindicato dos Metalúrgicos do ABC você vai ver que em 1/3 das fotos, ele está presente.^[20] As pessoas que trabalhavam para o sindicato não achavam que Lula era “apenas um dos companheiros”. Nas grandes assembleias, Lula sempre falou mais ao final da reunião, quando os operários gritavam: “Lula, Lula, Lula...”.

Há intelectuais que acham que você não pode reconhecer que uma pessoa é um gênio. Não devemos manter essa ideia de menosprezar a contribuição individual. É um problema que no curso que estou ministrando agora para os meus estudantes de doutorado

tentamos lidar. Estudamos sobre as guerras de independência e estamos lidando com a figura de Simon Bolívar e outras pessoas desse tipo. Não se trata de voltar para a história dos “grandes homens” (ou pode ser mulheres). Isso é uma questão fundamental, teórica e metodologicamente. Mas é necessário reconhecer que grandes momentos históricos e grandes movimentos sociais tendem quase sempre a ter figuras que são consideradas pelas massas - pelas pessoas envolvidas - como sendo fundamentais e emblemáticas da luta. Por exemplo, a Revolução Cubana com o papel de Fidel Castro. Sem Fidel e sem as suas

capacidades e características individuais, não iria acontecer o que aconteceu. Mas a questão é a seguinte: “a Revolução Cubana é igual a história de Fidel?” Não, não é isso! É que as duas coisas são totalmente envolvidas e quando chegou o momento dele decidir cortar os laços com o capitalismo - depois da invasão norte-americana - e declarar-se comunista-marxista-leninista, a maioria da população de Cuba não estava preparada para isso. Mas ele escolheu o momento certo pra fazer isso, com a justificativa “Eu apoio Fidel” a transição foi feita. Com isso, pode ser que pessoas tenham chegado a ser comunistas. Vamos dizer, no sentido que intelectuais gostam de pensar e outros vão permanecer “fidelistas”. Assim, você pode reconhecer que o fenômeno ao redor da Revolução Cubana e de Fidel são permeados por uma complexa relação entre pessoas, ideologias, motivações, etc. A ideia que eu tenho é que o vínculo pessoal com Fidel é uma coisa fundamental. O livro que estou terminando agora é sobre a política a astúcia de Lula, abordando desde o sindicalismo até a presidência. Mas é uma astúcia, ou malícia (que você pode ter no mesmo sentido da capoeira) que tem uma natureza de liderança na forma de exercer e criar poder e de mover as pessoas, que é muito semelhante desde a época de sindicalista. A única diferença é que ele mudou de um sindicato para a construção de uma central sindical e de um partido, depois para as campanhas presidenciais, utilizando, exatamente, a mesma forma de liderança, que, na realidade, também é bem brasileira. A liderança de Lula, inclusive, é bem diferente de Hugo Chaves. Eu tenho até um artigo fazendo uma comparação entre Chaves e Lula[21]. Chaves era uma pessoa muito mais polarizadora que política. Ele é também uma pessoa que ganhou

muito mais eleições que Lula. Chaves sempre citava Lula, mas ao mesmo tempo, é uma pessoa que fez uma clivagem, uma polarização na sociedade ao redor da sua figura. Daí todo mundo reconhece que você está falando de chavismo e não de um partido político, nem de uma ideologia. Ao mesmo tempo, uma das fraquezas de Chaves foi o fato de ter deixado muitos inimigos para trás. Já Lula apresenta uma prática bem brasileira, na qual o inimigo de hoje pode ser o amigo de amanhã. Ele não deixa muitos inimigos para trás, nem deixa pessoas com grande ódio. A questão é sempre não perder o que você já conquistou e colocar mais pessoas ao seu redor.

Hoje a sociedade brasileira acompanha no Supremo Tribunal Federal a decisão em relação ao mensalão. Como o Sr. avalia o impacto que o mensalão terá sobre o Petismo e sobre o “lulismo”?

Eu não sei. Eu acho que o povo brasileiro, em geral, é bem realista. Podemos dizer: bem cético sobre a política. A ideia que os políticos roubam não é notícia, possivelmente, isso é notícia para pessoas cultas e advogados constitucionais. Mas, eu duvido na verdade, porque eles têm um discurso dizendo: “ah, estou chocado!” Mas não estão tão chocados quando o que está acontecendo beneficia a eles. Então, eu acho que isso é um tipo de falso moralismo exacerbado, o que não quer dizer que corrupção não seja um problema em todos os países. A política estadunidense é totalmente cheia de coisas corruptas, ela é muito mais corrupta que a política de muitos países da Europa. Uma das críticas que sempre foi feita, partindo inclusive de posições fascistas, é que democracia é igual corrupção. E, é verdade. Todas as esferas de interesses estão sempre tentando angariar benefícios do governo - e existem maneiras de fazer isso – como com circuitos mais rápidos - isso é parte do jogo da democracia. Você não pode dizer que existe uma democracia que não vai ter nenhum ato de corrupção. A questão é que a corrupção e o adultério são semelhantes: uma coisa que vai acontecer, mas tem que ser controlada e tem que ter vigilância. Eu acho que o governo de Lula não fez um trabalho razoável de tentar combater a corrupção. Contudo, não é uma crise que vai ter grande influência. Eu fiz uma apresentação, em março de 2006, em Washington, eu estava numa conferência - tem uma versão em inglês - e é bem engraçado. Eu estava querendo apresentar algo sobre o meu livro e eles queriam a minha opinião sobre a crise do

mensalão. Eu dizia claramente que eu achava que não daria em nada, e em termos da eleição de 2006, não deu.

E, mesmo com toda essa votação do mensalão no Supremo, a Dilma está com o nível de popularidade ainda maior.

Como eu estava dizendo: o mundo não é composto de anjos. É uma coisa que você tem que reconhecer. Na realidade, acho que [aqui no Brasil] vai ser engraçado assistir o novo filme de Spielberg, “Lincoln”. É um filme excelente! É sobre uma questão política: a emenda constitucional para o fim da escravidão. Então o filme conta uma história de quatro meses. Porque, ele fez a emancipação dos escravos baseado na ideia de poderes especiais de guerra, que não estavam dentro da constituição. O Senado deu apoio para o governo, mas ainda eram necessários vinte votos, assim o drama gira em torno de como conseguir esses vinte votos, e a primeira coisa feita é a contratação de “especialistas”. Eu acho que esse filme, quando chegar aqui, abrirá espaço para repensar o mensalão.

Quais são os seus estudos atuais? Podemos considerar o “lulismo” como seu foco de estudo hoje ou existem outros debates que o Sr. está travando?

O ensaio sobre o governo do Lula, a eleição de 2010 e a trajetória do PT são as coisas mais importantes para mim - fazem parte de um projeto conjunto com Alexandre Fortes para em quatro anos desenvolvermos reflexões que possibilitem fazer uma avaliação da gestão. É necessário concluir isso para depois ter a oportunidade de terminar o livro sobre Lula. Eu estava trabalhando com essas questões há muito tempo e tenho algumas partes publicadas. O trabalho que foi feito de 2007 para frente, para tratar dos governos de esquerda na América Latina, está terminado. Eu publiquei vários artigos dessa temática nos

últimos dois anos e agora eu estou em uma situação boa para terminar o livro sobre o Lula. Esse é meu objetivo para o ano que vem: terminá-lo e lançá-lo nos Estados Unidos e aqui no Brasil. Eu acho que vai ser a primeira interpretação séria sobre o assunto, pois se trata de uma análise baseada no conhecimento de todas as etapas da carreira de Lula, e não apenas um estudo biográfico – mas, uma análise da liderança do Lula e do que podemos compreender do Brasil a partir da trajetória dele. Eu acredito que vai ser bem útil. Além disso, eu tenho outras pesquisas em andamento, uma delas é sobre globalização. Também tem o livro sobre os metalúrgicos do ABC, nos anos 1950 e 60, que ainda falta terminar. E eu tenho um ensaio - um capítulo que acabou sendo publicado em 2011[22] - sobre o líder operário comunista Marcos Andreotti[23] no começo dos anos 1950. Eu tenho vários outros capítulos já terminados desse livro. Mas, originalmente, a proposta era de falar dos metalúrgicos de 1950 até 1980, de Andreotti à Lula. Porém, depois de 1989 e de 1994 ficou mais difícil, porque o Lula foi se tornando uma figura muito mais política do que apenas sindical. Eu cheguei, também, a fazer um ano de pesquisa em Sergipe, sobre os votos no nordeste para o Lula em 2002. Eu já estava começando a pesquisar para além do ABC, mas isso se tornou cada vez mais difícil, uma vez que eu tenho capítulos sobre antes de 1964, mas, ao mesmo tempo, estou indo além de 1980. Então, finalmente, eu decidi fazer uma clivagem e separar as pesquisas.

Uma breve análise sobre o Seminário “Mundos do Trabalho”. O que o Sr. achou das apresentações e dos debates, sobretudo da produção brasileira relacionada a classe trabalhadora?

Eu conheço um monte de pessoas envolvidas na conferência, é a segunda vez que eu estou falando em uma jornada nacional aqui no Brasil. Também cheguei a acompanhar e participar de várias reuniões vinculadas com a formação do GT [Grupos de trabalho Mundos do Trabalho da ANPUH]. Eu sou parte do processo, parte menor, mas participando e ficando muito satisfeito com o que aconteceu. Eu acho que foi excelente. Foi uma quantidade enorme de trabalhos, não sei ao certo o número. Nos EUA e Europa é impossível encontrar um tipo de entusiasmo no campo de pesquisa vinculada com as questões operárias, ou questões de trabalho de qualquer tipo. A necessidade de renovação é sempre latente e

percebi no evento a transferência de um campo de pesquisa para uma nova geração abrindo campos e linhas de pesquisa. Isso me dá uma grande satisfação.

Para fecharmos, o Sr. poderia fazer algumas considerações sobre Historia Global do Trabalho?

Depois de terminar o *ABC dos Operários*, na realidade quando eu estava terminando, foi fundada a revista *Latin American Labor News*, em 1989, saíram dezessete números em dez anos. Era um trabalho sem grande apoio institucional. Depois, eu mudei da Universidade Internacional da Florida para Duke e decidi fazer uma coisa mais contemporânea. Então, eu fiz um projeto junto com um economista para estudar a questão social do trabalho no

Mercosul, abordando o Tratado de Livre Comércio (TLC) entre EUA, México e Canadá. Esse trabalho durou três anos e acabou com uma grande conferência com pesquisadores de todos os países do Mercosul e do TCL. Eu já estava fazendo trabalhos vinculados a essas questões que vão além das fronteiras nacionais, que hoje em dia recebem o nome de “transnacionais”, “globais”, etc. Isso por causa dos meus interesses e participação nos debates vinculados com os acontecimentos da década de 1980 e 90. Então, já faz vinte anos que trabalho com o tema da globalização. Era uma época que os historiadores, no geral não estavam interessados nisso. Na realidade, os pesquisadores eram pessoas das humanidades, da sociologia, sobretudo. Porque historiadores sempre chegam mais tarde nessas discussões. Podemos dizer que fazem um trabalho melhor no final, mas nunca abrem as discussões. Eles tentam fechá-las e muitas vezes chegam a fazer algo que vai negar todos os estudos feitos anteriormente. Isso é uma dificuldade, porque a coragem de oferecer grandes generalizações é característica da sociologia. A história é mais ponderada, em geral, é preciso provar etc, etc. Eu acho que esse projeto teve uma consequência, pois houve uma conferência em 1995 e fizemos uma reunião no “Instituto dos Estudos Avançados” da USP sobre a questão sindical e o tema do tratado de livre comércio[24]. Foi muito interessante, sobretudo porque um dos principais representantes brasileiros era Silvia Portela, uma

pessoa ligada à CUT. Assim, em 1999, no contexto das grandes manifestações em Seattle em relação à Organização Mundial do Comércio, eu era um dos únicos preparados para dizer alguma coisa sobre isso. Então, eu publiquei um artigo falando de tais manifestações e discutindo sobre o que estava acontecendo no nível internacional e institucional – tratando da OMC etc[25]. Estava planejando terminar um livro sobre esse projeto, mas tem várias coisas ao mesmo tempo.

Falando da história global do trabalho, eu acho que é importante e bom a abertura de debates, o compromisso e a entrada de pessoas de outras áreas nas discussões historiográficas. Eu publiquei um artigo no ano passado que fala disso - da tentativa, por exemplo, de usar a expressão “global history” ou “transnational history”[26]. Mas isso não é muito importante, na realidade, porque todas as palavras podem estar em debate: história transnacional, história global, história do mundo, história além das fronteiras, etc. Elas estão tentando lidar com problemas semelhantes. Todas as palavras são necessárias para separar analiticamente os fenômenos que estamos tratando. Global/ transnacional - o exemplo que gosto de dar sobre as diferenças é o seguinte: as Nações Unidas é uma instituição global, porque envolve o mundo inteiro e ao mesmo tempo é uma instituição internacional, pois é organizada segundo nações. Então, global e transnacional não acaba com internacional, porque ele trata do fato de que os estados são a base da instituição. Ou seja, é uma força de trabalho multinacional, porque são de todas as nações que buscam sua representação através da instituição em questão, agregando pessoas de origens nacionais diferentes, mas que estão trabalhando nos mesmos escritórios, envolvidos nos mesmos processos e acontecimentos, nas discussões e nos debates, etc. São fenômenos transnacionais. Também podemos observar que a OMC e as Nações Unidas são organizações supranacionais, menos poderosas, mas hierarquicamente acima dos Estados Nacionais. No entanto, alguns dos problemas discutidos nessas instituições relacionam-se com problemas subnacionais e outros são translocais. Isso quer dizer que todas essas palavras são necessárias, mas é preciso lidar de forma mais sofisticada com as implicações analíticas de todas essas palavras, fazendo distinções entre elas e não apenas escolhendo transnacional ou global como bandeira. Não pode dizer que transnacional é preferido porque eu gosto. É uma questão de rótulos, de marcas registradas, mas eu acho que é muito difícil defender a utilização exclusiva de apenas uma palavra. Isso diz mais respeito sobre a questão de concorrência no

mercado internacional acadêmico, não tem muito a ver com a realidade do que temos que fazer.

Finalizando, quero agradecer a oportunidade oferecida pela entrevista com perguntas sérias que refletem um nível de conhecimento e engajamento impressionante. Boa sorte no futuro e vamos manter contato.

[1] Os pais de John French eram canadenses e posteriormente foram naturalizados norte-americanos.

[2] Também conhecida como Noite de Tlatelolco. Apenas 10 dias antes dos jogos olímpicos que se realizaria na cidade a polícia abriu fogo contra as pessoas que se encontravam protestando contra a ocupação militar da UNAM. O massacre ocorreu entre o fim da tarde e a noite de 2 de outubro de 1968, mulheres, crianças e outras pessoas que transitavam pelo lugar foram atingidas, não existem número certo de mortos, mas estima-se que cerca de 250 foram assassinadas pelas forças militares do governo.

[3] "Crisis and Change in American Working Class Leadership: The Origins of the Congress of Industrial Organization, 1933-1935," (Senior Honors Thesis, Amherst College, 1975).

[4] Jan Hoffman French. **Legalizing Identities: Becoming Black or Indian in Brazil's Northeast**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2009.

[5] <http://www.nytimes.com/2011/12/09/us/david-montgomery-84-dies-chronicled...> Um artigo sobre o movimento operário norte-americano de século 19 surgiu dos estudos com Montgomery: "'Reaping the Whirlwind:' The Origins of the Allegheny County Greenback Labor Party in 1877," *Western Pennsylvania Historical Magazine*, Vol. 64 #2 (1981), pp. 97-119.

[6] "Commercial Footsoldiers of the Empire: Foreign Merchant Politics in Tampico, Mexico 1861-1866," *The Americas*, Vol. 46 #3 (January 1990), pp. 291-314.

[7] Estadista liberal mexicano de origem indígena, ele governou o país entre 1858 – 1872.

[8] John D. French and Daniel James., "Squaring the Circle: Women's Factory Labor, Gender Ideology, and Necessity," In *The Gendered Worlds of Latin American Women Workers: From Household and Factory to the Union Hall and Ballot Box*. (Durham: Duke University Press, 1997), 29.

[9] O primeiro livro de história sobre Palmares era dele: *O Quilombo Dos Palmares, 1630-1695* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1947) ; uma versão menor saiu primeiro em espanhol no México, em 1946. E em

1950, Carneiro publicou uma obra pioneira *Antologia do Negro* (Rio de Janeiro: Globo, 1950) que teve varias reedições incluindo uma versão pela Agir em 2005.

[10] O negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical: Partido-Alto, Calango, Chula, e outras cantorias. Rio de Janeiro: Pallas, 1992.

[11] Thomas D. Rogers, **The Deepest Wounds: The Laboring Landscapes of Sugar in Northeast Brazil** (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2010).

[12] Um ensaio de Rogers sobre a visão do ambiente da elite está disponível em Português <http://www.ufrj.br/SEER/index.php?journal=chsr&page=article&op=view&pat...>

[13] Thomas Rogers, "Race, Respect, and Authority in Contemporary Brazil: Interpreting the Stories of Sugarcane Workers." *Labor: Studies in Working Class History of the Americas* 8, no. 2 (2011): 123-46.

[14] Ferreira, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

[15] John D. French and Alexandre Fortes, "Nurturing Hope, Deepening Democracy, and Combating Inequalities in Brazil: Lula, the Workers' Party, and Dilma Rousseff's 2010 Election as President." *Labor: Studies in Working Class History of the Americas* 9, no. 1 (2012): 7-28; Alexandre Fortes, and John D. French, "A 'Era Lula,' as Eleições Presidenciais De 2010 E Os Desafios Do Pós-Neoliberalismo." *Tempo Social. Revista de Sociologia da Universidade de Sao Paulo* 24, no. 1 (2012): 201-28.

[16] Irllys Alencar F. Barreira, "Um Operário Presidente? Ideologia e Condição de Classe no Universo da Representação Política." In *Como Se Fazem Eleições No Brasil*, edited by Beatriz Maria Alásia de Heredia, Carla Costa Teixeira and Irllys Alencar F. Barreira (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002).

[17] Marcos Bagno. **Preconceito Lingüístico: O Que É, Como Se Faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

[18] Cláudia Neiva de Matos. **Acertei No Milhar: Malandragem E Samba No Tempo De Getúlio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

[19] Donald J. Black. **The behavior of law**. New York: Academic Press, 1976.

[20] Aloizio Mercadante Oliva and Luis Flávio Rainho, eds. **Imagens Da Luta: 1905/1985** (São Bernardo: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema, 1987)

[21] "Understanding the Politics of Latin America's Plural Lefts (Chávez/Lula): Social Democracy, Populism, and Convergence on the Path to a Post-Neoliberal World," *Third World Quarterly*, Volume 30 #2 (2009), 349-370.

[22] "Understanding the Politics of Latin America's Plural Lefts (Chávez/Lula): Social Democracy, Populism, and Convergence on the Path to a Post-Neoliberal World," *Third World Quarterly*, Volume 30 #2 (2009), 349-370.

[23] Fundador do Sindicato dos metalúrgicos do ABC, entrevistado por John French em 1982.

[24] Hélio Zylberstajn, Irám Jácome Rodrigues, Maria Silvia Portella de Castro, and Tullo Vigevani, eds. **Processos De Integração Regional E a Sociedade: O Sindicalismo Na Argentina, Brasil, México, E Venezuela**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

[25] "From the Suites to the Streets: The Unexpected Re-emergence of the 'Labor Question,' 1994-1999," *Labor History*, Vol. 43 #3 (2002), pp. 285-304.

[26] "Another World History Is Possible: Reflections on the Translocal, Transnational, and Global," *Workers, Across the Americas: The Transnational Turn in Labor History*, Ed. Leon Fink (New York: Oxford University Press, 2011), 3-11.



Canção Popular Brasileira e Ensino de História: palavras, sons e tantos sentidos

Samuel Silva
Rodrigues de Oliveira¹

Resenha

Obra:
**Canção Popular Brasileira
e Ensino de História:
palavras, sons e tantos
sentidos.**

Miriam Hermeto.
Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2012.

¹ Doutorando do PPHPBC (CPDOC / FGV).
E-mail: samu_oliveira@yahoo.com.br

O livro enfoca a canção popular brasileira como objeto da prática docente em História no Ensino Médio. Oferece ao leitor uma erudição sobre o tema da música popular, da relação entre produção cultural e sociedade e da concepção de ensino e aprendizagem na metodologia da investigação. Recheada de exemplos e propostas para serem aplicadas na educação básica, a obra cumpre amplamente seus propósitos.

O texto de Hermeto não anuncia a música como uma novidade no ensino de História, pois constata que os professores já utilizam a canção para a fruição e o vislumbre da relação entre presente e passado. Contudo, elucida que “a maior parte das práticas pedagógicas correntes no ensino de História que se utilizam da canção popular brasileira a concebem como uma ‘ilustração’ de determinado tempo” (p.14). Desse modo, a gramática musical – a interação entre letra e melodia – e o circuito de produção e consumo da arte são pouco problematizados na prática docente.

Nesse sentido, a autora vai colocar a canção popular no centro da reflexão sobre a relação entre ensino e aprendizagem. Importante referente cultural do dia-a-dia dos alunos e dos brasileiros, a música popular demanda uma abordagem que não a restrinja como mera ilustração e metáfora da vida, mas que seja capaz de desvelar a sua própria historicidade. O livro fornece subsídios para a análise das transformações da linguagem cancional e para a leitura das mídias e dos suportes em que as músicas são divulgadas e consumidas.

Com a intenção de ampliar o repertório cognitivo do educando e dos educadores, Hermeto preocupa-se com o multiletramento: saber ler uma música é tão importante quanto ler um texto ou um livro. Nessa perspectiva, o trabalho com a canção aponta para a interdisciplinaridade. Além das alianças com a Literatura e o Português, a autora salienta que a lei federal nº 11.769/08 obriga a partir de 2012 o ensino de música nas escolas. Assim, a obra ampara o trabalho interdisciplinar que se anuncia, permitindo o aprofundamento da interação da História com outros campos do saber escolar.

Os conceitos de *circuito de comunicação* e *canção popular brasileira* são centrais para Hermeto e estruturam as propostas pedagógicas que relacionam Música e História. A noção de circuito de comunicação articula é uma categoria apropriada da História social da cultura, principalmente, das obras de Robert Darnton (2010) e Roger Chartier (1990). A partir da história das mídias impressas, dos livros e jornais, esses autores observaram que o sentido de uma obra é fruto da uma interação entre autor, editor e comunidade de leitores. O conceito de *circuito de comunicação* problematiza a relação entre produtor(es) de uma obra e de sua recepção.

Usado para não fragmentar a análise da produção, da difusão e do consumo dos objetos culturais, o conceito de circuito de comunicações observa as várias mediações presentes na elaboração e na apropriação de uma obra artística. Vários atores fazem-se presentes nesse circuito: o cancionista, os *performers*, a indústria fonográfica, o designer da

capa de um disco, os produtores musicais, os jornalistas especializados, os meios de comunicação e os consumidores da música. Cada personagem possui uma autonomia relativa no sistema de produção da canção e de sua audiência. A autora vai oferecer diversos exemplos de como o samba, a bossa nova, a MPB, o *rock*, o baião, o sertanejo, o bolero, o *soul*, o *rap*, o *funk*, etc. são fenômenos introduzidos nessa dinâmica.

Ao longo século XX, a tradição da canção popular brasileira foi construída socialmente nos circuitos de comunicação. A autora não mistura os termos canção popular e Música Popular Brasileira (MPB). Esta terminologia surgiu nos anos 1960, sendo fruto de um sistema de expectativa e produção da canção. Como observou Alonso,

Em 1965, quando foi criada a ‘sigla’ MPB, seus integrantes apostavam nas matrizes estética da Bossa Nova unidas ao samba tradicional, de morro (...). A partir da tradição do samba e da modernidade da Bossa Nova, a MPB construiu para si a idéia de que era produtora de música de “qualidade”, “bom gosto”. Essa idéia frequentemente é associada ao argumento político da resistência ao regime [militar] (ALONSO, 2010: 193-194).

Nesse sentido, a MPB é, segundo Alonso, um projeto político e cultural que pressupunha um discurso estético sobre a boa música (organizada a partir da experiência do Samba e da Bossa Nova) e um engajamento político contra a ditadura civil-militar (1964-1985). Ora, a canção popular é uma construção social que transcende esse movimento. Ela surgiu do encontro da fala cotidiana dos homens das ruas com o registro fonográfico, logo, deve ser “tratada como uma tradição híbrida e aberta” (p.105).

A autora estabelece o conceito de canção popular a partir da renovação da historiografia da cultura, realizada nos anos 1990. Nesse sentido, sua conceituação não se estende para a larga produção feita por críticos de arte e jornalistas, como é o caso de José Tinhorão, e tantos outros.²

A última parte do livro de Hermeto, intitulada *A canção popular brasileira e o Ensino de História*, é aquela que mais chama a atenção por constituir uma síntese da concepção de Ensino de História. Quando inserida no planejamento escolar, a música constitui um *documento*, devendo ser trabalhado enquanto tal na prática pedagógica. Ao contrário dos *suportes informativos*, produzidos para comunicar um saber escolar específico, a música geralmente não foi pensada com intencionalidade didática, para ser usada dentro de sala de aula.

Destarte, a canção como testemunho histórico constitui um desafio para as práticas

² A conceituação histórica de canção popular brasileira foi feita por Hermeto a partir das obras de Santuza Naves (2010), Luiz Tatit (2002) e Marcos Napolitano (2001).

orientadas por uma concepção restrita de documento como verdade. Ao observador desavisado, a música pode parecer subjetiva, tendo pouca validade para a busca de suposta(s) de verdade(s) sobre um tempo. Esse senso comum coloca o documento escrito como principal fonte histórica. Entretanto, ao longo do século XX, a objetividade da fonte foi fortemente contestada, visto que todo documento é monumento, sendo considerado o esforço das sociedades para impor ao futuro imagens construídas de si próprias. Nessa perspectiva, não só a música, mas todo registro deixado pelos homens no tempo oferece uma perspectiva (ou versão) do passado e pode se transformar em objeto para o conhecimento histórico. Como monumento de uma época, a música é portadora de “uma narrativa histórica, no sentido de que informa sobre determinado(s) contexto(s), por meio da construção e da veiculação de representações sociais” (p.142).

A autora propõe e conceitua cinco dimensões para a análise da canção: a identificação do suporte da informação e sua implicação para a mensagem a ser transmitida; a tematização da realidade social através da música; as explicações sobre os conteúdos veiculados pelo documento; as referências que ela utiliza para construir a letra e a melodia; e os sentimentos que evoca e provoca. Para construir o conhecimento, o professor, juntamente com os alunos, analisaria as dimensões materiais, descritivas, explicativas, dialogais e sensíveis da canção. Hermeto oferece vários exemplos e sugestões para trabalhar essas dimensões da música em sala de aula.

Para organizar o trabalho com o documento em sala de aula, Hermeto usa a noção de *sequência de ensino*. Ela divide a prática de ensino em quatro partes: problematização inicial – recuperação e identificação dos conhecimentos prévios dos educandos sobre o tema a ser abordado; desenvolvimento de narrativas históricas – realização da transposição didática sobre as noções historiográficas que orientam o debate do tema; aplicação de conhecimentos – proposição de atividades que permitam os alunos a testar e relacionar o conhecimento histórico com o problema abordado; e reflexão/síntese – formalização dos conhecimentos construídos e “tomada de consciência” sobre o conteúdo estudado. Esses procedimentos garantiriam a condução de uma pedagogia orientada pela metodologia investigativa: levando em consideração os saberes dos alunos, o professor conduz uma investigação e uma ampliação do horizonte cultural do educando.

Durante todo esse processo, há a necessidade do professor refletir constantemente sobre a teoria que orienta a aquisição do conhecimento. Todo “ensinar História é ensinar teoria e metodologia, consciente ou inconsciente” (p.22). Dessa forma, longe de uma visão neutra e imparcial da metodologia, dos discursos e conceitos usados no ensino escolar, o professor deve buscar avançar na análise dos pressupostos culturais e científicos que orientam sua prática em sala de aula. A crítica ao paradigma que informa uma narrativa histórica é parte constitutiva do uso do documento em sala de aula.

Longe de uma historiografia e de um ensino tradicional, estamos diante de uma obra que oferece uma reflexão interdisciplinar, capaz de abordar as múltiplas linguagens na pedagogia do ensino de História.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Gustavo. Simonal, Ditadura e Memória: do cara que todo mundo queria ser a bode expiatório. In: QUADRAT, Samantha Viz, ROLLEMBERG, Denise. *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. pp.175-219.

CHARTIER, Roger. *História da Cultura – entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette – Mídia, cultura e Revolução*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento política e indústria cultural na MPB (1959-1969)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

NAVES, Santuza Cambraia. *Canção popular no Brasil: a canção crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

TATIT, Luiz. *O Cancionista: composição de canções no Brasil*. 2ª ed. – São Paulo: EDUSP, 2002